



## A Sustentabilidade do Destino Turístico Porto Santo

Renata Marisa Correia de Sousa

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Gestão Estratégica e  
Desenvolvimento do Turismo

Orientador: Prof. Doutor Eng. Paulo V. D. Correia

Porto Santo  
2006



União Europeia  
Fundo Social Europeu  
Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira  
Centro de Ciência e Tecnologia da Madeira

## **Agradecimentos:**

Prof. Paulo Correia

Aos meus pais, irmãos e primas.

António Belo

Biblioteca da DREM – Fátima Lemos

Carmen Freitas

CITMA

Dorita Mendonça

EEM – Aires Henriques

Grupo Sousa, Hotel Torre Praia - Helena Correia e Márcia Caldeira

Hotel Porto Santo - Marina e João Paulo Rodrigues

Hotel Vila Baleira - Dina Ornelas e Lídia Brito

Inatel Porto Santo - Paulo Romano

José Manuel Vasconcelos

Maria João Cardoso e Nuno Viegas

Mónica Vasconcelos – Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo

Nelson Melim

Padre João Ferreira

Patrícia Teodoro

Patrício Fernandes

Pedro Matos

PortoSantoLine – Rui Oliveira

Posto de Turismo do Porto Santo - Anabela Ferreira

Rita Garcia

Rubina Brito – PortoSantoVerde

Susana Rodrigues

Tânia Dias

Vânia e Teresa Mendonça

Zeca e Luísa Mendonça

A todas as pessoas que responderam e divulgaram os questionários.

Aos amigos e a toda a família, pelo apoio.

**Dedico esta tese à minha ilha e às suas gentes.**

## Índice

<b>1. RESUMO.....</b>	<b>- 6 -</b>
<b>2. PALAVRAS-CHAVE.....</b>	<b>- 8 -</b>
<b>3. LISTA DE ABREVIATURAS.....</b>	<b>- 9 -</b>
<b>4. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>- 11 -</b>
<b>5. BREVE CARACTERIZAÇÃO DO SECTOR DO TURISMO .....</b>	<b>- 12 -</b>
5.1 Contexto Mundial.....	- 12 -
5.2 Contexto Português .....	- 14 -
5.3 Contexto Madeirense.....	- 17 -
5.3.1. Estrutura Económica .....	- 17 -
5.3.2. Turismo .....	- 18 -
<b>6. CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....</b>	<b>- 21 -</b>
<b>7. O TURISMO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....</b>	<b>- 31 -</b>
7.1. Sustentabilidade Ambiental.....	- 37 -
7.2. Sustentabilidade Económica e Social .....	- 40 -
7.3. Conclusões.....	- 40 -
<b>8. CONCEITOS DE TURISMO SUSTENTÁVEL E DE TURISMO NAS ILHAS ..</b>	<b>- 45 -</b>
<b>9. CARACTERIZAÇÃO DO DESTINO TURÍSTICO PORTO SANTO .....</b>	<b>- 50 -</b>
9.1. Caracterização Demográfica, Sócio-Económica e Cultural.....	- 53 -
9.1.1 Estrutura populacional.....	- 53 -
9.1.2. Educação .....	- 55 -
9.1.3. Emprego .....	- 56 -
9.1.4. Poder de compra.....	- 58 -
9.1.5. Sector Primário.....	- 58 -
9.1.6. Sector Secundário.....	- 59 -
9.1.7. Sector Terciário .....	- 60 -
9.1.8. Cultura.....	- 60 -
9.2. O Ordenamento do Território e o Ambiente.....	- 64 -
9.3. Caracterização das Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos .....	- 68 -
9.3.1. Infra-estruturas Rodoviárias e de Transporte.....	- 68 -
9.3.2. Equipamentos Sócio-Culturais e Desportivos .....	- 69 -
9.3.3. Outras Infra-estruturas.....	- 73 -
9.3.4. Infra-estruturas e Equipamentos Futuros.....	- 74 -
<b>10. A CONTRIBUIÇÃO DO TURISMO PARA A ECONOMIA LOCAL .....</b>	<b>- 76 -</b>
10.1. Caracterização e Evolução.....	- 76 -
10.2. Unidades Hoteleiras, Taxas de Ocupação e Sazonalidade.....	- 84 -
10.3. Criação de Emprego e de Riqueza.....	- 89 -
10.4. Mobilidade e Transportes .....	- 90 -
10.5. Gestão, Promoção e Exploração do Turismo.....	- 95 -
10.5.1. <i>Marketing-Mix</i> .....	- 96 -
10.5.2. Análise Swot.....	- 98 -
<b>11. AVALIAÇÃO DE MODELOS E SOLUÇÕES DE DESENVOLVIMENTO</b>	
<b>ASSENTES NO TURISMO.....</b>	<b>- 102 -</b>
11.1. INTRODUÇÃO.....	- 102 -
<b>12. AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL-</b>	<b>107</b>
-	
12.1. Indicadores de sustentabilidade no turismo .....	- 107 -
12.1.1. Utilização sustentável dos recursos .....	- 109 -
12.1.2. Redução do sobre-consumo e do desperdício.....	- 112 -
12.1.3. Manutenção da diversidade .....	- 113 -
12.1.4. Integração Turismo-Planeamento e <i>Marketing</i> responsável do turismo.....	- 114 -
12.1.5. Suporte das economias locais .....	- 115 -
12.1.6. Envolvimento das comunidades locais, consulta de vários grupos de interesse ( <i>stakeholders</i> ), incluindo o público .....	- 115 -
12.1.7. Formação de trabalhadores do sector turístico .....	- 115 -
12.1.8. Investigação.....	- 116 -

<b>13. RÁCIOS DE AVALIAÇÃO APLICADOS AO PORTO SANTO.....</b>	<b>- 117 -</b>
<b>14. EXTERNALIDADES NEGATIVAS DO TURISMO NA ILHA DO PORTO SANTO .....</b>	<b>- 124 -</b>
<b>15. RECOMENDAÇÕES E CONCLUSÕES FINAIS.....</b>	<b>- 126 -</b>
<b>16. BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>- 138 -</b>
<b>17. ANEXOS .....</b>	<b>- 141 -</b>

## **Índice de Quadros, Tabelas, Gráficos e Anexos**

### Quadro:

I – Princípios de um Turismo Sustentável

### Tabela:

I – Estrutura Etária da População do Porto Santo

II – Distribuição da População Activa por Sector de Actividade

III – Evolução do Número de Hóspedes

IV – Taxas de Crescimento do Número de Hóspedes

V – Evolução das Dormidas no Porto Santo por Mercado

VI – Evolução das Dormidas dos Três Principais Mercados no Porto Santo

VII – Evolução da Capacidade de Alojamento

VIII – Evolução da Taxa de Ocupação Anual por Cama

IX – Dormidas por Mês – Comparação 2003/2004

X – Taxa de Ocupação Mensal em 2004

XI – Relação entre Números de Hóspedes e Residentes

XII – Proveitos e Custos Totais do Sector

XIII – Movimentos Totais no Aeroporto do Porto Santo

XIV – Movimento de Passageiros no Aeroporto do Porto Santo

XV – Movimento Marítimo de Passageiros entre Funchal e Porto Santo

XVI – Movimento de Passageiros Segundo o Tipo de Transporte

XVII – Preços dos Transportes Inter-ilhas

### Gráficos

I – Nacionalidade dos turistas no Porto Santo em 2004

II – Evolução da Capacidade de Alojamento

## Anexos

I – Questionário aos Residentes no Porto Santo

II – Questionário aos Turistas no Porto Santo

III – Resumo dos Resultados do Questionário aos Residentes

IV – Resumo dos Resultados do Questionário aos Turistas

V – Resultados SPSS do Questionários aos Residentes

VI – Resultados SPSS do Questionário aos Turistas

## 1. RESUMO

A partir do Relatório Bruntland, da UE, o vocábulo *sustentabilidade* passou a ser utilizado correntemente nas mais variadas áreas de estudo, com especial incidência nas áreas de âmbito sócio-económico e ambiental, tendo em vista alcançar o denominado desenvolvimento sustentável. Assim, o conceito sustentabilidade está hoje intimamente relacionado com o desenvolvimento. Como se depreende das múltiplas versões que pretendem definir os conceitos, existe uma complexidade latente, dada a abrangência dos mesmos. Daí que, muitas vezes a utilização destes conceitos, não seja a mais correcta. Inicialmente confinada ao ambiente natural, a sustentabilidade congrega hoje em dia, as componentes social, económica e cultural, bem como o ambiente construído pelo homem.

A noção de *desenvolvimento sustentável* expandiu-se e alargou-se a sectores e actividades económicas específicos, incluindo o Turismo. Neste caso concreto, o sector assume particular importância no contexto da economia mundial, dado o seu dinamismo e crescimento, bem como a contribuição que oferece às economias de muitos países e destinos locais, e ainda porque é uma actividade que envolve uma relação especial entre os visitantes, a actividade económica, o ambiente e as comunidades locais.

Contudo, o turismo não permaneceu nem pode permanecer indiferente ao desafio da sustentabilidade, pois apesar de contribuir com cerca de 10 % do total da actividade mundial e ser um dos principais geradores de emprego, causa também impactos significativos no meio natural e construído e no bem-estar e cultural das populações receptoras.

Concretamente no caso do turismo em ilhas, o sector representa muitas vezes a força motriz que está por detrás da economia das pequenas ilhas. Todavia, em certas ilhas, a indústria do turismo assumiu tais proporções que ameaça o equilíbrio dos ecossistemas e as próprias culturas. A utilização sustentável e uma política racional de conservação desses mesmos recursos são pré-requisitos essenciais à sua plena exploração, dada a vulnerabilidade da maioria dos pequenos territórios insulares.

Neste trabalho, procura-se inicialmente compreender o significado de conceitos como *desenvolvimento sustentável* e em particular *turismo sustentável* e *turismo sustentável em ilhas*.

Como caso de estudo, apresenta-se a ilha do Porto Santo, pertencente ao Arquipélago da Madeira. Inicialmente é feita uma caracterização da ilha, desde as suas gentes e cultura, até às infra-estruturas de que hoje dispõe, para depois se procurar compreender a importância e o papel do turismo na economia portossantense, e os impactos que o sector do turismo tem gerado nesta pequena ilha do Atlântico.

Apresenta-se, por fim, e de forma sucinta, a avaliação de modelos e soluções de desenvolvimento assentes no turismo sustentável e a apresentação de rácios de avaliação do desenvolvimento turístico sustentável e a sua consequente aplicação à ilha do Porto Santo. Para o efeito, além dos dados recolhidos junto das entidades competentes, elaboraram-se ainda dois questionários: um aos residentes da ilha, outro aos turistas. O objectivo foi o de se retirarem ilações sobre o que os turistas pensam da ilha e, na opinião dos residentes, quais as alterações sócio-económicas e culturais que o turismo trouxe ao Porto Santo.

Por fim, apresentam-se as conclusões e recomendações sobre o destino turístico Porto Santo.

## **2. PALAVRAS-CHAVE**

Desenvolvimento

Sustentabilidade

Turismo

Desenvolvimento Turístico Sustentável

Turismo em Ilhas

Porto Santo

Sustentabilidade Ambiental

Sustentabilidade Social

Sustentabilidade Económica

Rácios de Avaliação

Modelos de Desenvolvimento

Ordenamento do Território

Impactos

Externalidades Negativas

### **3. LISTA DE ABREVIATURAS**

ACIPS – Associação Comercial e Industrial do Porto Santo  
AEA – Agência Europeia para o Ambiente  
ANAM – Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira  
BTT – Bicicleta Todo-o-Terreno  
DGT – Direcção Geral do Turismo  
DRT – Direcção Regional do Turismo  
DREM – Direcção Regional de Estatística da Madeira  
EEM – Empresa de Electricidade da Madeira  
ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais  
GIQ – Gestão Integrada da Qualidade  
GWh – Giga Watt.hora  
IGA – Instituto de Gestão da Água da Madeira  
INE – Instituto Nacional de Estatística  
IRE – Instituto Regional do Emprego (da Região Autónoma da Madeira)  
OID – Operação Integrada de Desenvolvimento  
OMT/WTO – Organização Mundial do Turismo  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PDM – Plano Director Municipal  
PIB – Produto Interno Bruto  
PITER – Programas Integrados Turísticos de Natureza Estruturante de Base Regional  
POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira  
POT – Plano de Ordenamento do Território  
POTRAM – Plano de Ordenamento do Território da Região Autónoma da Madeira  
RAM – Região Autónoma da Madeira  
SDPS – Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo  
SIDS – Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento  
TAP - Transportes Aéreos Portugueses  
TER – Turismo em Espaço Rural  
TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação  
UNEP – Programa de Ambiente das Nações Unidas  
US \$ - Dólares americanos  
VAB – Valor Acrescentado Bruto

VIH/SIDA – Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

WECD – World Commission on Environment and Development

WTTC – Conselho Mundial de Viagens e Turismo

#### **4. INTRODUÇÃO**

Nos dias que correm, é fundamental garantir a sustentabilidade económica, social e ambiental do turismo regional, no contexto do turismo europeu e mundial.

Sendo a ilha do Porto Santo distinta da ilha da Madeira nos seus aspectos orográficos, dimensionais e até sociais, mas igualmente baseada no sector turístico como principal impulsionador da economia local, considera-se de extrema utilidade compreender o impacto global na ilha, das políticas de desenvolvimento levadas a cabo pelas entidades competentes.

Para tal, será necessário primeiramente caracterizar de forma global a ilha do Porto Santo e depois, apoiado, nos conceitos de desenvolvimento sustentável e de turismo sustentável, avaliar esse mesmo desenvolvimento, através de rácios/indicadores de sustentabilidade.

Assim, procurar-se-á não só fazer uma análise crítica das políticas adoptadas e do seu necessário enquadramento, mas também apontar soluções para os destinos da ilha, actualmente ainda fortemente afectada pela sazonalidade.

## **5. BREVE CARACTERIZAÇÃO DO SECTOR DO TURISMO**

### **5.1 Contexto Mundial**

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), as chegadas internacionais de turistas quase quadruplicaram nos últimos 30 anos, e o turismo doméstico intensificou-se nos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento. Com 760 milhões de chegadas em 2004, e 622 biliões de US\$ de receitas, o turismo apresentou uma taxa de crescimento na ordem dos 25%.

As estimativas para as taxas de crescimento no sector do turismo, nomeadamente nas viagens internacionais, permanecem altas, embora tenham sofrido flutuações, especialmente nos tempos mais recentes devido ao terrorismo, a doenças e a desastres naturais. A par destas flutuações, o sector revelou igualmente uma rápida capacidade de recuperação.

Esse previsível crescimento ocorrerá em todas as regiões do mundo, em especial nos países em vias de desenvolvimento, já que os movimentos turísticos se espalharam geograficamente. O turismo constitui sem dúvida, para muitos deles, um sector preponderante da economia local em termos de proveitos económicos, trocas com o estrangeiro e criação de emprego.

Desta forma, estima-se que, nos próximos anos, a Europa, Américas, Ásia Oriental e o Pacífico concorrerão com 80% das chegadas, continuando assim o seu domínio em termos de volume. Quanto a África do Sul e a Ásia, tudo aponta para que possam apresentar taxas de crescimento de 5.5% e 6%, respectivamente, enquanto a média da taxa mundial não deverá ultrapassar os 4%.

Relativamente à Europa, esta continua a representar a maior fonte de receitas turísticas e a ser também o destino mais procurado. A Europa no seu conjunto, no que respeita ao número de chegadas de turistas em 2004 cresceu, sendo que os resultados foram mais significativos na Europa meridional, destacando-se a Espanha, a Grécia e Portugal. Por outro lado, alguns destinos da Europa Central e Oriental tiveram uma evolução contrária à Europa Meridional devido à instabilidade no mercado russo relativamente à Europa dos 25. É de destacar a França como principal destino mundial, seguida de Espanha.

As viagens internacionais, no entanto, constituem apenas um dos aspectos do turismo. Em muitos países, o turismo doméstico rivaliza com as chegadas internacionais em termos de volume, e mesmo de receitas geradas. Também neste capítulo, é de esperar um crescimento forte.

A actividade turística e o seu desempenho mundial sofrem, como se sabe, influências de diversos factores, desde económicos, sociais, políticos, ambientais, entre outros. São estes factores, muitas vezes conjugados, que têm repercussões no desempenho do sector.

Assim, temos que as flutuações nos rendimentos das famílias conduzem a um maior ou menor poder de compra, com influência directa na aplicação uma parte do rendimento em despesas que muitas vezes ainda consideradas de luxo. A subida das taxas de juro levam ao aumento dos encargos com o crédito à habitação e à retracção do consumo, o que diminui a sua procura.

Por outro lado, a redução das horas de trabalho e por consequência o aumento das horas de lazer, torna mais apetecível a concretização de uma viagem como uma forma de ocupação do tempo livre. Associado a este facto, a maior repartição actual dos períodos de férias, quando anteriormente as pessoas se limitavam a gozar férias fora do local de residência habitual, uma vez por ano. Hoje em dia, opta-se muitas vezes por dividir as férias por períodos mais curtos, aproveitando as épocas em que se pode ter 3 a 5 dias de descanso (fins-de-semana prolongados). O turismo assume-se assim, como uma forma de quebrar a rotina, e de combater o stress do dia a dia de uma sociedade cada vez mais competitiva.

Acrescem ainda o envelhecimento da população, o aumento da esperança média de vida e a melhoria das condições de qualidade de vida, que são factores que contribuem para o aumento do número de viagens turísticas, em especial das pessoas mais velhas. A juntar-se a estas alterações sociais, é também um facto as famílias serem menos numerosas, o que permite uma maior mobilidade e menores gastos por família e deslocação.

As inovações tecnológicas, por um lado, permitem uma maior oferta de meios de transporte e uma melhoria da sua qualidade, bem como o aumento da segurança e rapidez.

Existem também factores conjunturais importantes como sejam as catástrofes naturais, doenças, acidente de aviação, atentados terroristas, que podem levar as pessoas a alterar o seu destino ou desistir dessas viagens.

Não obstante, a globalização da economia e o grande desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação têm levado a um aumento das trocas comerciais internacionais assistindo-se a uma maior interdependência dos mercados e das economias e tendo como consequência a intensificação da concorrência mundial.

Relativamente à geração de emprego, e de acordo com as estimativas do World Travel and Tourism Council (WTTC), o sector suporta 74 milhões de empregos directos, e 215 milhões (8.1% do total mundial), se tivermos em linha de conta os efeitos indirectos na economia.

No contexto mundial, o sector terciário é cada vez mais importante em termos de contributo para o Produto Interno Bruto (PIB) e é também o sector com maior Valor Acrescentado Bruto (VAB). O sector representa US\$ 4 218 biliões de GDP, ou seja, 10.4% do total mundial, com as viagens e o turismo a contribuírem significativamente para o comércio internacional, com mais de 12% do total das exportações.

De facto, cada vez mais as pessoas desejam e possuem os meios para viajar, e a OMT estima que em 2020 se atinja o número de 1500 milhões de chegadas, quase o dobro do número actual.

## **5.2 Contexto Português**

Portugal recebe cerca de 12 milhões de turistas anuais, num total de mais de 27 milhões de visitantes. São geradas mais de 3,5 milhões de euros de receitas próprias, num total de mais de 6,3 mil milhões de euros de receitas totais. O Algarve, a Madeira e a Região de Lisboa asseguram 82% do total das receitas, sendo que 33% são gerados apenas na capital portuguesa. São investidos na promoção da capital portuguesa, 2,75 milhões de

euros. O sector do turismo representa assim, 11% do PIB português, assegurando 10% do emprego nacional.

Em termos de mercados emissores e com referência ao ano 2003, a Espanha lidera o mercado, já que os espanhóis representam 46,4% do total de turistas entrados em Portugal. Seguem-se os britânicos que correspondem a 16% do total de turistas entrados em Portugal (2,9% do total de turistas britânicos). Depois os alemães com 7,2% do total de turistas entrados no nosso país, (851.596 entradas), ou seja, 1% do total de turistas alemães que fizeram férias no estrangeiro. Para completar o chamado “top 5”, temos a França, com 7,2% de quota e a Holanda com 4,1%. Estes cinco países, representam mais de 80% do número total de turistas entrados em Portugal.

Quanto às dormidas, Espanha e Reino Unido com 17.498 (22,5%) e 17.427 (22,4%) milhares de dormidas foram os principais mercados e o top 5 representou cerca de 75% (57.909 milhares) do total de dormidas.

A permanência média geral, e com referência ao mesmo ano de 2003, fixou-se nos 6,6 dias, sendo os turistas holandeses os que em média permaneceram mais tempo (13,3 dias), e os espanhóis os que permaneceram menos tempo (3,1 dias). Ainda ao nível das dormidas, de referir que o mercado interno com 9.244,5 (27,3%) milhares de dormidas, foi o mercado principal.

Já o gasto médio turista/dia fixou-se nos 119,5 euros em 2003, sendo os turistas do Reino Unido os que em média gastaram mais (129,33 euros) e os turistas do mercado francês os que gastaram menos (96,74 euros);

A taxa de sazonalidade média (mede o peso relativo de meses de Verão) fixou-se nos 41,5 % para o mesmo ano, sendo que o mercado francês foi o que apresentou a maior taxa de sazonalidade e a menor taxa de sazonalidade (37,9%) foi registada pelo mercado alemão.

O índice de amplitude sazonal média, que mede o diferencial entre os meses de Verão e os de Inverno a partir das dormidas gerais, fixou-se nos 3,2. O mercado holandês foi o

que registou o maior índice de amplitude sazonal (6,8) e os que apresentaram o menor índice de amplitude sazonal (2,3) foram os residentes em Espanha;

Dados mais recentes indicam que em 2005, a actividade turística em Portugal registou um desempenho assinalável, conforme evidenciam os principais indicadores de actividade:

- O número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros cresceu 4,1 %;
- O número de passageiros desembarcados de voos internacionais cresceu 5,4%;
- O movimento de passageiros nos portos marítimos cresceu 8,6%, sendo que o porto marítimo que mais contribuiu para obter este resultado foi o do Funchal, que ao crescer 7,6%, contribuiu com mais 20 mil passageiros que em 2004;
- As taxas de ocupação quarto e cama, cresceram 1,1% e 1,5%, respectivamente;
- As receitas do turismo, cresceram 1,1%.

O mercado interno (4,4%) evidenciou melhor comportamento que o mercado externo (3,9%). Os principais mercados emissores registaram comportamentos positivos relevantes. O mercado britânico, responsável por mais de 20% das dormidas totais, registou um crescimento, em 2005, de 4,6%. O mercado dinamarquês foi o mais dinâmico, com 31,8% de taxa de crescimento face a 2004.

Os hotéis e os hotéis-apartamentos concentraram cerca de 70% do total das dormidas, em 2005, foram também estas as tipologias onde as dormidas mais cresceram, com 7,8% e 8,1%, respectivamente.

A região dos Açores foi a que evidenciou melhor desempenho em 2005 (mais 18%). As restantes regiões apresentaram crescimentos moderados, à excepção da região do Algarve, que para o período em análise, decresceu 5,3% face ao ano anterior.

Contudo, os resultados apurados pelo Banco de Portugal para o ano 2005 validam um acréscimo homólogo das receitas do turismo de apenas, 1,1%, enquanto que as despesas aumentaram 11,2%. Este comportamento traduziu-se numa diminuição de 4,4% do saldo da balança turística.

### **5.3 Contexto Madeirense**

A Região Autónoma da Madeira (RAM), como pequena região insular, é uma economia aberta e dependente do exterior pelo que num contexto de inserção numa economia global interdependente e em particular no espaço da União Europeia será forçosamente influenciada por factores externos, favoráveis ou desfavoráveis que serão determinantes da dinâmica mundial.

Para além das condicionantes que se prendem com a natureza de ilhas, distanciadas das regiões centrais, o que origina desvantagens e restrições no acesso aos mercados e à informação na mobilidade de pessoas e na possibilidade de aceder às grandes redes europeias de transporte e energia, existem limitações que decorrem da pequena dimensão e de características adversas da estrutura física do território (muito montanhoso).

As duas ilhas habitadas da região (Madeira e Porto Santo) dispõem, no seu conjunto, de uma área de 776,8 Km<sup>2</sup> onde residem cerca de 245 milhares de habitantes, a que se junta um fluxo de população flutuante de cerca de 15.000 turistas/dia.

A pequena dimensão da região é ainda mais limitada se tivermos em conta as características geomorfológicas que condicionam a actividade agrícola, o povoamento, a implantação de infra-estruturas básicas, o funcionamento das redes de serviços e a articulação dos sub-espacos regionais e, conseqüentemente, do mercado.

Assim sendo, é natural que estas limitações originem uma grande dependência face ao exterior, bem como um grande fluxo migratório para os países de vários continentes, sobretudo da América do Sul (Venezuela) e África (África do Sul) e, mais recentemente, para os países da União Europeia.

#### **5.3.1. Estrutura Económica**

A base económica da Madeira foi acumulando fragilidades, traduzidas num modelo de especialização em que têm muito peso actividades tradicionais, geradoras de fracos rendimentos (agricultura, artesanato), que se têm confrontado com dificuldades de integração num modelo económico competitivo, e actividades ligadas ao turismo, que beneficiaram de um grande impulso no final da década de 60 e início dos anos 70.

A actividade industrial (indústria alimentar, bebidas, tabacos e artesanato), devido à escassez de recursos e de mercado, e às desvantagens competitivas decorrentes da insularidade, têm assumido uma posição modesta, apresentando um fraco desenvolvimento. As actividades artesanais (bordados e vimes), têm desempenhado uma função importante na absorção parcial do sub-emprego existente essencialmente na economia rural. A fileira da construção tem um peso significativo na economia regional, essencialmente devido ao investimento público.

De acordo com o INE e atendendo aos últimos Censos (2001), a taxa de actividade era de 50%. A estrutura sectorial caracteriza-se pela preponderância do comércio e serviços, com cerca de 63,2%. O sector primário tem vindo a perder importância relativa na produção regional, ocupando apenas 8% da população activa, enquanto que o sector secundário representa 24,2%. As estimativas para o 1º trimestre de 2005, apontavam para uma taxa de desemprego na ordem dos 4,8%.

É necessário referir ainda, que a distribuição espacial das actividades económicas apresenta uma particularidade, uma vez que a maior parte das empresas se localiza numa faixa centralizada no Funchal que se estende aos concelhos do litoral Sul. Nos restantes concelhos, a administração pública, regional e local é a principal empregadora.

A taxa de analfabetismo situava-se, em 2001, nos 12,7%.

### **5.3.2. Turismo**

A actividade turística tem beneficiado de um incremento assinalável na região, já que a Madeira é um destino procurado por nacionais e estrangeiros pela especificidade da região em termos ambientais e climáticos. O sector do turismo assume, assim, na Região um papel preponderante há largas décadas, quer como fonte geradora de receitas quer como geradora de postos de trabalho.

A Madeira registou em 2004 apenas um ligeiro decréscimo em termos de entradas de turistas, na ordem dos 1,7%, em relação ao ano anterior, facto que não deixa de ser preocupante.

Assim, em 2004 o total das dormidas na RAM foi de 5.493.475 noites, com crescimento de 2,4%, representando 15,6% do total das dormidas em Portugal. Registaram-se 842.213 hóspedes entrados e as receitas totais da hotelaria totalizaram cerca de 243,7 milhões de euros, o que significa uma variação negativa de 0,62% em relação a 2003.

O movimento de passageiros no porto do Funchal cresceu 7,6% em relação ao ano anterior, o que indicia bons auspícios no turismo de cruzeiros. O porto do Funchal representa 48,3% do movimento total nos portos nacionais.

Já quanto aos aeroportos, a Madeira registou igualmente uma variação positiva de 1,9%. No todo nacional, a comparticipação madeirense representa 6,8%.

Em 2004, os principais mercados emissores foram o português com cerca de 26,7% dos hóspedes entrados, o britânico com 23,4%, e o alemão com 16,7%, em linha com a tendência de anos anteriores. Estes três mercados, representam por si só, 66,9% das entradas na região.

A oferta hoteleira da Madeira tem registado um crescimento contínuo ao longo dos anos, mas vem registando taxas menores de crescimento nos últimos tempos. Refira-se que a capacidade máxima prevista pelo POT até 2012 é de 39.000 camas, pelo que este ritmo de crescimento ao nível da capacidade hoteleira, está em linha com os padrões indicados no POTRAM - Plano de Ordenamento do Território da Região Autónoma da Madeira - que, até 2012, aponta para o acréscimo anual máximo de 5%.

Os empreendimentos turísticos em funcionamento totalizavam portanto 29.523 camas, número que corresponde a um aumento de cerca de 3,28% em relação ao ano anterior. A esta capacidade de alojamento correspondem 270 empreendimentos turísticos e 49 unidades de Turismo em Espaço Rural (TER).

A taxa de ocupação média anual tem-se mantido acima dos 50% (53,9% em 2004), apesar dos sucessivos aumentos de capacidade de alojamento. A hotelaria tradicional de 4 e 5 estrelas, embora mantendo uma posição preponderante, tem vindo a ser complementada por outras categorias de alojamento, nomeadamente casas de turismo de habitação, de turismo rural e em "Quintas" tradicionais madeirenses.

Quanto aos preços praticados, a política na Região é resultado de uma excessiva dependência dos operadores turísticos, pelo que os preços praticados pelas unidades hoteleiras na Madeira são inferiores aos do continente para idênticas categorias. Procura-se de certa forma compensar os custos da operação aérea, através de uma redução no preço de alojamento, para que o pacote turístico possa ser competitivo com outros destinos concorrentes.

A procura mantém-se centrada nos países do Norte da Europa, realçando-se a participação do mercado alemão, britânico e português, com cerca de 60% da quota de mercado no seu conjunto.

A nível da colocação de novos produtos no mercado, têm sido desenvolvidos os produtos ligados ao golfe, aos congressos e ao turismo ecológico, com especial incidência nos passeios a pé.

Na sequência da recente aprovação do Sistema de Identidade do Turismo Português, realizou-se um estudo de adaptação da imagem “Madeira – Região de Turismo”. A nova imagem posiciona a Madeira como um destino holístico e completo, continuando a privilegiar a riqueza natural que o habitante e o visitante desfrutam nas duas ilhas do arquipélago, valorizando os elementos “natureza”, “água” e “bem-estar”.

No entanto, o desenvolvimento do turismo na região comporta alguns riscos, nomeadamente um crescimento demasiado acelerado da oferta hoteleira pode constituir um obstáculo para se atingirem os níveis desejados de rentabilidade e ocupação de camas, bem como a construção desenfreada em detrimento dos espaços verdes, pondo em causa os factores de atracção da região.

## **6. CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

A procura do estabelecimento de padrões sustentáveis de desenvolvimento vem merecendo, ultimamente, a atenção de todos os sectores da sociedade em geral. A emergência de graves problemas sócio-ambientais nas últimas décadas, à escala global, conduziu a uma intensa mobilização de países desenvolvidos e em desenvolvimento, no sentido de se rever as estratégias e políticas adoptadas pela sociedade industrial.

Neste contexto, importa pois perceber de que se trata, quando se fala de sustentabilidade e/ou de desenvolvimento sustentável, e que é muitas vezes mal utilizado. Existem diferentes interpretações e vários pontos de vista sobre o significado dos termos desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, sendo que estes podem ter significados diferentes para pessoas diferentes. Isto é, dependendo do ponto de vista do analista, são várias as formas de se interpretar o significado dos termos.

No cerne dos debates sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, está o facto de que o conceito de sustentabilidade assenta num poderoso factor ético, aliado a um outro factor que está relacionado com a capacidade do sistema económico perpetuar-se, quando se leva em consideração horizontes longos de tempo.

Estes componentes explicam a importância deste assunto na história da análise económica. A conjugação entre a limitada oferta de recursos naturais, crescimento populacional e taxa de retorno decrescente na produção, induziu os primeiros economistas clássicos, como Malthus e Ricardo, a argumentar que, a longo prazo, a economia tenderia a convergir para um estado estacionário, sendo que a maioria das pessoas viveria com um padrão mínimo de subsistência.

A segunda geração de economistas clássicos tinha uma visão mais optimista sobre a possibilidade de desenvolvimento económico. Esta corrente de economistas não refutava os argumentos usados pelos primeiros clássicos, mas enfatizava que a descoberta de novas fontes de recursos e progresso tecnológico poderiam compensar os retornos decrescentes, assim como, a imposição de limites para o crescimento populacional poderia ser uma arma eficiente para melhorar o nível de bem-estar da sociedade.

Já a teoria de crescimento neoclássica, desenvolvida no séc. XX, rejeitava quase completamente a hipótese clássica de que a longo prazo a economia tenderia a atingir um estado estacionário. O aumento da participação de produtos manufacturados na composição da economia levou os economistas a diminuir a importância dada ao factor terra como factor produtivo. De facto, a teoria de crescimento neoclássica sugeria que a longo prazo, não existiria qualquer factor fixo. Uma suposição de progresso tecnológico continuado era suficiente para se concluir, que o crescimento económico poderia ser sustentado continuamente (Perman *et al.* 1996).

Com o passar dos tempos, não foram somente os economistas que se interessaram sobre as teorias de crescimento e desenvolvimento. No pós-década de 50 do séc. XX, os princípios fundamentais da física e da biologia nortearam o aparecimento da ecologia como ciência autónoma, fazendo surgir esta nova disciplina relacionada com o estudo do ambiente.

A partir de então, passou-se a dar atenção especial à sustentabilidade dos ecossistemas e as questões relacionadas com o ambiente foram incorporadas à análise económica, resultando no aparecimento da economia do ambiente. Este novo paradigma serviu para alertar sobre a existência de limites de crescimento, e pela primeira vez começaram a aparecer correntes que achavam que o processo económico poderia não ser sustentável (Perman *et al.* 1996).

Com o surgimento deste novo paradigma de desenvolvimento, várias interpretações sobre o conceito de desenvolvimento sustentável nasceram, e até hoje os debates sobre o tema, ainda geram controvérsias. Assim, dependendo da abordagem a ser dada, pode-se fazer diferentes interpretações sobre o conceito e a aplicabilidade da teoria de desenvolvimento sustentável.

O conceito foi desde sempre alvo de múltiplas interpretações e embora permaneça vaga, são várias as diferentes abordagens que têm sido propostas num esforço para definir o que constitui desenvolvimento sustentável e o que não pode ser tido como tal.

De acordo com Michael J. Stabler e Brian Goodall (1996), desenvolvimento sustentável é um conceito vago e multi-dimensional, com múltiplas definições. Essa pluralidade

pode tornar-se, segundo os autores, num ponto fraco, uma vez que para diferentes sectores sociais (cientistas naturais, conservacionistas, economistas, indústria, governos e planeamentos), se interpreta o conceito de modo a oferecer legitimidade às suas acções e objectivos.

Desde logo, é importante compreender o termo desenvolvimento ou crescimento continuado. Duas questões centrais podem colocar-se quando se reflecte sobre a possibilidade de existência de crescimento continuado, segundo Perman *et al.* (1996). A primeira diz respeito à economia positiva e pode ser assim colocada:

Sabendo-se que o processo ambiental natural impõe limitados stocks de recursos, que são finitos e exauríveis, será possível para uma economia, ao longo de períodos indefinidos, atingir um estado em que produção e consumo sigam trajectórias não declinantes, ou mesmo, com taxas de crescimento positivas?

A segunda questão é normativa: de que forma a utilização dos recursos deve ser conduzida ao longo dos tempos? A problemática central, é pois o papel que o ambiente natural assume no desenvolvimento. O debate tem crescido em torno das relações entre o ambiente natural e o ambiente construído pelo homem, que como património edificado, terá de ser gerido pelas gerações futuras, para suprirem as suas necessidades. Embora seja largamente aceite que os activos totais (bens patrimoniais) devem ser mantidos ou aumentados, não existe consenso quanto à questão da expansão do “ambiente criado” pelo homem à custa da natureza.

Sobre esta importante questão, existem duas correntes diametralmente opostas. Uma, a branda (*soft*), tida como a corrente da **sustentabilidade fraca**, reflecte a perspectiva de mercados ortodoxos, economistas e indústrias. Embora aceite que as considerações sobre o ambiente sejam levadas em conta nas políticas e decisões, permite, todavia, a substituição do ambiente natural pelo ambiente fabricado pelo homem, isto é, admite a utilização de recursos sucedâneos, mesmo quando sejam recursos não renováveis. No limite, admite que o desenvolvimento poderia ser equacionado com o crescimento económico contínuo mantendo-se uma atenção, ou acção mínima, das pessoas ou empresas para com o ambiente natural.

Contrariamente, a corrente dura (*hard*), a da **sustentabilidade forte**, defendida por cientistas naturais, conservacionistas e economistas de ambiente, impõe, intransigentemente, a defesa do ambiente de um modo absoluto. Em termos gerais, a visão da sustentabilidade forte, postula que, em face da incerteza da possibilidade de reprodução de recursos naturais e da possível irreversibilidade das decisões, deverá prevalecer o **princípio da precaução**. Significa isto que não devem ser utilizados recursos naturais não renováveis a níveis de consumo que comprometam equilíbrios naturais de longo prazo, não sendo aceitável atribuir-lhe um valor económico de troca. Por outro lado, o ambiente deve ter a seu favor o benefício da dúvida quando na ausência de provas científicas evidentes, haja incerteza sobre o nexo causal entre uma actividade e um determinado fenómeno de poluição ou degradação do ambiente.

Os autores acima referidos, declaram identificar-se com a sustentabilidade forte, acrescentando que o objectivo da política de desenvolvimento sustentável é assegurar que os impactos negativos do desenvolvimento económico sejam mitigados, ou idealmente, eliminados. Isto implica que tenham de ser efectuadas mudanças decisivas na produção e nos padrões de consumo, envolvendo aspectos culturais e sociais, para além das questões de ordem económica e material. O desenvolvimento sustentável está assim relacionado com melhorias na qualidade de vida, enfatizando a conservação e admitindo que o ambiente natural, como factor de produção, é de igual ou ainda de maior valor que o capital ou o trabalho.

Posto isto, a pergunta é, no entanto, inevitável. Que definição de desenvolvimento sustentável utilizar e quais os princípios norteadores e padrões de avaliação, que conduzem a esse desenvolvimento?

Desde o início dos anos 80 que vinham surgindo através de vários relatórios e encontros, manifestações de preocupação com a saúde e bem-estar no planeta. Dos inúmeros encontros organizados, resultaram diversos documentos que procuraram contribuir para a construção de uma nova ordem internacional. Entre eles destacam-se:

- o Relatório “Limites do Crescimento”, do Clube de Roma (1971);
- a Conferência Mundial de Estocolmo (1972);

- O World Conservation Strategy, em 1980, que abordou a necessidade de se criar sustentabilidade na utilização dos recursos naturais;
- a Comissão Brandt (Independent Commission on International Development Issues) que, no mesmo ano, destacou a necessidade de incluir o “cuidado ambiental” no desenvolvimento;
- a Declaração de Manila (OMT, 1981), que assinalou a realidade dos recursos naturais serem uma herança comum;
- o acordo UNEP/OMT de 1982, que se referia à necessidade de ajustar o desenvolvimento turístico às preocupações ambientais;
- o Relatório “ O Nosso Futuro Comum” (1987), também conhecido pelo Relatório Brundtland;
- Eco92 e a Agenda 21, da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro (1992);
- e a Conferência Mundial Rio + 10, em Joanesburgo (2002).

De entre todos os encontros, assume particular importância a reunião de 1987, de onde emanou o já referido Relatório “ O Nosso Futuro Comum”. De facto, os princípios e as práticas do desenvolvimento sustentável foram pela primeira vez enunciados de forma sistematizada, pela WCED (World Commission on Environment and Development), ao publicar este relatório. O presidente da Comissão era a então Primeira-Ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, e por essa razão, o documento tornou-se mais conhecido como Relatório Brundtland.

O Relatório Brundtland revelou os diversos conflitos entre o interesse económico e os limites de suporte dos sistemas ambientais. Elaborado a partir da contribuição de governos, instituições e pessoas de diferentes classes sociais e profissionais de diversos países, o documento expressa a preocupação mundial com os riscos da degradação ambiental e com a necessidade urgente do estabelecimento de novos parâmetros para o desenvolvimento, que tenham como perspectiva a qualidade de vida, a protecção e melhoria do meio ambiente, que reconciliem as actividades humanas com a preservação da vida no planeta e com uma sociedade mais justa e equitativa.

A definição de Desenvolvimento Sustentável apresentada pelo Relatório Bruntland, é a seguinte: **“é o desenvolvimento que vai ao encontro das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.”**

O mesmo documento indicava também, os cinco pilares que conduzem a um desenvolvimento sustentável:

- 1º Planeamento estratégico holístico;
- 2º Importância de preservar os processos ecológicos essenciais;
- 3º Necessidade de proteger simultaneamente a herança humana e a biodiversidade;
- 4º Necessidade de desenvolvimento de tal modo que a produção possa ser mantida através dos tempos pelas futuras gerações, evidenciando equidade intergeracional;
- 5º Objectivo de alcançar um melhor equilíbrio de justiça e oportunidades entre nações.

De acordo com Lemos (1999), referido por Martins (2002), o Relatório apresentou também algumas sugestões de políticas públicas que poderiam promover o desenvolvimento sustentável. Para tanto, as seguintes medidas deveriam ser adoptadas:

- Limitação do crescimento da população;
- Garantia de segurança alimentar a longo prazo;
- Preservação da Biodiversidade e dos ecossistemas;
- Diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que incorporassem o uso de fontes renováveis de energia;
- Satisfação de todas as necessidades básicas das pessoas;
- Aumento da produção industrial nos países não-industrializados à base de tecnologias que fossem ecologicamente limpas;
- Controlo da urbanização desenfreada das populações
- Promoção de uma maior e melhor integração entre os meios rurais e urbanos.

Marco conceptual do novo paradigma, o Relatório consagra o conceito de “desenvolvimento sustentável”, derivado da constatação de que o desenvolvimento em curso, assente na visão estreita do crescimento económico a qualquer custo, no consumismo, individualismo, desigualdade, assim como no tratamento da natureza como

depósito de dejectos e fornecedor de recursos inesgotáveis, conduzia a um caminho de autodestruição.

Com o conceito, a noção de desenvolvimento humaniza-se, e passa a incluir a preocupação com as gerações futuras. Considerando o desenvolvimento sustentável como um processo, o documento preconiza a reorientação de uso dos recursos naturais, da tecnologia, de investimentos, das instituições e das leis, bem como a adopção de novos valores nos quais o respeito à equidade, à justiça e à vida, prevaleçam. Coloca-nos igualmente, a necessidade de transformar a avaliação da sustentabilidade em prioridade no diálogo entre nações.

No fundo, de acordo com o Relatório Brundtland, os organismos internacionais deveriam adoptar uma ideia de desenvolvimento que procurasse compatibilizar eficiência económica com justiça social e com prudência ecológica.

A ideia de sustentabilidade ecológica agrega a preservação do capital natural a estes dois elementos, juntando crescimento, equidade e preservação do meio ambiente. A sustentabilidade do desenvolvimento deve estar relacionada simultaneamente a estes três elementos, e não deve restringir a preocupação com a sustentabilidade à esfera puramente ambiental. **Portanto, para ser sustentável, o desenvolvimento deve ser contínuo ao longo do tempo, gerando aumento do produto, melhoria dos indicadores sociais e preservação ambiental.**

De acordo com as diversas ópticas que abordam a sustentabilidade, depreende-se que uma condição fundamental para que ocorra o desenvolvimento sustentável é como já foi referida, a preservação e conservação do *stock* de recursos naturais. Segundo Daly (1991), uma pressuposição fundamental é o surgimento de conhecimentos científicos que tornem viável a inovação tecnológica, de forma a possibilitar a preservação e reciclagem da base dos recursos naturais, isto é, o desenvolvimento de tecnologias ecologicamente correctas.

Entretanto, segundo Serafy (1991), este não é um objectivo fácil de ser atingido, principalmente quando se observa que os pressupostos básicos da maioria dos modelos de crescimento, estão fundamentados na ideia de que a exaustão de um recurso natural

não renovável, pode e deve, ser compensada com o surgimento de outros recursos substitutos.

Gomes (1995, p. 12), afirma: “ É claro que existe implícita, na definição de desenvolvimento sustentável adoptada pela ONU, a possibilidade de um desenvolvimento não-sustentável e, nesse ponto a referência clara é ao meio ambiente. A novidade não reside aí, entretanto, mas na afirmação positiva de que pode haver uma compatibilização, para todos os efeitos permanentes, entre desenvolvimento e preservação ambiental. Ou seja, ao trazer para a agenda uma discussão sobre o desenvolvimento (ambientalmente) sustentável, o Relatório de Brundtland recolocou, em termos muito mais favoráveis, a velha polémica sobre um supostamente inevitável conflito entre desenvolvimento económico e meio ambiente”.

Na opinião do mesmo autor, citado por Martins (2002), o Relatório Brundtland apresenta igualmente algumas sugestões flagrantemente utópicas, como quando se afirma que o desenvolvimento sustentável exige que as sociedades atendam às necessidades humanas, tanto aumentando o potencial de produção quanto assegurando a todos as mesmas oportunidades. Fica claro o conflito entre dois paradigmas: o do ‘desenvolvimento sustentável’ e o do desenvolvimento puramente ‘economicista’ em que todos os recursos sem excepção têm um valor de troca mesmo quando já se tenham perdido as condições de equilíbrio ambiental.

A partir da ECO92 no Rio de Janeiro, surgem novas reflexões, consagrando-se a noção de **sustentabilidade ampliada e de sustentabilidade como um processo**.

A primeira, promove a integração da Agenda Ambiental com a Agenda Social, enunciando a indissociabilidade entre os factores sociais e os ambientais. Aponta a necessidade de se tratar, conjuntamente, os problemas ambientais com aqueles relacionados com a pobreza.

A segunda, proclama que a sustentabilidade não é um estado permanente, mas um processo que deve passar por revisões e adaptações impostas pelas respostas, dentro de uma visão sistémica dos fenómenos que a envolvem. Trata-se pois, de um processo contínuo, de avaliação e revisão, na busca constante da melhoria.

Sintetizando, na sua essência, o conceito de desenvolvimento sustentável promove:

- A ampliação da visão de desenvolvimento, quando o define como mais do que o crescimento económico;
- A permanência do desenvolvimento, quando introduz a preocupação com as futuras gerações. Uma economia sustentável é aquela em que a base dos recursos é mantida intacta ao longo de gerações;
- A extensão do desenvolvimento, quando o apresenta como necessário em todos os países (implicações planetárias do desenvolvimento);
- Um processo de mudança para o desenvolvimento, quando indica a necessidade de reorientação de uso dos recursos naturais, da tecnologia, dos investimentos, da leis e das instituições, e a adopção de novos valores pela sociedade. A capacidade de assimilação ambiental, oriunda das diversificadas fontes de recursos como, por exemplo, metais, madeira, solos e água, deve ser direccionada de forma a minimizar os desperdícios e a exaustão destes recursos, seja através do avanço tecnológico ou de qualquer outro instrumento preservacionista.

Por tudo isto, desenvolvimento sustentável, segundo a OMT, tem a ver com proporcionar uma vida melhor a todas as pessoas, de modo a que seja viável no futuro como o é no presente. Inicialmente confinada ao ambiente natural, a sustentabilidade congrega hoje em dia, o social, económico e cultural, bem como o ambiente construído.

Três dimensões ou pilares do desenvolvimento sustentável são então presentemente reconhecidas:

- **Sustentabilidade Ambiental**, o que significa conservar e gerir recursos, especialmente aqueles que não são renováveis ou que são preciosos em termos de suporte de vida. Requer acções para minimizar a poluição do ar, terra e água, e a conservação da diversidade biológica e da herança natural.

- **Sustentabilidade Social**, o que significa respeitar os direitos humanos e oportunidades iguais para todos. Requer uma distribuição equitativa dos benefícios, com o foco na erradicação da pobreza. Tem o seu ênfase nas comunidades locais, mantendo e reforçando os seus sistemas de suporte de vida, reconhecendo e respeitando as diferentes culturas e evitando qualquer forma de exploração.

- **Sustentabilidade Económica**, o que significa gerar prosperidade nos diferentes níveis da sociedade, reconhecendo o custo efectivo de toda a actividade económica. Trata-se da viabilidade das empresas e actividades e a sua habilidade de se manterem a longo prazo.

Estes três pilares são interdependentes e podem reforçar-se mutuamente ou competir entre si. Conseguir o desenvolvimento sustentável significa no fundo, implica equilibrar a balança destas três dimensões.

Apesar das controvérsias existentes entre economistas e ecologistas sobre a possibilidade de haver sustentabilidade da actividade económica, e, reconhecendo-se que o desenvolvimento sustentável não tem um padrão absoluto único, neste trabalho, procurar-se-á caracterizar desenvolvimento sustentável baseado nas considerações apresentadas no Relatório de Bruntland.

Entretanto, deve-se salientar que às vezes, a convivência pacífica entre o desenvolvimento económico e o meio ambiente é difícil de ser entendida, mas pode ser alcançada, desde que se estabeleça limites de tolerância entre as consequências do desenvolvimento económico e seus impactos sobre o meio ambiente.

As Nações Unidas declararam a década 2005-2014, como “A Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável”.

## **7. O TURISMO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

É geralmente aceite por todos, desde governantes, empresários, organizações não governamentais, estudiosos, etc., que sem sustentabilidade não pode existir desenvolvimento, durável e a longo prazo, que traga benefícios a todos os interessados, que resolva problemas graves como a pobreza, ou que preserve os recursos naturais e construídos pelo homem, em que assentam toda a nossa prosperidade.

Nessa base, a noção de desenvolvimento sustentável expandiu-se e alargou-se a outras formas de desenvolvimento e actividades económicas, incluindo o Turismo. A par do crescimento que se vem verificando neste sector a nível mundial, deu-se também a consciencialização para a sua sustentabilidade, e para as necessárias mudanças de actuação na sua prossecução.

Assim, o turismo não permaneceu nem pode permanecer indiferente ao desafio da sustentabilidade, pois apesar de contribuir com cerca de 10 % do total da actividade mundial e ser um dos principais geradores de emprego, causa também impactos significativos no meio natural e construído e no bem-estar e cultural das populações receptoras.

O crescimento massivo, previsto para o sector do turismo até 2020, oferece excelentes oportunidades para espalhar a prosperidade, mas apresenta, como já referido, potenciais ameaças para as comunidades e para o meio ambiente, se as mesmas não forem bem geridas. Um dos assuntos mais preocupantes é o das alterações climáticas, com implicações preocupantes para o turismo.

A Agência Europeia do Ambiente em 2001 (AEA, 2001) revelava o peso e a responsabilidade da actividade turística no aumento da pressão sobre os chamados recursos “turísticos” naturais, culturais e económicos. Ou seja, em vez de se identificar como actividade sustentável, o turismo era classificado como actividade degradadora de recursos, destrutora do seu próprio capital de base.

Assim, o turismo pode:

- Pressionar os frágeis ecossistemas, causando degradação do ambiente físico e destruição de espécies selvagens;
- Exercer pressão considerável nas comunidades anfitriãs e conduzir à deslocalização de sociedades tradicionais, bem como à perda de tradições e valores;
- Competir no uso de recursos escassos, nomeadamente solo e água;
- Contribuir significativamente para a poluição local e global;
- Ser uma fonte de rendimento vulnerável e instável, já que é muitas vezes sensível às mudanças actuais ou futuras, no ambiente natural e social dos destinos turísticos.

Todavia, existe paralelamente um reconhecimento generalizado sobre o potencial papel do turismo na erradicação da pobreza, proporcionando fontes de rendimento às comunidades mais pobres.

Do lado positivo temos:

- Fonte crescente de oportunidades para o desenvolvimento empresarial e criação de emprego, assim como estimulador do investimento e suporte dos serviços locais, mesmo que em comunidades remotas;
- Contribui com valor económico tangível para os recursos naturais e culturais. Isto pode resultar dos ganhos directos com os gastos dos visitantes, e aumentar no suporte económico à conservação das comunidades locais;
- Ser uma força impulsionadora das trocas inter-culturais, para a compreensão e para a paz.

O turismo apresenta-se, por tudo isto, numa posição especial na contribuição que pode dar para o desenvolvimento sustentável e os desafios do presente. Primeiro, pelo dinamismo e crescimento do sector, e pela contribuição que oferece às economias de muitos países e destinos locais. Segundo, porque é uma actividade que envolve uma relação especial entre os visitantes, o sector, o ambiente e as comunidades locais.

Neste sector em particular, o consumidor vai ao encontro do produto e do produtor, daí advindo esta relação especial. Relação esta que conduz a três únicos e importantes aspectos:

- **Interacção:** a experiência de conhecer novos locais, envolve uma interacção considerável directa e indirecta, entre visitantes, comunidades locais e ambientes naturais.
- **Conhecimento/ Consciencialização:** Permite que os turistas se tornem mais conscientes das questões ambientais e das diferenças entre nações e culturas, o que pode afectar e alterar atitudes e preocupações com a sustentabilidade, não só durante as viagens, mas também no futuro dia-a-dia das pessoas.
- **Dependência:** Os turistas procuram ambientes e espaços limpos e intactos, áreas naturais atractivas, tradições culturais e históricas autênticas, e anfitriões hospitaleiros que saibam receber e estabelecer uma boa relação. O sector depende, por isto, da existência destes atributos.

Na linha do desenvolvimento sustentável, de que se fala então quando se trata de turismo sustentável? Ao contrário do que muitos pensam, o turismo sustentável não é um tipo especial de turismo, já que todo o tipo de turismo deve procurar ser sustentável. Um turismo de massas bem gerido, por exemplo, pode e deve, ser tão sustentável como um turismo específico em pequena escala.

Algumas instituições e analistas caem no erro de considerar o turismo sustentável como uma espécie particular de turismo, apelando a um nicho de mercado que é sensível ao ambiente e aos impactos sociais, que é explorado por tipos particulares de produtos e operadores, e normalmente que é contrário ao turismo de massas, implicando pequenas escalas.

Confrontar e propor soluções para os problemas das áreas turísticas já desenvolvidas é um objectivo-chave do turismo sustentável, e não apenas unicamente criar novos destinos turísticos mesmo que os mesmos sejam considerados sustentáveis (Butler, 1998). Ainda para mais quando, como defendem alguns autores, o turismo de massas em muitos aspectos causa menos impacto do que as novas formas de turismo (Butler, 1998; Mowforth & Munt, 1998).

Deve estar claro então, que o termo turismo sustentável refere-se a um objectivo fundamental: tornar todo o tipo de turismo mais sustentável. O termo deve ser utilizado para referir-se a um estado do turismo, e não a um tipo de turismo. Por exemplo, o

ecoturismo foi muitas vezes usado como sinónimo de turismo sustentável. Na verdade, o ecoturismo abraça os princípios da sustentabilidade, mas vocaciona-se explicitamente a determinado nicho de mercado.

O turismo sustentável é pois um conceito recente, usado para reflectir a necessária análise e gestão compreensiva do turismo visto tanto como um negócio como uma experiência. Em 1995, o Turismo Sustentável foi definido pela OMT como: **“Aquele ecologicamente suportável a longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. Exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando a frágil balança que caracteriza muitos destinos turísticos, em particular pequenas ilhas e áreas ambientalmente sensíveis.”**

A mesma organização postula que o desenvolvimento do turismo sustentável vai ao encontro das necessidades dos turistas e das regiões de acolhimento enquanto protege e incrementa oportunidades futuras. É encarado como tendo capacidade para gerir todos os recursos de modo a que as necessidades económicas e sociais possam ser satisfeitas, mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte da vida.

Como refere R. Butler (1993), "turismo sustentável é o turismo que se desenvolve e mantém numa área (ambiente, comunidade) de tal forma e a uma tal escala que garante a sua viabilidade por um período indefinido de tempo sem degradar ou alterar o ambiente (humano ou físico) em que existe e sem pôr em causa o desenvolvimento e bem-estar de outras actividades e processos".

Para Partidário (1995), o turismo sustentável é um conceito que procura conciliar os objectivos económicos do desenvolvimento turístico com a manutenção da base de recursos indispensável à sua existência. As características naturais e culturais de uma região, assim como, maioritariamente, as suas características sociais e comunitárias representam a oferta potencial do território que o desenvolvimento turístico procura. Assim sendo, a actividade turística só pode ser eficiente e viável num médio e longo prazo se garantir que os recursos de que depende vão ser mantidos e mesmo melhorados.

Por tudo isto, conclui-se também que tornar o turismo sustentável não é somente controlar e gerir os impactos negativos do sector. O sector do turismo está igualmente numa posição especial para beneficiar as comunidades locais, tanto a nível económico como social, e consciencializar para a preservação do meio ambiente. Neste campo, desenvolvimento económico e protecção ambiental não deverão ser considerados antagónicos, mas sim mutuamente cooperantes. As políticas e as acções do sector devem aspirar a fortalecer os benefícios e reduzir os custos do turismo.

Várias convenções internacionais e declarações têm apontado as linhas mestras e os princípios do turismo sustentável. A importância do turismo e a sua sustentabilidade foi debatida por exemplo em 2002, na Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável. Nessa ocasião, muitos países declararam que estão a adoptar ou pretendem vir a adoptar políticas que promovam a sustentabilidade deste sector. No entanto, continua a existir alguma incerteza quanto a colocar as mesmas em prática.

Segundo Partidário (2003), esta situação faz pensar, concretamente no caso nacional português, “que há um *link* crítico que está a faltar, *link* que se exprime em três peças fundamentais para pôr a máquina em movimento:

- políticas e estratégias orientadoras de uma prática sustentável, a níveis nacional, regional e local;
- incentivos fiscais e económicos que estimulem o que deve ser feito;
- capacidade técnica para o fazer com qualidade.”

Entre os diversos relatórios e declarações da OMT relacionados com o Turismo Sustentável, destacam-se:

- Declaração de Manila sobre Turismo Mundial, 1980
- Documentos de Acapulco sobre os Direitos de Férias, 1982
- Projecto dos Direitos e Código do Turismo, Sofia, 1985
- A Declaração da Haia sobre o Turismo, 1989
- Carta de Lanzarote sobre Turismo Sustentável, 1995
- Relatório sobre Prevenção de Turismo Sexual Organizado, Cairo, 1995
- Conferência de Lanzarote sobre Turismo Sustentável, 1998
- Códigos Globais sobre Ética para o Turismo, 1999

Poderão enunciar-se então como objectivos de desenvolvimento turístico sustentável (Sadler, 1992; OMT, 1993; Partidário, 1999):

- 1) O desenvolvimento de uma actividade turística próspera e economicamente viável que melhore a qualidade de vida da comunidade receptora;
- 2) O assegurar uma experiência turística de elevada qualidade ao turista; e
- 3) A manutenção da qualidade do ambiente da qual o turismo em última análise depende.

Estes objectivos podem ser conseguidos através de acções que amenizem os **desequilíbrios** existentes, que aumentem a protecção e os benefícios ambientais actuais e que estabeleçam um contexto claro que assegure uma gestão efectiva no futuro.

O termo turismo sustentável compreende por tudo isto, uma nova visão política e um contexto de referência. O desenvolvimento sustentável do turismo pressupõe a adopção de estratégias políticas que garantam a manutenção dos elementos indispensáveis à prossecução de objectivos de desenvolvimento turístico.

Em 1992 o Tourism Concern e o World Wide Fund elaboraram os Princípios do Turismo Sustentável que se apresentam de seguida.

Quadro 1 – Princípios de um Turismo Sustentável

1.	Utilização sustentável dos recursos
2.	Redução do sobre-consumo e do desperdício
3.	Manutenção da diversidade
4.	Integração turismo – planeamento
5.	Suporte de economias locais
6.	Envolvimento das comunidades locais
7.	Consulta dos vários grupos de interesse, incluindo o público
8.	Formação de funcionários da indústria turística
9.	<i>Marketing</i> responsável do turismo
10.	Investigação

Fonte: Tourism Concern e WWF (1992)

Partidário (2003) afirma: “a referenciação a estes princípios, embora frequente, é, infelizmente, sobretudo académica, quanto muito conseguindo atingir as políticas governamentais ao nível dos seus objectivos mais gerais, mas mais limitada no que respeita às acções.”

Os princípios e linhas orientadoras do turismo sustentável assentam em termos gerais, no seguinte:

- Fazer uma utilização óptima dos recursos ambientais que constituem o elemento chave no desenvolvimento turístico, mantendo processos ecológicos essenciais e ajudando a conservar os recursos naturais e a biodiversidade.
- Respeitar a autenticidade sócio-cultural das comunidades locais, preservar a sua herança cultural e construída e os valores tradicionais, e contribuir para a compreensão inter-cultural e a tolerância.
- Assegurar operações económicas de longo prazo que sejam viáveis, fornecendo benefícios sócio-económicos a todos os intervenientes no sector, que são distribuídos com justiça, incluindo emprego estável, oportunidades de ganhos de rendimento e serviços sociais para a comunidade local, e contribuindo para a diminuição da pobreza.

Com estes objectivos, o turismo sustentável requer a participação informada de todos os autores relevantes nestes processos, assim como uma forte liderança política que assegure uma vasta participação e consenso.

Trata-se pois de um processo contínuo que requer monitorização constante dos impactos, introduzindo as necessárias medidas preventivas ou correctivas sempre que preciso. Planear, desenvolver e operar são fases de um processo contínuo de melhoria. Por isso, muitas vezes se diz que o turismo nunca será totalmente sustentável.

Nos princípios atrás referidos, estão contidas todas as dimensões da sustentabilidade: **sustentabilidade económica, sustentabilidade social e sustentabilidade ambiental.**

### **7.1. Sustentabilidade Ambiental**

Analisando de forma mais pormenorizada estas dimensões, pode apontar-se o seguinte: o conceito de sustentabilidade ambiental aplicada ao turismo é normalmente utilizado

nestes contextos para exprimir a existência de uma relação inequívoca e biunívoca entre a actividade turística e o capital de recursos naturais, com objectivos de geração de experiências de elevada qualidade para o utilizador.

Segundo Partidário (1995), o equilíbrio desta relação que é razoavelmente reconhecida em *fora* científicos e políticos, encontra ainda fortes dificuldades na prática corrente da actividade turística. Em seu entender, falta a orientação de investimentos turísticos com objectivos ambientais, mas falta principalmente a adequação das iniciativas turísticas à capacidade de carga ambiental. Não existe adequação às limitações e oportunidades criadas por contextos ambientais específicos, como é o caso das ilhas, pode acrescentar-se.

Na opinião da mesma autora (1995), “este facto deve-se em grande medida às diferentes escalas temporais associadas ao desenvolvimento turístico e à gestão ambiental, bem como a um relativo desconhecimento de formas precisas com que o sistema ambiental responde aos estímulos gerados por alterações ao seu equilíbrio, e que normalmente ocorrem em períodos temporais bem mais alargados.”

O turismo afecta e depende ao mesmo tempo, da qualidade do ambiente natural e cultural. O ambiente actua como produtor de bens turísticos mas também como receptor de pressões que desafiam a sua capacidade potencial de oferecer oportunidades turísticas.

A procura do balanço entre o ambiente e o desenvolvimento está actualmente em conflito no domínio da gestão turística. O aumento da actividade e da dispersão dos vários centros turísticos a nível mundial tem gerado diversos efeitos ambientais, traduzidos em modificação da paisagem, impactes ecológicos cumulativos, consumo energético, entre outros. O saneamento desta situação implica formas diferentes de actuar e de tomar decisões, importa a adopção de procedimentos de actuação ambiental de forma integrada.

Para Partidário (1995), “uma das principais razões de impacto ambiental negativo do turismo reside na abordagem atomística, projecto a projecto, que caracteriza o desenvolvimento turístico. Tratando-se múltiplas vezes de acções sem grandes

consequências ambientais enquanto acções individuais, é o seu funcionamento conjunto, e as sinergias que estabelece com outros usos do território, que estão na origem da grande maioria dos problemas ambientais causados.”

As implicações são diversas e exprimem-se, no longo prazo, ao nível dos impactos físicos e ecológicos, paisagísticos e culturais, com degradação de recursos ambientais de elevado valor e sensibilidade como recursos de base de um desenvolvimento global sustentável.

Mais do que reconhecer a reciprocidade e a importância das relações entre o turismo como actividade económica e o ambiente como suporte de um capital de recursos naturais, a grande questão que se coloca actualmente prende-se com o significado, em termos práticos e pragmáticos, desse objectivo de sustentabilidade. A adopção de medidas preventivas e cautelares de gestão ambiental é condição imprescindível para uma actuação sustentável.

Esta interdependência é um dos princípios básicos subjacentes à sustentabilidade da actividade turística. Com efeito, ao investir na manutenção da sua base de recursos, a actividade turística pode tornar-se uma das actividades económicas mais sustentáveis.

Como qualquer outro sector de actividade económica e de desenvolvimento, a actividade turística tem vindo a sofrer o impacto da adopção da **Agenda 21**, o programa de acção, de âmbito alargado, que foi adoptado por 182 governos na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, em Junho de 1992, no Rio de Janeiro. Até à data trata-se do documento mais consensual que foi aprovado a nível mundial sobre questões ambientais e de desenvolvimento.

A nível internacional multiplicam-se as iniciativas empresariais, governamentais e de investigação que procuram conduzir a um maior equilíbrio entre o turismo e o ambiente. Destacam-se a produção de directrizes e códigos de conduta cujo objectivo é actuar como princípios de referência à promoção de uma actividade turística ambientalmente responsável.

## **7.2. Sustentabilidade Económica e Social**

De um ponto de vista socio-económico, o desenvolvimento induzido pela expansão turística exprime-se designadamente através de aumentos de fluxos de tráfego, fluxos adicionais e sazonais de população, desenvolvimento ilegal de estabelecimentos turísticos, economias subterrâneas, efeitos sobre usos e actividades locais.

Contudo, o turismo pode também ser um gerador de importantes impactos positivos ao nível económico, os quais, subseqüentemente, e de forma sinérgica, poderão determinar impactos ambientais positivos no ambiente físico-social, enquanto impactos secundários. As vantagens económicas da promoção de um turismo sustentável são hoje reconhecidas e traduzem-se em poupanças em custos de operação e maior atractividade do ponto de vista de potenciais visitantes.

## **7.3. Conclusões**

A Conferência Mundial de Turismo Sustentável (Lanzarote, 1995) adoptou a Carta para um Turismo Sustentável – Declaração de Lanzarote. A resolução final da conferência apontou para a promoção da Carta, a nível das Nações Unidas, para adopção internacional, bem como a necessidade urgente de desenvolver planos de acção de turismo sustentável em consonância com os princípios estabelecidos na Carta.

A Declaração organiza-se em 18 princípios, que se orientam para:

- Apoiar o desenvolvimento turístico em critérios de sustentabilidade, ou seja, ecologicamente sustentável no longo prazo, economicamente viável, e social e eticamente equitativo para as comunidades locais;
- Considerar os efeitos do turismo nos ambientes frágeis, no património cultural e nos elementos tradicionais, actividades e dinâmica da comunidade local, características de muitos dos destinos turísticos;
- Existência de solidariedade, respeito mútuo e participação de todos os actores, públicos e privados, no processo de sustentabilidade do turismo;
- Adopção de critérios de qualidade como objectivos prioritários na formulação de estratégias de turismo;
- Adopção de medidas que promovam a diversidade de oportunidades oferecidas pela economia local e uma distribuição mais equitativa dos custos e benefícios do turismo;

- Promoção de formas alternativas de turismo compatíveis com os objectivos do desenvolvimento sustentável e de sistemas de gestão turística ambientalmente compatíveis;
- Adopção de programas e práticas preventivas, designadamente no domínio dos transportes, da energia renovável e da reciclagem e minimização de resíduos;
- Adopção e implementação de códigos de conduta;
- Promover a informação e sensibilização de todos os parceiros a nível local, regional, nacional e internacional.

Na sequência desta Conferência, e por iniciativa conjunta do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), da Organização Mundial de Turismo (OMT) e do Conselho da Terra (Earth Council), foi adoptada a Agenda 21 para a Indústria das Viagens e do Turismo (WTTC, OMT e EC), que compreende um programa de acção dirigido a entidades governamentais, autoridades nacionais de turismo, representantes de organizações comerciais e empresas.

Para entidades governamentais, autoridades nacionais de turismo e representantes de organizações comerciais, o objectivo primordial é o de estabelecer sistemas e procedimentos para incorporar considerações de desenvolvimento sustentável no centro do processo decisório. Consideram-se assim nove áreas prioritárias de acção:

- 1) avaliar a capacidade existente de contexto voluntário, económico e regulador para garantir um turismo sustentável;
- 2) avaliar as implicações ambientais, culturais e económicas das operações das organizações;
- 3) formação, educação e consciencialização do público;
- 4) planear um desenvolvimento turístico sustentável;
- 5) facilitar a troca de informação, especialidades e tecnologia relativas ao turismo sustentável entre países desenvolvidos e em desenvolvimento;
- 6) proporcionar a participação de todos os sectores da sociedade;
- 7) conceber produtos turísticos ambientalmente sustentáveis;
- 8) medição da progressão em direcção a um desenvolvimento sustentável;
- 9) parcerias para um desenvolvimento turístico sustentável.

Para as empresas o objectivo principal é estabelecer sistemas e procedimentos para integrar questões sobre desenvolvimento sustentável ao nível central das funções de gestão. Consideram-se dez áreas prioritárias de acção:

- 1) minimização de resíduos;
- 2) conservação e gestão de energia;
- 3) gestão de águas superficiais;
- 4) gestão de águas residuais;
- 5) substâncias perigosas;
- 6) transporte;
- 7) gestão e planeamento do uso do solo;
- 8) envolver quadros de pessoal, clientes e comunidades em questões ambientais;
- 9) *design*/concepção para a sustentabilidade;
- 10) parcerias para um desenvolvimento turístico sustentável.

Para concluir sobre os pontos mais relevantes que foram abordados, há que realçar que a **sustentabilidade do turismo** depende da manutenção de uma base de recursos equilibrada, de infra-estruturas adequadas, de uma gestão ambiental coerente, de capacidade técnica - pessoal formado e treinado, e de uma política de qualidade eficaz a par de uma capacidade de investimento adequada.

Na senda da sustentabilidade turística, deve entender-se que é fundamentalmente necessário assegurar a articulação do turismo, do ordenamento do território e do ambiente; adoptar programas estratégicos de sustentabilidade do turismo; valorizar as características ambientais dos destinos como imagem de *marketing*; e implementar sistemas de gestão ambiental e gestão da qualidade total.

O aumento esperado do volume de turistas, com uma distribuição cada vez mais dispersa ao redor do mundo, a mudança no perfil do turismo (o surgimento do chamado 'turista verde'), com maior segmentação, e o desenvolvimento de novas formas associadas à natureza e à cultura, assim como um comportamento mais selectivo, e exigente por parte dos turistas, exigirão medidas rigorosas que garantam o desenvolvimento sustentável da actividade turística.

Na construção de uma nova ética para o turismo, apoiada no conceito de sustentabilidade, duas questões surgem como de especial relevância no momento actual.

A primeira refere-se ao crescente interesse pelo turismo em regiões privilegiadas do ponto de vista do seu património natural e cultural, mas pobres economicamente, o que requer cuidado especial no desenvolvimento da actividade turística, de modo a que ela não contribua para a exclusão social, degradação ambiental e descaracterização da cultura local.

Outra questão é a urgência de reflexão sobre novos padrões de consumo e desenvolvimento do sector que tem a expectativa de ver o seu volume de viagens internacionais triplicado no período 2002-2020, o que não deixa espaço para acções ou projectos planeados sem base estratégica sustentável.

A ética constitui o núcleo da preocupação com a sustentabilidade. O Relatório Brundland afirma que o desenvolvimento sustentável e o próprio bem-estar da humanidade dependem da possibilidade de alcançar uma ética global. Irving (2002), tecendo considerações sobre o tema, afirma que a discussão, no que respeita ao turismo, deve considerar alguns tópicos essenciais como:

- O compromisso com a irreversibilidade do processo de transformação do turismo, o que remete à responsabilidade de todos os actores envolvidos no desenvolvimento ou fortalecimento de um destino turístico;
- A ocorrência de “*marketing oportunista*” e suas consequências, que obriga ao envolvimento dos profissionais da área da comunicação na concepção de novas estratégias;
- A negligência de planeamento turístico em relação ao elemento central do processo – o próprio turista, considerando os seus desejos e motivações;
- A perspectiva de um planeamento sócio-económico regional integrado, uma vez que a visão compartimentada tem com frequência, levado a interpretações equivocadas quanto aos resultados potenciais do turismo como instrumento de desenvolvimento local;

- A atenção para que a inspiração de experiências internacionais de sucesso, não impeça a concepção de um modelo “com impressão digital” própria, que integre a riqueza da diversidade sócio-cultural e ambiental;
- A abordagem de minorias e o risco de levá-las à “folclorização” pela sua exposição como objecto de consumo num mercado de opções exóticas;
- A emergência de programas de educação ambiental que contribuam para o esclarecimento do valor patrimonial dos bens turísticos (ambientais e culturais). A peculiaridade da actividade turística reforça a necessidade de educação ambiental pelo facto de que ela envolve actores que se expressam por códigos e linguagens diferentes, como possuem, muitas vezes, interesses conflitantes.

Irving defende que o conceito de sustentabilidade deve levar o desenvolvimento da actividade turística a uma “uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios, e a um novo modelo de implementação de projectos centrada em parceria, co-responsabilidade e participação”.

Assim, uma enorme responsabilidade recai sobre quem está envolvido no turismo. Desenvolver o turismo sem preocupações com a sustentabilidade, não só pode destruir as sociedades e o ambiente, mas também lançar as sementes para a sua própria destruição.

## **8. CONCEITOS DE TURISMO SUSTENTÁVEL E DE TURISMO NAS ILHAS**

A maioria dos estudos e da literatura especializada sobre a questão do turismo em ilhas, está centrada essencialmente nos pequenos estados insulares, e não tanto nas ilhas que não são um país por si só, pertencendo a um estado (exemplo: Madeira, Canárias, etc.).

Não obstante, poder-se-á retirar ilações desses estudos, com aplicações práticas nos casos em que as ilhas não são Estados de direito, mas sim pequenas regiões, parte integrantes de um país.

As ilhas, pelas suas singulares características, atraem naturalmente os turistas, gerando empregos e receitas que são muito necessários. O sector do turismo representa muitas vezes a força motriz que está por detrás da economia das pequenas ilhas. Mas, em certas ilhas, a indústria do turismo assumiu tais proporções que ameaça os ecossistemas e as próprias culturas. A utilização sustentável e uma política racional de conservação desses mesmos recursos são pré-requisitos essenciais à sua plena exploração.

A vulnerabilidade dos pequenos Estados insulares e das ilhas no geral, ficou ainda mais patente em 2004 depois dos furacões e grandes tempestades que atingiram Haiti, Granada e outras ilhas das Caraíbas, bem como outros países insulares nos Oceanos Pacífico e Índico. Num mundo que se caracteriza pela crescente globalização, as economias das ilhas revelam-se extremamente vulneráveis, devido à sua reduzida dimensão e à distância que as separa dos mercados emissores.

Num relatório recente sobre os pequenos Estados insulares, o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, enumera os factores que contribuem para os desafios concretos desses Estados:

- a pequena dimensão da sua população e economia;
- a fraca capacidade institucional dos seus sectores público e privado;
- as alterações climáticas;
- o seu isolamento em relação aos mercados internacionais;
- a sua vulnerabilidade às catástrofes naturais e às alterações climáticas;

- a fragilidade dos seus ecossistemas terrestres e marinhos;
- os custos elevados dos transportes;
- a limitada diversificação da produção e das exportações;
- a instabilidade das suas receitas e a sua vulnerabilidade aos choques económicos exógenos.

"É isto que explica que a sua economia, nomeadamente as suas trocas comerciais, os seus fluxos financeiros e a sua produção agrícola, seja mais instável do que a de outros países", acrescenta Kofi Annan.

As possíveis soluções compreendem a possibilidade de:

- conservarem um acesso preferencial aos mercados;
- aumentar a utilização das tecnologias da informação e comunicação (TIC);
- recorrer às energias renováveis;
- transformar o turismo numa actividade sustentável;
- melhorar o aproveitamento das potencialidades das culturas insulares.

Concretamente em relação ao sector do turismo, é imperativa a necessidade de o tornar mais sustentável, para que as ilhas possam beneficiar mais dele, protegendo, ao mesmo tempo, a sua cultura e tradições e conservando e gerindo de uma forma eficaz os seus recursos naturais.

O desafio constante que as ilhas enfrentam consiste em encontrarem um ponto de equilíbrio entre o desenvolvimento do turismo e o dos outros sectores da economia, tendo em conta os limites da sua capacidade de acolhimento e as exigências que o turismo impõe aos outros sectores da economia. O impacto do turismo nas ilhas depende da parte do capital gerado que é conservada na economia local. As ilhas procuram encontrar as melhores maneiras de otimizar os seus benefícios económicos, dado que as indústrias turísticas são frequentemente dominadas por empresas estrangeiras.

É também necessário sublinhar que o turismo é sensível aos choques externos, como demonstrou a redução do número de turistas e de receitas geradas por estes, na sequência

dos atentados terroristas de Nova Iorque (11 de Setembro de 2001) e de Bali, bem como durante a crise da Síndrome Respiratória Aguda, em 2003.

Os responsáveis por políticas de desenvolvimento em ilhas, reconhecem hoje o carácter específico da sua identidade cultural como um verdadeiro bem económico. As indústrias e iniciativas culturais constituem um domínio em que estes sistemas dispõem de uma vantagem comparativa, que lhes dá a possibilidade de diversificarem as suas economias e de reforçarem as suas capacidades de se adaptarem à economia global. Certos produtos culturais insulares por excelência, como as canções do malogrado jamaicano Bob Marley ou da cabo-verdiana Cesária Évora, alcançaram grande fama no mundo inteiro.

Reconhecem igualmente que é preciso prestar especial atenção ao reforço da capacidade de resistência nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, nomeadamente por meio do desenvolvimento e da transferência de tecnologia, da criação de capacidades nacionais e do desenvolvimento dos recursos humanos. Apontam também a importância da identidade cultural dos povos e a sua importância para a promoção do desenvolvimento sustentável dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

Dos encontros que ocorreram centrados na temática das ilhas, merece especial referência o da primeira conferência sobre as ilhas, em 1994 - Programa de Acção de Barbados. Este programa incidia sobretudo sobre problemas ambientais como as alterações climáticas, as catástrofes naturais, os resíduos, os recursos marinhos, a água potável, os recursos fundiários, a energia, a biodiversidade, os transportes, o turismo e bem assim a ciência e a tecnologia.

Nessa ocasião, os pequenos Estados insulares e os países doadores acordaram atacar os problemas das ilhas em parceria. No entanto, o Programa de Acção de Barbado só foi parcialmente aplicado, devido a uma diminuição da ajuda externa. Enquanto, em 1990, a ajuda internacional representava 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) dos pequenos Estados insulares, depois disso foi diminuindo gradualmente e, em 2002, representava apenas 1% do PIB.

De referir, igualmente, as resoluções saídas da Conferência de Lanzarote sobre Turismo Sustentável em Pequenas Estados Insulares em Desenvolvimento e Outras Ilhas, 1998 (SIDS), organizada conjuntamente pela OMT e pelo UNEP (Programa de Ambiente das Nações Unidas):

- Recomendações a nível internacional, particularmente através da OMT e UNEP. Incentivar as **SIDS** (Small Island Developing States) e outras ilhas, a participar activamente em convenções internacionais e regionais; apoiarem-nas no desenvolvimento e implementação de programas para as actividades acima mencionadas; promoverem o interesse na articulação regular de encontros a nível regional e/ou internacional.
- Recomendações a nível nacional enfatizando o desenvolvimento integrado do turismo; políticas de planeamento e desenvolvimento sustentável baseadas no conhecimento sólido, que leve em consideração a conservação dos recursos naturais e a **capacidade de carga das ilhas**; desenvolvimento do turismo que beneficie prioritariamente as comunidades locais; gestão de produtos turísticos e operações que utilizem tecnologias ambientais adequadas; monitorização de impactos pela aplicação de indicadores de sustentabilidade no turismo.
- Recomendações a nível regional, enfatizando a harmonização de regulamentos e normas ambientais nas mesmas regiões, aplicação de códigos de indústria, voluntários e de certificação de sistemas, troca de experiências e disseminação de boas práticas.

Com base nas resoluções desta conferência em Lanzarote, foram organizados os seguintes encontros de seguimento/ acompanhamento, em colaboração com o UNEP:

- Seminário sobre Turismo Sustentável e Competitividade nas Ilhas Mediterrânicas (Capri, Itália, 2000). Entre outros assuntos, concluiu-se no seminário que uma abordagem de Turismo Sustentável nas Ilhas Mediterrânicas implica liderança institucional, articulação com o sector privado, envolvimento social e suporte técnico especializado; para elevar a competitividade entre as ilhas na região, é essencial a

focalização da estratégia do turismo nos recursos, particularidades e capacidades de cada ilha e integração numa oferta diversificada de atracções e serviços;

- Conferência sobre Turismo Sustentável nas Ilhas da Região Ásia-Pacífico (Hainan, China, 2000). A conferência deu ênfase à necessidade de integrar o planeamento do turismo com os planos de desenvolvimento e de recursos nacionais, o papel dos diversos intervenientes e a necessidade de cooperação entre eles, o planeamento e gestão do turismo em locais naturais e cultura sensíveis, o uso responsável de recursos naturais no turismo e a importância da formação profissional;
- A OMT organizou em Agosto de 2002, na África do Sul, Cape Town, uma conferência com o título: “Turismo responsável nos destinos: tornando os espaços sustentáveis, em melhores locais – ‘Responsible Tourism in Destinations: Shaping Sustainable Spaces un Better Places’”. As comunidades locais foram o centro desta conferência porque, reconhecem os organizadores, todas as visitas turísticas têm lugar num determinado contexto e é essencial preservá-lo tanto quanto possível na sua forma original. Uma das finalidades da conferência, foi debater os meios através dos quais as aspirações do Turismo Responsável podem ser alcançadas e como poderão ser criadas as parcerias entre o sector público, os negócios privados e as comunidades locais;
- Em 2005 teve lugar nas Ilhas Maurícias, uma conferência das Nações Unidas crucial para o futuro dos pequenos Estados insulares no mundo. Perante problemas que vão desde furacões e alterações climáticas a perdas comerciais e a ameaça do VIH/SIDA, os pequenos Estados insulares procuraram defender a sua causa junto da comunidade internacional, tendo em vista estabelecer parcerias e encontrar meios inovadores de melhorarem a sua situação. Deste encontro nasceu a Declaração das Maurícias e ainda a “Estratégia para a Continuação da Aplicação do Programa de Acção para o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento”, que prevê uma série de medidas a adoptar às várias escalas.

## 9. CARACTERIZAÇÃO DO DESTINO TURÍSTICO PORTO SANTO

Localizada a apenas 40 Km a nordeste da ilha da Madeira, no oceano Atlântico, a ilha do Porto Santo, possui características únicas que a fazem diferir particularmente da ilha vizinha. Delimitada a sul por uma longa praia de fina areia dourada que se estende por 9 Km de costa, o seu verdadeiro *ex-libris*, é banhada por um mar deliciosamente calmo, límpido e com tonalidades múltiplas entre o azul e o verde. A sua maravilhosa praia de areia fina, é considerada por muitos uma das praias mais bonitas de Portugal e mesmo da Europa.

Quanto à origem do nome Porto Santo, existem duas versões, semelhantes no acontecimento que originou o nome, mas com dados diferentes relativamente à data e origem dos navegantes.

A primeira defende que o nome de Porto Santo com que foi baptizada, foi-lhe atribuído pelos descobridores portugueses depois de muitos dias de mar revoltoso. Ao desembarcarem em segurança, no dia 1 de Novembro, Dia de Todos os Santos, atribuíram esse nome, tão de acordo nos nossos dias, como então. Porto Santo é de facto para muitos, um porto seguro.

Já a segunda versão, historicamente sustentada, aponta que, ainda na Baixa Idade Média, uma embarcação teria encontrado porto seguro nesta ilha, depois de uma violenta tempestade. Assim sendo, muitos defendem que antes dos portugueses terem iniciado o seu povoamento em 1418, já a ilha tinha sido baptizada com o nome de Porto Santo.

A ilha do Porto Santo foi então “redescoberta” em 1418 por João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira. Foi a primeira “descoberta” dos portugueses no século XV, iniciando-se assim, o período glorioso dos Descobrimentos. Aqui se deu início então à grande epopeia dos Descobrimentos, iniciada pelo Infante D. Henrique.

O mesmo Infante doou em 1446 a ilha a Bartolomeu Perestrelo, tornando-o o seu primeiro capitão donatário. A sua filha, D. Filipa de Moniz, viria a ser a primeira mulher de Cristóvão Colombo, que segundo reza a história, residiu temporariamente nesta pequena ilha. Os primeiros contactos de Colombo com a Madeira ocorreram em 1478,

quando o Funchal se dedicava ao comércio de açúcar, mas os laços mais profundos com este arquipélago derivam do seu casamento. Presumivelmente entre 1480 e 1482 Colombo viveu no arquipélago, tendo o seu filho primogénito Diogo nascido no Porto Santo.

Elevada a Concelho em 1835, em Agosto de 1996 a população local viu a sua capital, Vila Baleira, ser elevada à categoria de cidade, mais tarde denominada de Cidade do Porto Santo.

A ilha apresenta uma dimensão em termos de superfície de 42,17 Km<sup>2</sup>, o que corresponde a apenas 6% da vizinha ilha da Madeira. Sendo quase desprovida de vegetação e muita mais plana, ostenta por isso, ao contrário daquela, poucas elevações. O seu ponto mais alto, o pico do Facho, não ultrapassa os 516 metros. Apresenta portanto uma morfologia onde 85% da sua superfície se situa abaixo da cota 200m.

Pela praia e pela paisagem maioritariamente de tons quentes, áridos e secos, bem como pelo ancestral cultivo dos cereais actualmente quase inexistente, mas em tempos o principal sustento da população, a ilha ganhou o epíteto de Ilha Dourada.

Além dos recursos naturais, dos quais se destaca obviamente a bela praia, a ilha do Porto Santo possui um clima seco e estável, com pouca variação térmica, o que possibilita a actividade turística durante todo o ano. A sua posição geográfica privilegiada confere-lhe por isso, uma espantosa amenidade climática. Temperaturas médias muito suaves, de 22° no Verão e de 17° no Inverno e uma humidade considerável (valor médio anual da humidade atmosférica do ar entre 71% e 90%), dão-lhe excepcionais características de subtropicalidade. A precipitação anual total entre 250 mm e 500 mm, sendo semi-árido. De um modo geral, pode classificar-se então como um clima temperado, oceânico e húmido.

Os cursos de água existentes resumem-se a ribeiros de carácter torrencial, onde a água corre e em pequena quantidade somente após chuvadas. Dadas as características desses ribeiros e às da natureza do solo, existem ravinas fortemente penalizadas pela erosão que se transformam em córregos profundos. A ilha é por tudo isto, extremamente deficitária em termos de água, o que apesar da construção de obras hidráulicas (barragens, levadas,

e “represas”) que visam a captação das escorrências e águas superficiais, obrigou a ter que recorrer-se à dessalinização da água do mar. Neste momento, esse método de transformação de água salina em água potável, cobre quase a totalidade do consumo de água na ilha. Refira-se que o consumo no Verão chega quase a ser duplo em relação ao Inverno.

A ilha do Porto Santo é banhada por um mar de águas calmas e cristalinas, com temperaturas bastante agradáveis, propícias para a prática de desportos náuticos. A temperatura da água do mar é muito temperada, por influência da corrente quente do Golfo, apresentando médias no Verão de 22°C e no Inverno de 18°C.

A grande visibilidade debaixo de água e a riqueza ao nível de espécies marinhas, permite a prática de actividade sub-aquáticas, de entre as quais se destaca a exploração do navio “Madeirense”, afundado perto da costa, desde o ano 2000 e a observação de cardumes. A ilha tem vindo a adquirir reputação internacional como destino de primeira classe para a pesca de alto mar, dada a abundância e qualidade de espécie de tunídeos, encontrando-se por isso na rota dos iatistas em viagem para a América.

As características da sua orografia e do seu clima favoreciam a pastorícia, a cultura de vinha e as culturas cerealíferas tais como a cevada, o trigo e o centeio. Num ou noutro local ainda se observam os moinhos de vento que embelezam a paisagem, símbolos de outros tempos, já que essas actividades são hoje em dia meramente residuais.

Outro factor de extrema importância na caracterização da ilha, é o facto de se atribuírem qualidades terapêuticas à sua areia. O que a distingue de outras areias, é o grão que é muito fino e macio. A areia do Porto Santo é constituída por organoplastos, ou seja, restos de seres vivos marinhos (corais, conchas e ouriços) e a sua composição química é essencialmente carbonatada, ao contrário da maioria das praias cujas areias são siliciosas.

Desde o século XVII, diversos relatos dão conta do valor terapêutico das areias douradas da pequena ilha, sendo aconselhadas no tratamento de dores provocadas por reumatismo, e na recuperação de fracturas e traumatismos ortopédicos. Curiosa a crença popular que

assegura que as mesmas não têm efeitos tão rápidos e duradouros na população local, habituada aos banhos de mar e de sol nas areias da sua ilha.

A areia da praia é igualmente indicada para as chamadas “doenças da vida moderna”, como o stress, a fadiga ou o sedentarismo. Recentemente, um trabalho de investigação elaborado por uma equipa da Universidade de Aveiro, liderada pelo Dr. João Baptista Pereira Silva, veio comprovar cientificamente as propriedades terapêuticas que a sabedoria popular já lhes atribuía.

Dadas as características e as limitações da ilha, a tendência foi então, a de a tornar numa economia complementar à economia da ilha da Madeira, o que está patente na aposta feita no turismo, como actividade principal. É sem dúvida o sector motor da pequena economia portossantense, mas a verdade é que não conseguiu ainda afirmar-se totalmente, nem no mercado interno regional nem no mercado externo. O Porto Santo apresenta pois uma economia extremamente dependente da ilha principal do arquipélago, não só em termos de entradas de turistas (a maioria madeirenses), mas também em termos de fornecimento de produtos de primeira necessidade.

## **9.1. Caracterização Demográfica, Sócio-Económica e Cultural**

### **9.1.1 Estrutura populacional**

A evolução da população no Porto Santo vinha apresentando um crescimento constante e suave ao longo das últimas décadas, mais acentuado do que o crescimento global da Região Autónoma da Madeira. Entre 1981 e 1991, a população cresceu cerca de 7,5% no Porto Santo passando de 4376 para 4706.

No entanto, de acordo com os últimos Censos (2001), o Porto Santo contava nessa altura com uma população de 4474 habitantes, decrescendo cerca de 4,9% em relação aos Censos de 1991, para uma densidade populacional de cerca de 102,8 hab./km<sup>2</sup> (Em 2004, era já de 103,5hab./km<sup>2</sup>). O decréscimo da população, ocorreu nas faixas etárias mais jovens, enquanto que nas faixas etárias mais velhas deu-se precisamente o contrário, com variações positivas. Estima-se a manutenção desta tendência nos próximos anos.

Tabela I – Estrutura Etária da População do Porto Santo

Faixas etárias	Habitantes 1991	Habitantes 2001	Taxa de crescimento
0-14	1211	795	-34,4%
15-24	833	786	-5,6%
25-65	2289	2428	6,1%
+ 65	373	465	24,7%
Total		4474	-4,9%

Taxa de Natalidade 2004	12,1‰
Taxa Mortalidade 2004	7,8‰

Fonte: INE, Censos 2001

Este decréscimo das populações mais jovens acompanha a tendência regional e nacional, com as taxas de natalidade e de mortalidade a decrescer. No entanto, ressalve-se que o decréscimo na população jovem do Porto Santo é ligeiramente inferior à média regional.

A taxa de natalidade situava-se em 12,1‰ no ano 2004, segundo a Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM), em consonância com o total da região de 12,2‰. As duas faixas etárias mais jovens em 2001 representavam 40% do total da população portossantense, para o total de 41,4% na Madeira. De notar, igualmente que a faixa etária dos + 65 anos, sofreu um acréscimo muito superior à Região (24,7% contra 14,1%), a que não será alheia a inferior taxa de mortalidade da ilha (em 2004, era de 7,8‰, a mais baixa da Região, contra 10,7‰ do total da RAM), e a transferência de residência dentro do arquipélago.

A estrutura da população residente no Porto Santo apresenta uma maior percentagem de jovens (35,34% da população tem até 24 anos) comparativamente à percentagem de pessoas idosas (10,39% da população tem mais de 65 anos). A maioria da população, (54,27%) encontra-se na faixa etária dos 25 aos 64 anos.

Assim a estrutura da população residente revela uma maior percentagem de jovens e menor percentagem de velhos do que na maioria da RAM, tendo por isso, um potencial

demográfico considerável, garantindo a continuação do crescimento populacional, e ressaltando as tendências actuais de baixas taxas de natalidade e de mortalidade.

À população residente deve-se adicionar a população presente que segundo os Censos de 2001, rondará os 152 indivíduos, e a população flutuante que se estima com base na capacidade de alojamento oferecida em 2004 (1542 camas) com uma taxa média de ocupação anual de 41.9%, em cerca de 650 pessoas por dia.

Todavia, este número não tem em conta a capacidade de alojamento acrescida pelas camas paralelas (que se procurará desenvolver mais à frente), pelas segundas casas (casa de férias), e pela permanência em casa de familiares e amigos. Daí que a população presente claramente ultrapassa as 5 mil pessoas, e as 20 mil no Verão. A ilha tornou-se também nos últimos anos, receptora de emigrantes, tal como a generalidade da região e do país.

### **9.1.2. Educação**

A taxa de analfabetismo que se situava em 1991 nos 12,3%, decresceu em 2001 para 9,5%, sendo a 3º mais baixa da Região Autónoma da Madeira que, por seu lado, apresentava uma taxa de 12,7%.

De acordo com os Censos de 2001, e no que respeita ao nível de ensino atingido, constata-se a boa prestação do Concelho em termos de escolarização. De facto, 53,39% da população possui pelo menos o 3º ciclo (3º ciclo: 30,17%; secundário: 16,16%; médio: 0,27% e Superior 6,79%). É de salientar que, para um Concelho tão pequeno, o Porto Santo apresenta um número significativo de pessoas com ensino superior. Ligeiramente abaixo da média regional (7,7%) que é no entanto claramente influenciada pelo Concelho do Funchal, o Porto Santo apresenta-se como o 3º Concelho dos 11 da Região, com a mais alta taxa de população com ensino superior.

Segundo a Secretaria Regional da Educação, em 2005/2006, o Porto Santo contava com 948 estudantes, do ensino pré-escolar ao Secundário, o que constitui mais de 1/4 da sua população total, se atendermos aos mais de 100 estudantes universitários oriundos daquela ilha (não há dados concretos). Com as devidas ressalvas (até porque existem estudantes com mais de 24 anos, e sabendo-se que o ensino nocturno é bastante

dinâmico na ilha), isto significa que dos 1581 habitantes do Porto Santo, entre os 0 e os 24 anos, 68,37 % são estudantes, o que é sem dúvida de extrema relevância.

A nível do sistema formativo assistiu-se nos últimos anos a um significativo esforço por parte das entidades responsáveis. Merece especial referência a ACIPS (Associação Comercial e Industrial do Porto Santo), que tem procurado através de protocolos com entidades formadoras, promover cursos essencialmente nas áreas de informática, línguas e turismo.

Estão também presentes no Porto Santo, duas escolas profissionais, a Cristóvão Colombo e a Atlântico, que ultimamente ministram cursos na área da contabilidade, desenho e construção civil, e informática. No entanto, persistem carências a nível de infra-estruturas de formação e insuficiência de competências em termos de formadores (alguns deslocam-se do Funchal), muito por culpa das relações precárias a nível de pagamento que as escolas estabelecem com os formadores.

Todavia, e não descurando o esforço do que vem sendo feito, num destino turístico com ambições de qualidade, salta a vista a inexistência de um pólo da escola hoteleira da Madeira na ilha do Porto Santo, assim como, o de uma escola de línguas.

A tendência perspectivada para o aumento da idade média da população activa tornará mais lento o processo de requalificação da população, exigindo uma intensificação das políticas de formação dirigidas à população adulta e uma atenção aos aspectos relacionados com as condições de trabalho, a produtividade e a aprendizagem ao longo da vida. Por outro lado, considerando que a estrutura etária da população tem ainda características de juventude, o incremento do nível de escolarização e da formação inicial de que vêm beneficiando os estratos populacionais mais jovens, irá traduzir-se a prazo, em melhorias na qualificação do emprego.

### **9.1.3. Emprego**

Em 2001, e de acordo com os Censos do mesmo ano, a taxa de actividade (relação entre a população economicamente activa e a população total) situava-se nos 49,4%, para a de 45,1% da RAM, sendo a taxa de desemprego de 5,6% (masculina: 3,2% e feminina: 9,2%), inferior à da RAM que era de 4,6 % (masculina: 3,3% e feminina: 6.3%). Em

relação aos Censos de 1991, ocorreu um aumento da taxa de actividade e um decréscimo da taxa de desemprego, tanto no Porto Santo (45,1% para 49,4% e 13,3% para 5,6%) como na média regional.

Dados mais recentes do Instituto Regional do Emprego (IRE) para a RAM, apontavam em 2005 para uma taxa de actividade situada nos 50,2%, sendo a taxa de desemprego de 4,5%, em linha com o aumento generalizado do desemprego que ocorre no país.

No Porto Santo, em Janeiro de 2005, estavam registados como desempregadas 168 pessoas, sendo que 81,55% das mesmas tinha idade superior a 25 anos. Em comparação com o mês anterior de Dezembro de 2004, o número de desempregados sofreu um acréscimo de 15,86%.

Da população empregada em 2001, apenas 1,48% trabalhava no Sector Primário; 23,28% no Sector Secundário e a grande maioria, no Sector Terciário, 75,24%. Neste sector, há a ressaltar a importância do funcionalismo público que na ilha assume predominância.

A estrutura do emprego por sectores, revela então a predominância de dois tipos de actividades económicas na ilha: a construção civil, que assegura quase um quarto do emprego e os serviços públicos que asseguram actualmente cerca de 45,7%. Estas circunstâncias traduzem a grande dependência da economia da ilha em relação à iniciativa pública, pois têm sido as obras de infra-estruturas realizadas ao longo das últimas décadas e o reforço da administração pública regional e autárquica que têm garantido cerca de 2/3 dos empregos.

A empregabilidade nas actividades de comércio, restauração e hotelaria, bem como as actividades imobiliárias e de transporte, asseguram actualmente cerca de 54,3% do emprego total no sector terciário, o que demonstra o seu crescimento ao longo dos anos.

**Tabela II – Distribuição da População Activa por Sector de Actividade**

Distribuição da População Activa por Sector de Actividade	1960	1981	2001
Sector Primário	68,5%	9,2%	1,48%
Sector Secundário	12,0%	27,8%	23,28%
Sector Terciário	19,5%	63,0%	75,24%

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001 e dados anteriores

Esta estrutura de actividades vem se mantendo nas últimas décadas, e perspectiva-se a sua continuação.

#### **9.1.4. Poder de compra**

Em termos de comparação do poder de compra per capita manifestado regularmente no Porto Santo, com o poder de compra médio do país (100), temos que o mesmo em 2004 apresentava-se acima da média com 110, 78. O total da RAM era de 83,69, sendo que apenas o Funchal apresentava valor superior ao Concelho do Porto Santo (120,78).

Quanto ao factor dinamismo relativo, este mede a tendência que subsiste em termos sobretudo de dinâmica comercial depois de retirada a influência do nível de poder de compra regularmente manifestado no Concelho e assim, o poder de compra derivado de fluxos populacionais de natureza turística, normalmente de carácter sazonal. Este apresenta-se bastante superior tanto à média do país como à da RAM, sendo inclusive superior ao valor da capital, o Funchal.

O custo médio de vida no Porto Santo é cerca de 4 a 5% mais elevado do que na Madeira.

#### **9.1.5. Sector Primário**

A superfície agrícola útil ocupa cerca de 413 ha, e representa portanto, menos de 10% da superfície total. Grande parte da área (75,8%) é usada para prados e pastagens, sendo a restante área distribuída por culturas permanentes (18,9%) e hortas familiares (0,2%). Por outro lado, a superfície florestal é também muito reduzida, apesar dos grandes esforços de florestação que desde há vários anos, têm sido realizados, alguns com êxito.

A água no Porto Santo, como já se referiu, é um recurso escasso devido à falta de nascentes, pelo que a maior parte da água potável é obtida através da dessalinização da água do mar, o que encarece e muito a rega. Assim sendo, há uma tendência confirmada do empobrecimento da agricultura na ilha, aumentando a dependência em relação ao exterior, em termos de produtos agrícolas.

Foi necessária uma política de construção de pequenas barragens e abastecimento a partir das águas residuais, que tem permitido a produção de pelo menos alguns produtos

procurados pelos turistas, já que por exemplo a uva, o figo e a melancia do Porto Santo, têm um sabor particular e são muito apreciados.

No que respeita à pesca, o porto do Porto Santo é o quarto mais importante da Região, com descargas anuais de pescado na ordem das 140 toneladas. O quantitativo de pesca descarregada é quase suficiente para as necessidades da população residente e turística (compensado com os produtos congelados das superfícies comerciais), mas não para alimentar qualquer actividade comercial ou transformadora visando a venda a outras regiões.

A pesca poderá beneficiar não só das favoráveis infra-estruturas portuárias, como também do aumento da procura turística do exterior e da própria região. Actualmente, é tida mais como uma actividade de recreio, do que propriamente uma actividade criadora de valor acrescentado.

Tal como a pesca, a Pecuária assume uma importância residual. Existem apenas alguns pastores, que mais por “capricho” do que por perspectiva de rendimento, continuam a laborar no sector. Os portossantenses habituaram-se desde sempre a criar um outro animal, para consumo próprio, desde vacas, cabras, ovelhas e galinhas. Contudo, são poucos os que se dedicam em exclusivo a esta actividade.

Na ilha, como infra-estruturas relacionadas com o sector, existe um matadouro e um aviário.

#### **9.1.6. Sector Secundário**

Em relação à indústria, o mercado é tão pequeno que não permite mais do que pequenas actividades de reparação, para além das actividades ligadas à construção civil. Estas actividades estão disseminadas pela ilha, o que obrigou a repensar, a sua localização. Assim, foi criada uma zona industrial para acolhimento de iniciativas industriais, sobretudo ligadas à construção civil, a fim de se criar algumas oportunidades de investimento na indústria transformadora.

Ao nível de investimento público, as perspectivas são modestas em virtude de se estar a encerrar um ciclo de construção das principais infra-estruturas, que tiveram um impacto gigantesco no sector da construção. Todavia, ao nível do investimento privado, o início

da construção de duas novas unidades hoteleiras nos próximos 2 a 3 anos, impulsionará concerteza o sector.

Em tempos uma actividade considerável, a moagem dos cereais, é actualmente quase inexistente, dado o abandono das sementeiras. Existiu também uma fábrica de conservas, que entretanto fechou nos finais da década de 70. Encerrou igualmente a Fábrica das Águas, onde se engarrafava e exportava a afamada bicarbonatada água da ilha.

No que toca ao artesanato, foi criado um local de apoio a esta actividade, que infelizmente, e dado que a mesma é praticamente irrisória, só abriga um oficina de olaria, e esporadicamente recebe uma ou outra exposição, e onde tem sede actual o posto de informação turística. A verdade é que o artesanato portossantense é mais rico do que se pressupõe, mas faltam pessoas para se dedicar a essas tarefas, facto a que não será alheio as baixas perspectivas de rendimento.

#### **9.1.7. Sector Terciário**

Prevê-se que o turismo venha a ser a grande actividade económica da ilha, a actividade motora, subordinando ao seu crescimento todos os outros sectores económicos, e dominando com as suas múltiplas actividades o sector terciário.

É necessário contudo, que o crescimento deste sector seja regular e equilibrado, de modo a que a procura sustente esse desenvolvimento sem rupturas e/ou efeitos perversos nos demais sectores de actividade, e sobre a própria envolvente social.

#### **9.1.8. Cultura**

Desde o início do seu povoamento, com gentes em especial do Algarve, a ilha sofreu vários ataques de piratas e corsários, que saqueavam e violavam as mulheres. O povo portossantense tem por isso, a juntar ao sangue português, sangue árabe. A esse facto, acrescenta-se a localização da ilha, mais perto de África do que propriamente do continente europeu. Os ventos de lentes, a paisagem árida, o calor, o isolamento, tornaram os habitantes da ilha particularmente diferentes dos restantes madeirenses, tanto na própria tez como na sua maneira de ser. Essa diferença transpôs-se para o seu dia a dia, a sua maneira de ser e estar, e repercutiu-se na sua cultura.

A dupla insularidade que afecta a ilha tornou assim os seus habitantes algo circunspectos, mas há registos da década de 40 que os caracterizam como hospitaleiros e simpáticos. A melhoria dos transportes e acessos, a conseqüente abertura da ilha aos turistas, e o acesso generalizado à educação, foi paulatinamente modificando o comportamento do natural da ilha, o chamado “profeta”. Hoje em dia, o portossantense é uma pessoa que sabe receber, mas que ostenta igualmente uma grande vontade de defender o que é seu, podendo dizer-se que é extremamente “bairrista”. Para o profeta, a melhor praia do mundo é a sua, o seu vinho é dos mais saborosos, bem como as uvas e melancias, e restantes frutos da ilha. A “rivalidade”, na generalidade das vezes sadia, é latente em muitas “disputas” com os vizinhos madeirenses.

O folclore é sem dúvida um dos maiores veículos da cultura de um povo. Nos bailes do Porto Santo, são notórias as influências árabes, quer na música quer na maneira de dançar. Os bailes portossantenses são muito mais pausados, lentos e melancólicos que os madeirenses, alegres e coloridos. A “Meia-Volta”, “o Ladrão”, “o Baile Sério” são manifestações culturais inéditas. Eram bailados ao fim da tarde ou já à noite, em redor das eiras (círculos de pedras calcárias, onde se debulhavam os cereais), e marcam uma época de muita dificuldade e de dependência.

Para além do folclore, as manifestações culturais estão intrinsecamente ligadas à Religião. As festas religiosas que animavam e animam os verões da terra propiciavam os famosos “despiques”, uma espécie de disputa a cantar, bem regada com o famoso vinho e acompanhada de rajões e acordeões.

E religiosamente falando, é de referir as procissões, de entre as quais se destaca a do dia de Nossa Senhora da Graça, e a de S. Pedro. A primeira, pela magnífica visão do evoluir da procissão pela encosta, quase até à Portela, onde se ergue a capela da Virgem. É sem dúvida a maior manifestação religiosa da ilha. A segunda, porque vai ao encontro de uma pequena capela, no outro ponto da ilha, por entre veredas, desde a praia. Nesse dia, os pescadores da ilha prestam tributo ao santo protector, e levam na procissão o peixe capturado no dia, para leiloar à noite em ambiente de festa.

As Festas de S. João ou Festas do Concelho, com as suas tradicionais marchas, são nos dias de hoje o maior cartaz turístico da ilha, e uma das maiores manifestações de cultura

portossantense. Os poetas populares nas letras que compõem para as marchas fazem recordar o Porto Santo de outros tempos, enaltecendo as tradições da ilha, e preservando desta forma o património histórico e cultural da sua terra.

O Festival Colombo celebrado em Setembro, é naturalmente dedicado ao famoso navegador dito “genovês”, e oferece múltiplos espectáculos aliados à música e ao teatro, bem como exposições e desfiles num ambiente alusivo à época dos Descobrimentos Portugueses. A recriação do desembarque de Colombo e seus acompanhantes, no cais da cidade, constitui a iniciativa mais atractiva dessa semana “histórica”.

Em termos de património arquitectónico, pode-se referir para além da Capela de Nossa Senhora da Graça e a de S. Pedro, a Igreja Matriz, a de Nossa Senhora da Piedade. A primeira data de um período anterior a 1533, mas foi destruída em 1812, para em 1951 ser novamente reconstruída. Era um dos locais de refúgio da população aquando dos ataques dos piratas e corsários. A igreja matriz data do século XVI e conserva no seu interior belos altares e telas da autoria de Martim Conrado e Max Romer. Além destas, existem ainda a Capela da Misericórdia, importante no tratamento dos doentes e dos carenciados, e a de Santa Catarina, junto ao cemitério da ilha.

Uma réplica da casa onde residiu Cristóvão Colombo, agora transformada em museu etnográfico, os tradicionais moinhos de vento, as casas locais feitas com materiais da ilha, as chamadas casa de salão, ou as minas da cal desactivadas, são também testemunhos da cultura da ilha. A Casa Museu Cristóvão Colombo, um dos maiores ícones culturais do Porto Santo, assinala a presença do navegador na ilha. Aqui procura-se recriar o ambiente primitivo onde o explorador viveu. A Casa de Colombo apresenta-se num conjunto de dois edifícios, o mais antigo deles remonta à época em que o navegador lá viveu. Em exposição, além de retratos de Colombo, do século XVI ao século XX, encontram-se mapas com as diferentes rotas por ele percorridas.

A paisagem porto-santense é caracterizada pela existência, aqui e ali, dos tradicionais moinhos de vento. Por apresentar um relevo relativamente baixo, a ilha está muito exposta a vento de todos os quadrantes. Os moinhos de vento surgiram no Porto Santo naturalmente para a moagem de cereais necessária ao fabrico do pão. O primeiro moinho de vento foi construído em 1794, e foi a obra mais grandiosa que se efectuou no Porto

Santo, durante o século XVIII. Anos mais tarde o Porto Santo apresentava já um aspecto muito pitoresco com inúmeros moinhos de vento, em madeira e de tipo rotativo, mas actualmente poucos se mantêm ainda em actividade.

Uma das principais manifestações da arquitectura popular tradicional do Porto Santo são as Casas de Salão. Ainda hoje é possível encontrar alguns exemplares destas raras e centenárias construções, especialmente nos Sítios do Pedregal, Sítios da Serra de Fora e de Dentro e no Sítio da Ponta. São casas de aspecto humilde, que se caracterizam por terem o seu telhado coberto com *salão*. *Salão* é uma espécie de barro de peculiar composição arenosa e de grande aderência que confere aos edifícios um adequado enquadramento na paisagem rural porto-santense. Estas casas são muito frescas no Verão, porque surgem fendas no salão quando este está seco, fazendo com que o ar circule. No Inverno, esta mistura absorve as chuvas tornando-se então esponjosa e impermeável.

Um dos ilhéus do Porto Santo, o Ilhéu de Baixo, é também conhecido por Ilhéu da Cal, porque ali existiram ricas minas de calcário. As suas encostas que se encontram perfuradas de cavernas dão acesso a inúmeras galerias de exploração. Actualmente desactivadas, as minas do Ilhéu da Cal, são também um testemunho importante da cultura desta ilha. Existe um projecto de ligação da Ponta da Calheta a este reduto etnográfico de grande interesse, através de um teleférico. Da extracção do calcário dependia a laboração de muitos fornos da cal, estruturas actualmente abandonadas.

O artesanato portossantense aproveita a matéria-prima que a ilha oferece, e é naturalmente uma manifestação cultural. Para além dos bonecos em barro, há imensos trabalhos com conchas e outras matérias que o mar oferece, bem como os palmitos (ramos novos das palmeiras) que são trabalhados ou “bordados”, como se diz na ilha. Com as folhas dos palmitos secas, também se fazem chapéus e bolsas. A cana vieira, um arbusto existente na ilha, fornece igualmente matéria-prima para a feitura dos cestos típicos, as chamadas *canastras*. O bordado Madeira, embora actualmente sejam menos as pessoas que a ele se dedicam por falta de encomendas, é também trabalhado no Porto Santo.

Referência ainda para o museu Cardina, um espaço museológico privado, à custa da boa vontade e persistência de um artesão portossantense. Nesse espaço, existem para além dos utensílios utilizados na agricultura, desde os arados, às juntas, pequenas réplicas (miniaturas) destes e dos fontanários do Porto Santo, e um moinho de vento em tamanho real.

Quanto à gastronomia, as comidas típicas do Porto Santo estão intimamente ligadas à gastronomia geralmente confeccionada em toda a Madeira. Assim, também na ilha dourada se promove a espetada e o bolo do caco, se bem que este é maior, mais alto e fofo que o da ilha vizinha. O milho cozido e frito, o atum, fazem também parte da gastronomia portossantense, para além da caldeirada com vários tipos de peixe (garoupa, budião, etc.) e do gaiado (espécie de tunídeo) seco ou de escabeche.

Como típicos da terra, temos os *biscoitos* e as *capelas de S. João*, que não são produzidos na Madeira. Além disso, conta-se as frutas da terra, uvas, melancia, melão e figos, e o famoso vinho. No Inverno, nascem as *serralhas* ou *sarralhas* (usadas em saladas), assim como os *ranchões*, *saramagos*, e acelgas, plantas selvagens que cozidas com sal, azeite e alho, são muito apreciadas. Referência ainda para a *escapiada* ou *escarpiada*, uma espécie de pão de milho típica do Porto Santo, feito numa chapa ou frigideira sem levedar. Estas iguarias são, no entanto, pouco conhecidas pelos turistas, já que não são promovidas nos restaurantes locais.

## **9.2. O Ordenamento do Território e o Ambiente**

Na ilha do Porto Santo, o tecido urbano encontra-se disperso e algo degradado, devido a algum crescimento anárquico gerado à margem da produção de solo urbano organizado. O grande número de construções efectuadas nos últimos anos, apresenta alguma má qualidade e nalguns casos é fortemente descaracterizador da paisagem. No entanto, existe já desde 1998 o Plano Director Municipal (PDM).

Em termos de regionais, e como factores preponderantes de ordenamento do território e consequente protecção do ambiente, refira-se ainda o POTRAM (Plano de Ordenamento de Território da Região Autónoma da Madeira) e o atraso na necessária implementação do POOC (Plano de Ordenamento da Orla Costeira). O primeiro é definido assim pelas entidades governamentais:

“O POT define a estratégia de desenvolvimento do turismo na Região e o modelo territorial a adoptar, com vista a orientar os investimentos, tanto públicos como privados, garantindo o equilíbrio na distribuição territorial dos alojamentos e equipamentos turísticos, bem como um melhor aproveitamento e valorização dos recursos humanos, culturais e naturais. Constitui, ainda, objectivo do POT que a distribuição territorial e as características dos empreendimentos turísticos se adequem às realidades paisagísticas e históricas das diversas zonas da Região e que se insiram no meio social e cultural, contribuindo para o desenvolvimento local integral. Tendo em conta a necessidade de orientar o crescimento no horizonte temporal e físico que abrange, o POT estabelece limites e ritmos de crescimento do alojamento, bem como valores para a sua distribuição territorial.” É este mesmo instrumento que indica, portanto, a capacidade máxima de alojamento para cada Concelho da Região.

Quanto ao POOC, o Governo Regional da Madeira deu início à elaboração de vários abrangendo, por troços, toda a costa das ilhas da Madeira e de Porto Santo. No entanto, “...a necessidade de articulação das suas opções com as do Plano para o Ordenamento do Território na Região Autónoma da Madeira (POTRAM) e com as dos planos directores municipais para as respectivas zonas de influência - planos cuja elaboração fora entretanto iniciada - e, bem assim, a constatação, por acontecimentos então ocorridos, da imprescindibilidade de neles serem tidos em consideração factores até aí não valorados, designadamente mediante elaboração de cartas de risco, conduziram a que a conclusão dos POOC se não tenha ainda efectivado.”

A mesma entidade afirma-se ciente do seu dever constitucional de promover políticas activas de ordenamento do espaço territorial e também da particular vulnerabilidade dos valores ambientais e paisagísticos em causa. Contudo, “...a presunção de dominialidade relativa a todas as parcelas de terreno inseridas na margem das águas do mar, a inadequação da dimensão física da margem, no que respeita às ilhas desta Região Autónoma, e o formalismo dos procedimentos administrativos inerentes ao reconhecimento de direitos de propriedade privada sobre prédios integrados na margem - mesmo que documentalente titulados -, colocando dificuldades por vezes inultrapassáveis aos respectivos proprietários, levam a que a atribuição de usos privativos em tais faixas territoriais constitua o único instrumento célere e eficaz ao

dispor da Administração, quando pretenda viabilizar projectos a que reconheça um incontestável interesse público.”

Considera ainda que a existência do POTRAM e de vários planos municipais de ordenamento do território eficazes assegurarão cabalmente a protecção dos interesses em causa. Daí que se possibilite “...novas construções ou instalações fixas e indismontáveis nas orlas costeiras, sempre que os fins a que se destinem sejam compatíveis com as opções constantes do POTRAM e do plano municipal para a área.”

Mas apenas se pode admitir a “...atribuição de usos privativos em locais já classificados como de produção de solo urbano por via do POTRAM ou de plano municipal de ordenamento do território plenamente eficaz e ainda sujeitar o projecto da instalação a levar a efeito a parecer das entidades que exerçam competências relativas a essa área do domínio público marítimo, fixando-se os critérios a considerar em tal pronúncia.”

As questões ambientais são naturalmente incontornáveis nos dias que correm, e naturalmente estão na ordem do dia numa ilha tão ambientalmente vulnerável, como é a da Porto Santo. Os debates focam as questões da poluição, das energias alternativas, da necessária educação ambiental, entre outras. O desenvolvimento sustentável baseia-se também na sustentabilidade ambiental, como já referido, pelo que desenvolver um destino turístico sem ter em atenção as particularidades ambientais do mesmo, é condenar esse destino à insustentabilidade.

No entanto, compatibilizar as actividades exploradas humanas com o meio ambiental, reveste-se de complexidade, pelo que existe necessidade imperiosa de tratar as questões ambientais de uma forma integrada, global e numa perspectiva de longo prazo.

A base de toda e qualquer política ambiental, deve ser o respeito e a preservação do meio envolvente. Deve igualmente procurar elevar os padrões de qualidade de vida da população residente, sobre quem primeira e principalmente as mesmas políticas têm influência. A degradação da base de sustentação ambiental em consequência das actividades económicas, o que à partida e a curto prazo pode trazer benefícios à sociedade no geral, resulta posteriormente num claro empobrecimento da mesma.

Daí a necessidade incontestável de preservação ambiental e do ordenamento do território na ilha do Porto Santo.

A protecção do ambiente passa também e imperativamente pela educação e consciencialização ambiental, permanente e contínua, da população. As acções para se incrementar a educação ambiental e para reforçar a protecção e o controlo ambiental, têm passado pela actuação da Porto Santo Verde, SA – empresa municipal.

Acções desenvolvidas, entre outras:

- Controlo microbiológico da areia/águas balneares;
- Regulamento de resíduos sólidos da ilha do Porto Santo - Recolha de resíduos e equipamentos eléctricos e electrónicos, para além da recolha normal de resíduos sólidos urbanos e introdução da reciclagem na ilha;
- Informação e sensibilização ambiental (campanhas de sensibilização nas escolas);
- Controlo de aterro de terras e similares.

Persistem, todavia, problemas graves no tratamento dos resíduos (pós-recolha), que apenas ficarão solucionados, aquando da entrada em funcionamento do novo Centro de Processamento de Resíduos Sólidos do Porto Santo. De facto, os entulhos que derivam do sector da construção e sucata tinham como destino a “Lapa”, local onde está a ser construído o novo centro de processamento.

Esta situação, provocou durante largos anos a descaracterização da paisagem daquela zona, com constantes deslizos de sucata e entulho para o mar, já que o local situa-se junto à linha da costa norte da ilha. Adoptou-se então a solução de depositar os entulhos nas pedreiras desactivas, e assim requalificar as pedreiras abandonadas por exaustão de recursos.

Todavia, apesar da solução encontrada, a verdade é que a deposição de aterros não resolve o problema grave da requalificação das pedreiras, que continua a descaracterizar a paisagem portossantense. E as sucatas continuam infelizmente à mostra, no parque da Câmara Municipal junto a uma das principais entradas da ilha, o aeroporto, até serem enviadas para fora da ilha.

O Porto Santo tem participado no esforço global de diminuição das emissões poluentes associadas à produção de energia. Actualmente, existe um projecto-piloto de integração de energias renováveis com pilha de combustível, na ilha do Porto Santo. Esta tecnologia reúne todas as condições para substituir os antigos combustíveis fósseis nos próximos 20 ou 30 anos. A sua utilização em alternativa a um sistema de combustão convencional, reduz as emissões de NOx e Co2 para níveis praticamente insignificantes (inferior a 4% do valor dos sistemas convencionais), enquanto as emissões de SOx são reduzidas pelo menos em cerca de 65%, não só devido a uma maior eficiência energética mas, igualmente, porque parte do enxofre é retida pela própria pilha. A eficiência eléctrica situa-se entre 45 a 50 %, ascendendo a uma eficiência global de 80% numa instalação de co-geração. Além disso, apresentam baixos níveis de ruído, dispensando a necessidade de sistemas de isolamento sonoro.

Importante foi também a colocação de passadiços sobre o cordão dunar, em muitas das entradas para as praias da ilha. Esta medida da responsabilidade da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, procura preservar as frágeis dunas do Porto Santo, noutros tempos, alvo de constantes atentados, quer pelas construções junto à praia, quer pela criação de acessibilidades para passagem dos próprios visitantes das praias.

### **9.3. Caracterização das Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos**

#### **9.3.1. Infra-estruturas Rodoviárias e de Transporte**

O Porto Santo tem uma rede viária relativamente moderna que liga os principais pontos da ilha. Como é uma ilha pouco montanhosa, facilmente se pode percorrer de bicicleta, um transporte bastante utilizado localmente. Para o efeito, foi recentemente construída uma ciclovia desde o Campo de Baixo até à Calheta, na chamada Zona Turística da ilha. Fora das localidades existem ainda alguns trilhos, veredas e estradas de terra batida.

#### **- O Aeroporto**

O aeroporto do Porto Santo foi construído em 1960 e posteriormente aumentado em 1973, e dispõe actualmente de um pista de 3000 metros. Em 1995 construiu-se a nova aerogare, oferecendo significativas melhorias a esta infra-estrutura. Esta forma de suporte de ligação da ilha ao exterior é fundamental para a sua expansão económica e turística.

### **- O Porto de Abrigo e a Marina**

O porto do Porto Santo, cujo ano de conclusão remonta a 1984, tem como objectivo assegurar não só o transporte de passageiros entre ilhas e a escala de alguns navios de cruzeiro, uma vez que apresenta algumas limitações, devido à profundidade da entrada do porto, mas também o manuseio das mercadorias. Daí, a sua evidente importância para o dia a dia dos habitantes da ilha.

No interior do porto de abrigo, existe ainda uma marina concessionada a uma empresa privada. Tem uma capacidade de acostagem em pontões flutuantes de 165 lugares para embarcações dos 4 a 15 metros de comprimento. Todos os postos de amarração estão equipados com sistema de fornecimento de água e electricidade entre outras comodidades e serviços disponibilizados.

Existe um projecto em estudo para implementar melhorias nas instalações portuárias, que passa pelo aumento do molhe do porto em 160 metros, a fim de permitir a acostagem de navios de maior porte, permitindo assim a atracagem de navios de cruzeiro. Além disso, prevê-se o aumento da capacidade da marina para 500 postos de amarração (inicialmente pensou-se em mil), capaz não só de atrair o mercado “passante”, como cativar os cerca de 750 mil barcos que um pouco mais a norte não têm onde amarrar. Associado a este projecto estará o desenvolvimento de uma área comercial e outros espaços sociais claramente em falta.

No porto de abrigo existe também um silo para cimento com capacidade para 1200 toneladas.

### **9.3.2. Equipamentos Sócio-Culturais e Desportivos**

O Porto Santo é actualmente um dos concelhos madeirenses mais bem dotados de equipamentos sociais, culturais e desportivos. No entanto, é importante salientar a necessidade de construção de mais equipamentos junto às populações. De facto, com o crescimento de muitas zonas da ilha, os chamados *Sítios*, é urgente criar condições que passam por entre outras medidas, a construção de parques desportivos polivalentes, de espaços verdes, de locais para actividades de tempos livres para crianças e idosos, etc.

Segue-se uma breve descrição dos equipamentos e projectos urbanos mais importantes da ilha.

#### **- Edifício de Serviços Públicos e Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo**

Localiza-se no centro da cidade, junto à Igreja Matriz. Dois edifícios fazem parte deste projecto: um centraliza serviços públicos como a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, e o outro acolhe a Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, um auditório de congressos com capacidade para 300 pessoas que é simultaneamente uma sala de cinema e de espectáculos. A construção do auditório visou a atracção do turismo dito de congressos.

O Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo está equipado com os mais modernos sistemas de projecção, som, vídeo e tradução simultânea, e reúne ainda todas as condições para apresentações multimédia. Apresenta também uma área de exposições, salas para apresentações, reuniões e *workshops*, apoiadas por bares e recintos polivalentes preparados para serviços de *cocktail* e refeições. Possui também uma área comercial e um parque de estacionamento automóvel em subsolo para 106 lugares.

#### **- Revitalização do Centro Histórico da Cidade**

O centro da cidade do Porto Santo foi alvo de um projecto de revitalização, que incidiu na frente marítima. A área de intervenção abarcou 450 metros quadrados e foi essencialmente destinada a espaços verdes e de lazer. Surgiu então o Jardim do Infante, no qual foi estruturado um caminho que acompanha o talude da zona verde. Logo abaixo nasceu a Praça do Mercado, construída em degraus, plataformas baixas, de forma a funcionar como plateia durante a realização de acontecimentos e espectáculos ao ar livre.

Por detrás ergueu-se o Mercado municipal, actualmente encerrado por falta de viabilidade do projecto, já que segundo os arrendatários, o espaço não reunia condições para a venda. A partir desta Praça, um pouco mais à frente junto ao Padrão dos Descobrimentos, dito Pau de Sabão, foi construída uma “promenade” que termina junto a uma unidade hoteleira. Numa segunda fase, prevê-se a sua continuação até outras unidades hoteleiras, acompanhando o percurso da baía, acima do cordão dunar.

### **- Centro de Saúde**

A Ilha do Porto Santo possui uma unidade de saúde com capacidade para receber situações de pequena e média gravidade. O Centro de Saúde possui uma unidade de hemodiálise e ainda uma unidade de fisioterapia. Um avião ou helicóptero da Força Aérea Portuguesa, que se encontram permanentemente estacionados no Porto Santo, garantem o transporte imediato para o Centro Hospitalar do Funchal, nas situações de emergência.

No entanto, é já uma reivindicação antiga dos habitantes da ilha, a necessidade do Centro de Saúde ser mais equipado, tanto a nível de recursos humanos como de equipamentos médicos, por forma a se tornar numa unidade pré-hospitalar. Até porque na época alta, com a quadruplicação do número de habitantes, facilmente atingindo as 20 mil pessoas, será necessário apresentar também desta forma, segurança ao visitante.

### **- Campo de Golfe**

Recentemente construído (as obras arrancaram no início de 2002, tendo sido inaugurado em 2004) entre a zona da Lapeira de Dentro - Marinhas e as encostas do Pico de Ana Ferreira (imediações da Capela de S. Pedro), o Campo de Golfe do Porto Santo projectado pelo campeão espanhol Severiano Ballesteros, oferece aos jogadores vistas espectaculares sobre as costas Sul e Norte da ilha.

O campo oferece 27 buracos e dois campos de treinos, ocupando cerca de 3% da superfície da ilha. O investimento, incluindo a aquisição de terrenos e a execução da obra, rondou os 6,5 milhões de contos. Dada a escassez de água na ilha, uma das principais críticas dos populares à construção do campo, criou-se um sistema de irrigação com águas residuais. Para além disso possui infra-estruturas de apoio, bem como um clube de golfe e, futuramente, uma pousada. O restaurante existente é actualmente explorado pela Escola de Restauração Porto Santo, Lda.

É considerado um dos projectos mais importantes, no sentido que pretende conquistar um mercado turístico constante a nível anual, que por norma é fiel e tem elevado poder de compra. A segunda fase incluirá mais um campo de 18 buracos, ficando a Ilha Dourada com o maior campo de golfe da Região.

### **- Campos de Ténis**

Na ilha do Porto Santo encontra-se também o melhor complexo de campos de ténis da Região e um dos melhores do país. Localizado no sítio do Campo de Baixo, numa zona bem próxima ao campo de golfe, este complexo está dotado dos principais equipamentos para a realização de torneios de alta competição.

É composto por um estádio principal, o qual dispõe de bancadas para 1000 pessoas, cinco campos secundários e dois outros campos de *padel*. O piso de todos os courts é do tipo *greencet prix base*. Esta estrutura desportiva é apoiada por uma moderna *club house* que conta com uma loja, um bar-restaurant, salas diversas, enfermaria e balneários.

### **- Estádio de Desportos de Praia**

Junto ao porto de abrigo, na zona do Penedo do Sono, existe uma infra-estrutura desportiva de relevo: o Estádio de Desportos de Praia, que acolhe grandes encontros mundiais, principalmente ao nível do voleibol de praia. No entanto, a sua utilização está condicionada essencialmente aos meses de Verão, uma vez que nos restantes meses, não existe um calendário desportivo que mobilize a utilização deste recinto, apesar de algumas iniciativas locais da Associação de Desportos do Porto Santo.

### **- Pavilhão Gimnodesportivo e Piscinas**

Existem na ilha a juntar aos outros equipamentos desportivos, um pavilhão gimnodesportivo e um moderno complexo de piscinas. O pavilhão mais antigo, uma vez que existiam dois, ficou completamente destruído após um incêndio, e nascerá no mesmo local um novo e moderno pavilhão. Face à adesão considerável da população às várias modalidades desportivas praticadas na ilha, que vão desde o futebol, ao hóquei, ao ténis de mesa, à natação, ao basquetebol, etc., estes equipamentos potenciam a adopção de estilos de vida mais saudáveis para todos, e garantindo a ocupação dos tempos livres dos mais jovens.

### **- Centro Hípico**

O projecto do Centro Hípico visou recuperar, modernizar e lançar uma importante área de lazer e ocupação dos tempos livres. Este equipamento poderá ter um papel importante no combate à sazonalidade que enferma o turismo portossantense. O Porto Santo oferece

algo que todos os cavaleiros sonham: trilhos, caminhos, e mesmo zonas de mato onde é possível passear a passo, a trote ou a galope sem encontrar vivalma.

### **9.3.3. Outras Infra-estruturas**

#### **- Central Dessalinizadora e Produção de Água**

No Porto Santo funciona uma das três primeiras centrais de dessalinização do mundo, que adoptou a tecnologia da osmose inversa, um processo de purificação da água através de uma membrana. Este processo a par da destilação, são os dois processos usados para tornar potável a água do mar. O grande problema das centrais dessalinizadoras é a sua rentabilidade, já que se gasta muita energia para obter água, que por isso atinge custos não comparáveis com outras formas de obtenção de água (captações subterrâneas ou albufeiras).

Da antiga central dessalinizadora do Porto Santo hoje em dia pouco resta, uma vez que através de sucessivas remodelações, a capacidade instalada foi aumentada dos iniciais 500 metros cúbicos diários para 6 mil. Na opinião dos responsáveis pela central - IGA (Instituto Gestão da Água da Madeira), se não fosse uma ilha voltada para o turismo, 35% a 40% da capacidade instalada seria suficiente para os seus habitantes. O IGA vai equilibrando as contas desde dispendioso processo, com as receitas provenientes da venda de águas residuais para rega.

#### **- Parques Eólicos e Produção de Energia**

Também pioneiro em Portugal foi o parque eólico do Porto Santo. Entrou em funcionamento em 1986 e sofreu constantes transformações desde então. Actualmente, o sistema electro-produtor da ilha do Porto Santo, compreende uma central térmica e dois parques eólicos, um da propriedade da Empresa de Electricidade da Madeira (EEM) e o outro da ENEREEM, uma entidade privada.

As vantagens na utilização deste tipo de energia renovável são claras, uma vez que entre outras, a energia eólica não produz poluentes nem gases, os parques são facilmente planificados e concebidos, e são flexíveis ao incremento de maior capacidade.

Em 2004, a emissão de energia eléctrica na ilha foi de 33,8 GWh, o que corresponde a um aumento de 10% comparativamente ao ano anterior. Verifica-se como é de esperar, um aumento substancial da procura de energia resultante essencialmente da actividade

turística. A contribuição por fonte de energia primária foi de 5,3% e 94,7%, nas componentes eólica e térmica, respectivamente. A ponta máxima foi de 7,34 MW, tendo ocorrido a 20 de Agosto, o que corresponde a um aumento de 9,1% em relação ao ano anterior.

Constatou-se um decréscimo de 19% na energia eólica, consequência de um ano fraco em termos de recurso eólico. Na componente térmica, deu-se um aumento de 12,3% em relação ao ano de 2003, derivado tanto do aumento da procura de energia como da diminuição da componente de produção eólica.

#### **- Saneamento básico e ETAR'S**

A rede de saneamento básico cobre a maior parte dos núcleos populacionais, quando anteriormente a prática assentava na adopção de fossas sépticas junto às habitações.

Houve melhoramentos e construções de novas ETAR's (Estação de Tratamento de Águas Residuais) permitindo o aproveitamento das águas residuais. Os recursos provenientes da reciclagem de águas residuais estão a ser utilizados para efeitos de rega, nomeadamente na manutenção do campo de golfe.

#### **9.3.4. Infra-estruturas e Equipamentos Futuros**

Quanto aos investimentos públicos apoiados pelo PITER (Programas Integrados Turísticos de Natureza Estruturante e Base Regional), os mesmos são relacionados não com o reforço da capacidade de alojamento, mas concretamente com o reforço das infra-estruturas de apoio ao sector do turismo. Assim, o PITER apoiará:

- a recuperação do património histórico, cultural e natural do Ilhéu de Baixo ou da Cal e a instalação do teleférico (em fase de projecto/adjudicação);
- a construção do Centro de Animação Desportiva do Penedo do Sono (já concluídos: Estádio Desportos de Praia, Passadiço de ligação entre bares e a zona de desportos, protecção marítima ao estádio de desportos. Em fase de projecto/adjudicação: Centro de Mergulho);
- a construção do Passeio Dunar (empreitada a decorrer, já concluída cerca de metade);
- a construção do centro de Feiras e Exposições;

- o novo parque de campismo;
- e a implementação de um Plano de Promoção, Comunicação e *Marketing*.

Sem ser ao abrigo do PITER, mas como investimentos públicos futuros temos:

- **Centro de Recolha de Lixo - Colecta e tratamento de lixo** - Com uma área de 52.000 metros quadrados, o futuro Centro de Processamento de Resíduos Sólidos do Porto Santo ficará situado junto ao Porto das Salemas, na Camacha, e prevê-se a sua inauguração em Junho de 2006. O investimento rondará um milhão e meio de contos **sete milhões de euros** e será financiado em 66,78% pelo Fundo de Coesão da União Europeia;
- **Novo pavilhão gimnodesportivo;**
- **Centro de Estágio** - A ideia de fazer um centro de estágio para equipas de futebol a funcionar sobretudo no Inverno devido ao clima ameno do Porto Santo, tem a aprovação do Governo Regional embora ainda não esteja no papel. O objectivo é aproveitar os dois campos de futebol, um relvado natural e um sintético, com dimensões internacionais, para atrair equipas de futebol que poderão desfrutar destas instalações em conjugação com as restantes infra-estruturas hoteleiras e desportivas (proximidade do campo de golfe e dos courts de ténis). Será assim mais uma forma de se fazer face às baixas taxas de ocupação associadas ao período a que o centro de estágios se propõe funcionar. No entanto, é necessário dotar o centro de estágio com um ginásio apto a proporcionar actividades de melhoria de condição física e/ou tratamento de lesões.

## 10. A CONTRIBUIÇÃO DO TURISMO PARA A ECONOMIA LOCAL

### 10.1. Caracterização e Evolução

O sector do turismo, como anteriormente referido, é o motor da economia portossantense, projectando o nome da ilha a nível nacional e mesmo internacional, muito devido à bela praia que possui.

Apesar do Porto Santo se encontrar numa fase de franco desenvolvimento, principalmente ao nível da construção de infra-estruturas e equipamentos, e no dinamismo do sector imobiliário, a verdade é que o turismo não conseguiu ainda afirmar-se totalmente, nem no mercado interno regional, nem no mercado externo. Assim, em vez de ser uma economia complementar à da Madeira, como pretendido, o Porto Santo apresenta uma economia extremamente dependente da ilha principal do arquipélago.

Para isso, basta analisar as entradas de turistas, como o faremos mais à frente, e perceber a quantidade de madeirenses que passam férias no Porto Santo, e as quebras significativas nas taxas de ocupação da ilha dourada quando os mesmos optam por destinos concorrentes, como por exemplo, o arquipélago das Canárias, o quando optam pelas praias da Madeira, agora que se iniciou a construção de praias de areia artificiais (Calheta).

A par da dependência da ilha vizinha, outro dos problemas com que o Porto Santo se depara, à semelhança de outros destinos turísticos com características semelhantes, é a **sazonalidade da actividade turística**. Essa sazonalidade está bem patente nas reduzidas taxas de ocupação durante o ano, à excepção da época do Verão, de Junho a Setembro inclusive, em que são bastante mais altas. É também essa sazonalidade que tem “obrigado” a repensar a estratégia em redor do destino turístico Porto Santo.

De facto, concluiu-se através da observação atenta da realidade e confirmou-se através de estudos sobre a ilha, que havia a necessidade imperiosa de aumentar o leque de oferta de produtos turísticos, na busca incessante da quebra da sazonalidade. Não obstante este esforço que é meritório, a verdade é que muitos profissionais ligados ao sector, afirmam

que a ilha nunca deixará de ser totalmente sazonal, atendendo às características que possui.

Todavia, outros há que atendendo aos dados fundamentais do estudo do posicionamento actual do destino Porto Santo defendem que é possível esbater a sazonalidade do fluxo turístico para esta ilha. Esta convicção deriva do facto da ilha ser classificada pelos turistas com atributos que correspondem aos factores de selecção de um destino ideal para férias relaxantes e saudáveis.

Num estudo efectuado pela **Infortec** em 1996 sobre os operadores turísticos, o Porto Santo era conhecido como a ilha vizinha da Madeira, possuidor de uma praia espectacular e por isso denominado de ilha dourada. Os operadores apontavam a ilha como destino complementar ao destino Madeira, propícia ao descanso, mas indicavam também que era pouco conhecida, pequena e com pouco dinamismo.

Consideravam que a ilha disponha de poucas actividades de lazer, fraca capacidade e qualidade das unidades hoteleiras, para além do custo elevado das deslocações e vôos de ligação (fraca acessibilidade), sendo a política de preços desadequada na época baixa. Além disso, referiam para além da fraca acessibilidade, a própria falta de qualidade dos aviões e do serviço TAP, especialmente nas ligações regionais.

Apontavam ainda como críticas, a lentidão e ineficiência nos serviços/atendimento, para além da falta de serviços de apoio nas praias. Referiam a necessidade de melhorar e rentabilizar a praia, através da divulgação e promoção do destino, para além de que vendiam os pacotes turísticos essencialmente como complemento ao destino Madeira.

Como propostas apresentavam a necessária divulgação e promoção da ilha, por parte de agentes quer públicos quer privados, que passavam pela aposta na criação de livros e brochuras, participação em feiras de turismo e *workshops*, realização de eventos promocionais (culturais, desportivos e sociais) e a criação de um *cd-rom* e divulgação e comercialização através da *internet*.

Referiam igualmente a necessidade de se criar a consciência interna nos habitantes locais, de valorização da ilha, especialmente os que mantêm contacto directo com os turistas.

À hotelaria apontavam como prioridades, o aumento do número de camas, a manutenção de unidades hoteleiras de baixa densidade e volumetria, construção controlada e com muito reduzido impacto ambiental, e uma maior aposta na diversidade da animação, sem esquecer a necessária aposta na formação em atendimento.

Quanto aos preços, alguns operadores afirmavam que deveriam apresentar-se preços mais competitivos, nomeadamente na época baixa, seguindo a orientação do Algarve. Outros eram da opinião de que se deveria manter os preços menos competitivos, mas tornando a oferta mais completa e assim mantendo uma certa exclusividade.

Para além de enumerarem várias actividades de lazer possíveis no Porto Santo, apontavam ainda as propostas para melhorias na acessibilidade e nos transportes, que passavam sobretudo pelo maior número de vôos directos e ajustamento nos vôos de ligação, melhores aviões, limitação do número de automóveis na ilha, bem como a criação de uma pista para bicicletas.

Para os não clientes, o Porto Santo era tido como um local calmo/sossegado, bonito, que possuía uma praia boa e para muitos maravilhosa), sendo uma ilha pequena com sol. Os madeirenses e estrangeiros que nunca visitaram a ilha, apontam a praia como associada ao Porto Santo (35,9% e 26,6%, respectivamente) e a maioria dos continentais referem que têm ideia de uma ilha muito bonita.

Em termos de imagem e avaliação da ilha pelos visitantes, o mesmo estudo indicava que os atributos mais referidos e por isso considerados mais importantes, eram: sossegado/calmo; praia ou excelentes praias; relaxante, além de agradável e acolhedor (acrescentados pelos madeirenses). Os continentais retiravam o relaxante e acrescentavam o bonito. Já para os estrangeiros, o primeiro factor eram as excelentes praias, e depois o sossego e a calma.

Como pontos fracos, eram apresentados, a água (potável), o trânsito e a sobre-ocupação, para além do preço das coisas e da confusão. Ainda com avaliação negativa surgiam a rede viária, os espaços verdes, os locais especiais para crianças, a arquitectura dos edifícios e os espaços culturais para visitar.

Curioso é que em termos médios, os visitantes estrangeiros não atribuíam nota negativa aos atributos que foram alvo de avaliação, sendo os turistas madeirenses os mais críticos, acrescentando um atributo negativo, o do preço da viagem e estadia. Para os visitantes continentais, em média, apenas os locais especiais para crianças, a arquitectura dos edifícios e os espaços culturais mereceram nota negativa.

A avaliação da restauração e hotelaria do Porto Santo apresentava nota média negativa para os custos da alimentação. Os serviços públicos apresentaram nota média negativa em todos os atributos considerados, nomeadamente, transportes internos (pior média), simpatia no atendimento nos transportes públicos, rapidez nos mesmos, simpatia do atendimento dos serviços públicos (média quase positiva), rapidez nos mesmos, serviços de saúde e rede viária.

No que respeita aos acessos à ilha, a grande maioria dos estrangeiros (72,2%) consideravam-nos bons, assim como 39,2% dos continentais inquiridos. No entanto, os principais clientes, os madeirenses, classificavam-nos apenas como razoáveis (47,1%). A principal crítica em termos de acessos ao Porto Santo, prendia-se com o preço da viagem.

Os três factores apresentados como motivadores para visitar o Porto Santo foram: **descanso, tranquilidade e fazer praia**. Já ao considerar-se a importância de diferentes factores na selecção de um destino ideal para férias, os principais atributos em média foram: praia com água limpa, segurança e preço baixa de viagem e estadia, surgindo depois o sol.

No entanto, estes factores variavam naturalmente conforme a idade dos visitantes e a sua procedência. Os estrangeiros valorizavam em primeiro lugar o sol, depois as paisagens e o bom clima. Os continentais e os madeirenses apontavam a praia, o

sossego/tranquilidade, o descanso e o divertimento. Em termos globais, por idades, foram também estes quatro últimos atributos que mereceram maior importância

O facto de as possibilidades de praticar ténis, hipismo ou golfe surgirem como os piores cotados em termos de média global na selecção de um destino de férias, em sintonia com a nota negativa atribuída aos desportos náuticos e ao atributo geral de possibilidade de praticar desportos, sustenta a ideia de que apenas nichos de mercado específicos procuram por estas opções.

Foi com base neste estudo que a SDPS (Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo) e demais entidades responsáveis desenvolveram a Operação Integrada de Desenvolvimento (OID), sendo a base dos projectos estruturantes na ilha do Porto Santo efectuados nos últimos anos, que vieram dotar a ilha de mais e melhores condições de acolhimento, embora ainda existam naturalmente situações a melhorar.

O Porto Santo procura ser, hoje em dia, mais do que um destino **sol-praia**. Numa clara aposta na diversificação da **oferta turística** em termos de produto, apresenta-se igualmente como um destino **turístico de saúde**. Foi com base na preciosa matéria-prima, a areia dourada, que foi construída na área da geomedicina uma clínica de talassoterapia como parte integrante de uma unidade hoteleira, cuja missão é prestar serviços de saúde nas vertentes preventiva e curativa. Esta clínica é considerada como a melhor de Portugal e uma das mais bem equipadas da Europa. As maiores potencialidades deste destino poderão estar então, não só concentradas na estância balnear que é, mas também numa estância de saúde.

Existe também uma clara aposta na vertente desportiva, no chamado **turismo desportivo**. Nesse contexto, a ilha possibilita uma multiplicidade de experiências. Tão depressa nos encontramos na praia a relaxar, como a velejar nas águas límpidas, ou a percorrer uma vereda, ou ainda a desfrutar das boas condições para a prática de parapente ou de asa delta.

Existe ainda o centro hípico que permite aprender a montar ou apreciar de um tranquilo passeio a cavalo. Apesar do relevo pouco acidentado que convida a um calmo passeio de bicicleta, a ilha possui alguns picos e locais de menor acessibilidade, que permitem

igualmente o montanhismo, uma viagem em *Jeep Safari*, ou a prática de BTT (Bicicleta Todo-o-Terreno). A isto acrescenta-se ainda a prática do mergulho, da pesca desportiva, do golfe, do ténis, do *karting* e de outros desportos na areia, uma vez que a ilha, possui actualmente como já se referiu óptimas infra-estruturas e equipamentos desportivos.

A dotação da ilha em equipamentos sociais e desportivos procura assim atrair presenças nacionais e estrangeiras, a fim de se colmatar a pouca afluência nos meses em que esta é mais reduzida. Com estes projectos, o Porto Santo tem uma palavra a dizer tanto no **turismo desportivo**, como no **turismo de congressos**.

### Evolução

O sector do turismo no Porto Santo cresceu claramente na década de 90, e nos primeiros anos do novo século, chegando a apresentar taxas de crescimento na ordem dos 26,8% (variação 2001/2000). No entanto, o mercado turístico do Porto Santo, como na generalidade dos destinos turísticos, sofreu as consequências dos trágicos acontecimentos de Setembro de 2001. No ano de 2003, voltou a recuperar o crescimento, sendo que em 2004 apresentou uma taxa ligeiramente negativa, como se pode verificar nos quadros seguintes:

**Tabela III - Evolução do Número de Hóspedes**

Número de hóspedes	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total	25.815	28.525	34.734	53.304	48.240	59.004	58.038

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo e DREM

milhares

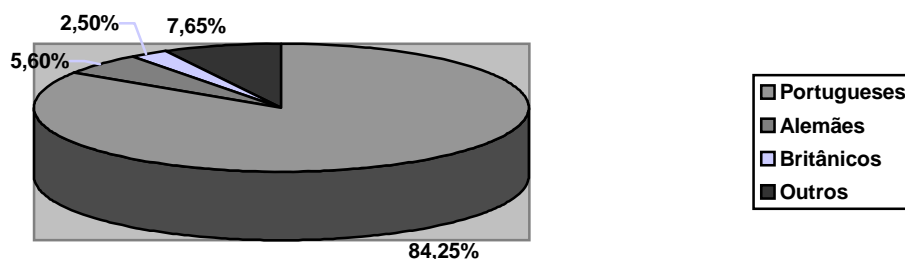
**Tabela IV - Taxas de Crescimento do Número de Hóspedes**

	1999/1998	2000/1999	2001/2000	2002/2001	2003/2002	2004/2003
Taxas de crescimento	10,5%	21,8%	26,8%	-9,5%	22,33%	-1,66%

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo e DREM

Se tivermos em conta os países de origem dos turistas, verifica-se que em 2004, tal como nos anos anteriores, a grande maioria do total de turistas que visitaram a ilha do Porto Santo eram turistas portugueses (84,25%), sendo a maioria madeirense. Depois dos

turistas portugueses, são os turistas alemães que mais visitam o Porto Santo, com 5,6% e representando 35,5% dos turistas estrangeiros entrados na ilha, seguindo-se os turistas ingleses com 2,5%, ou seja, 16,18% dos turistas estrangeiros.



**Gráfico I – Nacionalidade dos turistas no Porto Santo, em 2004**

Em termos de dormidas, os portugueses contribuem com 79,77%, os alemães com 9,61% e os britânicos com 2,92%. O principal mercado turístico da ilha é portanto o nacional, havendo também uma considerável presença de alemães.

A tendência dos últimos anos, tem sido a do aumento dos visitantes portugueses tanto em número como em dormidas, aumento esse que se deve em grande parte aos turistas continentais. Atente-se no entanto, ao decréscimo das dormidas dos turistas britânicos e alemães, os principais mercados estrangeiros, e por outro lado ao crescimento da Holanda de 278,39% em 2003, chegando ao 4º lugar em termos de mercado emissor (1,9%), e ultrapassando a França.

**Tabela V - Evolução das Dormidas no Porto Santo por Mercados**

<b>Países</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
Portugal	137044	163610	172431
Alemanha	24047	22606	20778
Áustria	810	783	1074
Bélgica	226	354	204
Dinamarca	1400	1109	694
Espanha	2412	2392	977
Finlândia	173	407	978
França	2498	3272	1583
Holanda	1606	4132	2774
Reino Unido	13676	11579	6320
Suécia	2034	1305	1241
Noruega	987	759	661
<b>Total</b>	<b>192178</b>	<b>217084</b>	<b>216140</b>

Fonte: DREM e DRT (Direcção Regional do Turismo)

**Tabela VI - Evolução das Dormidas dos Três Principais Mercados no Porto Santo**

	<b>2002</b>		<b>2003</b>		<b>2004</b>	
	Dormidas	(%)	Dormidas	(%)	Dormidas	(%)
Portugal	137.044	71,3%	163.610	75,4%	172.431	79,8%
Alemanha	24.047	12,5%	22.606	10,4%	20.778	9,6%
Reino Unido	13.676	7,1%	11.579	5,3%	6.320	2,9%
Total 3 mercados	174.767	90,9%	197.795	91,1%	199.529	92,3%
Total Geral	192.178	100%	217.084	100%	216.140	100%

Fonte: DREM e DRT

Quanto à permanência na ilha dourada, em 1998, a estada média dos turistas era de 4,3 dias, sendo que os portugueses permaneciam no Porto Santo 3,8 dias e os estrangeiros 5,8 dias. Destes, os alemães eram quem tinha uma estada mais prolongada com 8 dias. Dados da DGT (Direcção Geral do Turismo) para o turismo português no todo nacional, apontam como permanência média geral 6,6 dias, em 2003. No caso concreto da

Madeira, em 2003 a DREM apontava como estada média 6,5 dias, em consonância portanto com a DGT. Os portugueses com 3,6 dias, os alemães com 8,8 dias e os britânicos com 8,1 dias. Estes valores de estada média, não se alteraram em 2004. Presume-se os mesmos valores de estada média, para o Porto Santo.

## **10.2. Unidades Hoteleiras, Taxas de Ocupação e Sazonalidade**

Actualmente as unidades hoteleiras da ilha, concentram-se em três tipologias base de alojamento: hotéis ou apartamento-hotéis do tipo “resort” de três e quatro estrelas e residenciais de lazer.

Em 2004 (31.07), o Porto Santo dispunha de 13 estabelecimentos hoteleiros, com 1473 camas, sendo que do total dos estabelecimentos, 5 são hotéis, 4 são pensões e 4 unidades estão na categoria de Outros (hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos, aldeamentos turísticos, motéis, pousadas e estalagens).

De referir os três hotéis pertencentes ao Grupo Sousa, grupo detentor da PortoSantoLine, e consequentemente da exploração da rota marítima inter-ilhas. Esta situação, proporciona a que a empresa principalmente na época baixa, leva a efeito uma política de pacotes promocionais, em que o pagante tem direito a viagem marítima, com hotel e com a possibilidade, se o desejar, de levar a sua viatura. Esta política promocional tem agradado a muitos madeirenses, contribuindo assim para as visitas ao Porto Santo fora da época estival, com repercussões positivas na quebra da sazonalidade.

De igual modo, há a realçar a importância do INATEL, uma vez que através da sua unidade hoteleira exclusiva para sócios, tem dinamizado o turismo sénior muito em particular na época baixa.

Todas as unidades hoteleiras existentes, têm procurado nos últimos anos, estabelecer protocolos que permitam a chegada de mais turistas à ilha dourada. Assim, os pacotes promocionais têm sido uma realidade, como serve de exemplo os pacotes promocionais de Inverno, que incluem viagem pela Air Luxor com hospedagem no hotel Vila Baleira, do Grupo Ferpinta.

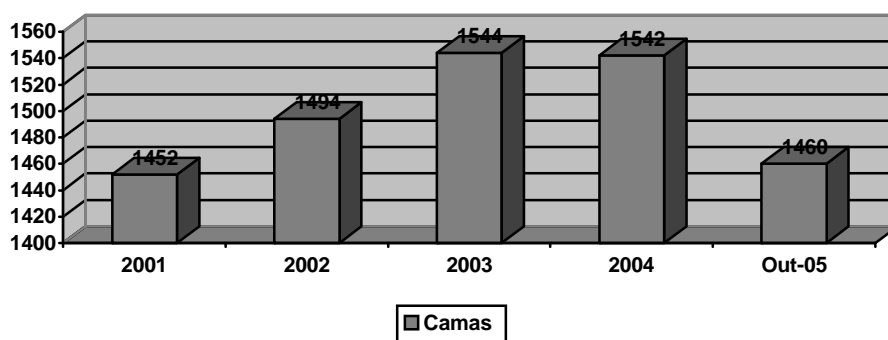
Existem ainda na ilha, duas unidades de turismo rural situadas num dos Sítios mais emblemáticos da ilha, a Serra de Fora.

Atente-se ao seguinte quadro, a fim de se perceber a evolução da capacidade de alojamento do Porto Santo.

**Tabela VII - Evolução da Capacidade de Alojamento**

	2001	2002	2003	2004	Set. /Out 2005
Camas	1.452	1.494	1.544	1.542	1460

Fonte: DREM



**Gráfico II – Evolução na capacidade de alojamento**

No entanto, há a ressaltar que a capacidade de alojamento da ilha é maior do que a que os dados oficiais fazem referência. Há a contar com cerca de 400 as camas presentes em segundas residências e/ou casas de veraneio, que acolhem muitas vezes amigos e familiares dos donos das casas.

Para além disto, existe um grande mercado paralelo, difícil de referenciar tanto a nível quantitativo, como a nível qualitativo. Desde sempre se arrendaram casas ou apartamentos no Porto Santo, seja pelos locais, seja por outras pessoas que fizeram investimentos na ilha e procuram rentabilizá-los. Todavia, os números reais sobre estes arrendamentos não existem, e como tal é difícil existir um efectivo controlo sobre esta situação.

São muitas as vezes que se ouvem queixas sobre a qualidade destas camas transaccionadas no mercado paralelo, mas o turista (especialmente o madeirense que não

tem casa no Porto Santo), aceita essas condições, já que os preços são sempre bem mais em conta do que nas unidades hoteleiras da ilha.

Estão em construção mais duas unidades hoteleiras e outra encontra-se em obras de ampliação. No conjunto, reforçarão tanto o número de camas, como e muito especialmente, a qualidade da hotelaria portossantense. Desta forma, o reforço da capacidade de alojamento, vai ao encontro da perspectiva de capacidade máxima prevista pelo POTRAM até 2012, que é de 4000 camas.

Os investimentos estão contemplados no PITER que representa um apoio total na ordem de 1.420.000,00 euros (11% do investimento total). Intitulados “**projectos âncora**”, os investimentos privados a realizar atingirão o montante global de cerca de 82 milhões de euros. Dos projectos de desenvolvimento do destino turístico Porto Santo, destacam-se os seguintes:

- O Hotel Colombo’s Resort & SPA (100 camas) e Colombo’s Resort Aparthotel (66 apartamentos). A sociedade que detém a concessão, em exclusivo, de jogos de fortuna ou azar na Madeira até 2013, é a promotora deste projecto e conta avançar com um casino no Porto Santo, tornando-se a segunda zona de jogo da região.

Será construído um complexo hoteleiro e residencial com hotéis de 5 e 4 estrelas, vilas com piscina privativa e vivendas de luxo. O projecto será realizado pelo arquitecto catalão Ricardo Bofill, um dos mais conceituados arquitectos europeus da actualidade, e nascerá num terreno de 100 mil metros quadrados, no sítio do Cabeço, com acesso à frente mar. O mercado alvo deste investimento será a Península Ibérica em zonas altamente desenvolvidas e com muita capacidade de compra, como a Galiza e a Catalunha. No que respeita a Portugal, a aposta é no norte do país.

- O Hotel Pestana Dunas ou Pestana Porto Santo (cerca de 200 camas). Com área de 6 hectares terá uma implantação em 15% do terreno e em 200 metros de frente de praia, estando prevista a conclusão para a Primavera de 2008. O custo da obra ascenderá aos 35 milhões euros, o que inclui a aquisição do terreno. Prevê-se a criação de 160 postos de trabalho.

- a ampliação do Hotel Porto Santo e construção de um SPA.

Em termos de taxas de ocupação, atente-se ao seguinte quadro:

**Tabela VIII - Evolução da Taxa de Ocupação Anual por Cama**

	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Taxa Ocupação Anual	47,48%	51,03%	40,04%	38,7%	43,2%	41,9%

Fonte: DREM

Os dados apontam para, ao contrário do expectável e face às melhorias das infra-estruturas e equipamentos da ilha, e do reforço da promoção do Porto Santo, decréscimos nas taxas de ocupação.

Em termos de ocupação mensal e utilizando o exemplo do ano de 2004, temos:

**Tabela IX - Dormidas por Mês - Comparação 2003/2004**

Hóspedes	2003	2004	Varição %
Janeiro	2539	1161	-54,3
Fevereiro	2296	1978	-13,9
Março	3053	3760	23,2
Abril	5909	4915	- 16,8
Maiο	4558	4518	-0,88
Junho	7118	7140	0,31
Julho	7849	8698	10,8
Agosto	9634	9321	-3,2
Setembro	7231	7675	6,1
Outubro	3351	5137	53,3
Novembro	2751	2306	-16,2
Dezembro	2715	1467	-46
TOTAIS	59004	58040	-1,6

Fonte: DREM

**Tabela X - Taxa de ocupação mensal em 2004**

<b>Meses</b>	<b>Taxa de ocupação %</b>
Janeiro	12,8
Fevereiro	15,5
Março	25,0
Abril	40,2
Maió	29,1
Junho	58,1
Julho	78,8
Agosto	91,5
Setembro	73,8
Outubro	36,2
Novembro	17,1
Dezembro	12,2
Acumulado	41,9

Fonte: DREM

Os quadros demonstram que a grande maioria dos turistas se desloca à ilha nos meses de Verão, confirmando a sua sazonalidade. Os meses de Julho, Agosto e Setembro em conjunto registaram 52,17% do total de dormidas em Porto Santo. Todavia, este período estival tem sido nos últimos anos alargado, com boas taxas de entradas e dormidas para os meses de Junho (Festas do Concelho) e Outubro, assim como no mês da Páscoa (Março ou Abril).

Nos últimos anos tem sido apanágio das entidades responsáveis pelo Porto Santo, concretamente em relação ao sector turístico, apoiar o incremento de várias iniciativas culturais e desportivas ao longo do ano, em especial nos meses de Inverno, a fim de se esbater a sazonalidade. São exemplos, a Meia-Maratona do Porto Santo, as Festas do Concelho, o Festival Colombo, os vários torneios de Golfe, ténis e voleibol de praia (esta modalidade essencialmente no Verão), para além de muitas iniciativas ligadas aos desportos motorizados (Rally PortoSantoLine, concentração de *motards*, etc.).

O quadro seguinte revela que o Porto Santo recebe 13 hóspedes por cada 1 dos seus residentes, o que pode traduz a grande capacidade de carga a que a ilha está sujeita, enquanto que o total da RAM aponta para que por cada 2 residentes, haja 7 visitantes.

**Tabela XI – Relação entre Número de Hóspedes e Residentes**

	<b>Residentes Censos 2001</b>	<b>Hóspedes 2003</b>	<b>Residente/ Hóspedes 2003</b>	<b>Hóspedes 2004</b>	<b>Residente/ Hóspedes 2004</b>
RAM	243.988	856.482	2/7	842.213	2/7
Porto Santo	4.474	59.004	1/13	58.040	1/13

Fonte: DREM

### **10.3. Criação de Emprego e de Riqueza**

Em 2004, atingiram-se proveitos totais na ordem dos 10.663.814 €, sendo que 7.131.427 € foram proveitos de aposentos, o que corresponde a 66,88% dos proveitos totais. Em termos de Custos totais com o Pessoal, temos que no mesmo ano foram gastos 4.496.249€

O ano 2004, como ficou patente nos quadros anteriores, apresentou níveis ligeiramente inferiores ao ano de 2003. As perspectivas para os números finais de 2005, apontam para novas quebras no sector a nível de proveitos, quebras essas mais marcantes, no que se refere aos custos com o pessoal.

Ou seja, nos últimos anos, o destino turístico Porto Santo perdeu ligeiramente em números de turistas e de dormidas, facto que se repercutiu negativamente nas receitas do sector.

A quebra presente nos custos com o pessoal, traduz igualmente uma menor criação de emprego na área.

Tabela XII – Proveitos e Custos Totais do Sector

	Valores acumulados até Setembro 2004	Valores acumulados até Setembro 2005	Variação %
Hóspedes	49.130	46.079	-6,6
Dormidas	188.111	174.586	-7,2
Taxa de Ocupação	47,2%	44,8%	-3,2
Proveitos Totais	9 302 208 €	8 779 280 €	-5,6
Proveitos de Aposentos	6 466 024 €	6 231 070 €	-3,6
Custos Totais com Pessoal	4 034 368 €	3 246 373 €	-19,5

Fonte: DREM

#### 10.4. Mobilidade e Transportes

Pode chegar-se ao Porto Santo por via marítima ou via aérea, já que a ilha dispõe de transportes aéreos e marítimos que a ligam quer a ilha vizinha, quer ao continente português. Existem voos regulares a partir da Madeira (20 m), de Lisboa (1h30m) e do Porto (2h, no Verão), para além dos charters, e de um *ferry-boat* (2h30m) que assegura a ligação marítima entre as duas ilhas.

##### Movimento aéreo

Existem várias ligações diárias entre a Madeira e o Porto Santo através da aeronave da companhia Aerocondor (Shorts 360), com capacidade para 36 passageiros. A TAP assegura os voos entre Lisboa e o Porto Santo duas vezes por semana durante todo o ano. Nos meses de Verão há várias companhias a operar para o Porto Santo, a partir de Lisboa e do Porto.

A nível aéreo, a ligação regional é alvo de constantes críticas. Críticas que passam quer pela utilização de uma aeronave com poucos lugares, quer pelos horários e pelo número de voos, quer pelo preço da viagem entre as ilhas. É sem dúvida um dos mais caros da Europa, se tivermos em consideração as apenas 38 milhas percorridas.

De 1998 a 2000, registaram-se acréscimos no número de passageiros no aeroporto do Porto Santo. Contudo, desde o ano 2001 que o volume de passageiros vem sofrendo diminuições, apesar das boas condições da infra-estrutura. A este facto não será alheio o incremento das viagens por barco, claramente beneficiadas com a entrada em funcionamento de novos barcos com maior capacidade e comodidade e ainda o custo dos bilhetes de avião em comparação com o custo da passagem marítima.

A partir de 2003, também foi decrescendo o número de aviões a aterrar na ilha dourada. Já o movimento de carga e de correio, vem crescendo paulatinamente ao longo dos anos, especialmente o primeiro.

**Tabela XIII – Movimentos Totais no Aeroporto do Porto Santo**

	<b>2003</b>	<b>Var. %</b>	<b>2004</b>	<b>Var. %</b>	<b>2005</b>	<b>Var. %</b>
Mov. Aviões – n.º	7.864	-1,1	7.184	-8,6	7.340	2,2
Mov. Passageiros – n.º	182.375	-0,7	168.526	-7,6	155.402	-7,8
<b>Mov. Carga – ton</b>	226,4	6,8	269,0	18,8	273	1,5
<b>Mov. Correio – ton</b>	115,1	1,5	120,0	4,3	122,4	2

Fonte: ANAM

O fluxo de passageiros no aeroporto de Porto Santo tem diferentes proveniências. A proveniência dos passageiros distribui-se então por três principais categorias: voos charters, voos regulares do Continente e voos regionais inter-ilhas da RAM.

Todavia, do total do movimento de passageiros no aeroporto do Porto Santo, verifica-se uma maior utilização da ligação interna entre as ilhas. Quase todo o movimento de passageiros, concretamente cerca de 70,25% (2003) tem como origem ou destino o Funchal, sendo o restante fluxo originado em ligações com o continente (23,44%). Os vôos internacionais apresentam ainda valores residuais (0,16%). O restante movimento corresponde a passageiros em trânsito (6,15%).

**Tabela XIV - Movimento de Passageiros no Aeroporto do Porto Santo**

	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>Var. %</b>
<b>Interior</b>	116.749	107.536	-7,9
Territorial	43.148	35.743	-17,2
Restantes Shengen	294	4.142	1308,8
Schengen	<b>160.191</b>	<b>147.421</b>	<b>-8</b>
UE Não Schengen	909	748	-17,7
Internacional	5	0	-100
Local	161.105	148.169	-8
Trânsito	7.196	6.265	-12,9
<b>Não comercial</b>	225	968	330,2
<b>Total</b>	<b>168.526</b>	<b>155.402</b>	<b>-7,8</b>

Fonte: ANAM

O movimento no aeroporto da ilha dourada perfaz uma média de 425 passageiros/dia, média naturalmente influenciada directamente pelos “picos” derivados do turismo, nomeadamente na época da Páscoa, e principalmente nos três meses de Verão.

Se atendermos ao movimento de passageiros segundo a origem, temos que em 2005, 95,31% foram passageiros portugueses, e que as outras nacionalidades apresentam apenas valores residuais, nomeadamente 1,53% italianos (em virtude dos charters) e 1,16% britânicos.

### **Via marítima**

Desde sempre se efectuaram viagens marítimas entre as duas ilhas habitadas do arquipélago madeirense. Fosse à vela, e mais tarde com motor, os famosos barcos carreiros (Cruz Santa, Devoto, Maria Cristina entre outros), transportavam as mercadorias essenciais à sobrevivência da população da ilha dourada, e simultaneamente um ou outro passageiro com necessidade de se deslocar à cidade do Funchal (muitas vezes para vender o gado), ou no sentido inverso, de algumas pessoas com casas e negócios na ilha mais pequena. Os “arrais”, os mestres do leme, eram tidos por heróis pelas muitas vezes que tiveram de desafiar as intempéries e trazer os barcos a bom porto, muitas vezes obrigados a mandar borda fora toda a mercadoria, para salvar as vidas e o barco.

Depois surgiram os navios mais modernos, de entre os quais o famoso Pirata Azul na década de 70 (1974). Na década de 80, deram entrada na linha marítima os catamarans (Alizur Amarillo, Independência e Pátria), velozes sobre as águas, mas com evidentes dificuldades na época invernal, ficando muitas vezes atracados sem conseguir realizar a viagem, ou até mesmo, obrigados a regressar ao porto de onde tinham partido.

Já nos anos 90 introduziram-se os *ferry boats*, primeiro o Lusitânia Expresso, depois o Lady of Mann, e em Junho de 1996 o Lobo Marinho, um navio de transporte misto, de pessoas e veículos.

Em Outubro de 2001 foi aprovado o apoio comunitário para a construção de um novo navio de ligação ao Porto Santo, ao abrigo do programa POPRAM III. Com a introdução em Junho de 2003 do Lobo Marinho II, que assegura o transporte simultâneo de mercadorias, veículos e passageiros, tem-se verificado um crescimento significativo nesta linha diária com o porto do Funchal, permitindo o abastecimento diário de bens essenciais e reduzindo desta forma, os efeitos da dupla insularidade. O *ferry* é propriedade da empresa PortoSantoLine, e assegura diariamente a ligação entre as duas ilhas, garantindo o serviço público de transporte de passageiros. Este navio tem capacidade para 1153 passageiros e 145 carros.

Normalmente são realizadas duas viagens por dia – partida do Funchal às 8h da manhã e regresso ao fim da tarde. Saliente-se ainda que no mês de Agosto (época alta de turismo na ilha), ao Domingo, são realizadas quatro viagens por dia, o mesmo acontecendo em ocasiões especiais, como fins-de-semana prolongados ou eventos culturais e/ou desportivos.

**Tabela XV - Movimento Marítimo de Passageiros entre Funchal e Porto Santo**

	<b>2002</b>	<b>Var. %</b>	<b>2003</b>	<b>Var. %</b>	<b>2004</b>	<b>Var. %</b>
Número de Passageiros	235.022	- 4,7	283.256	20,5	306.770	8,3

Fonte: PortoSantoLine

Quanto à sazonalidade do transporte marítimo, em 2004, quatro meses - Junho (12,1%), Julho (14,1%), Agosto (20,7%) e Setembro (14,0%) – contribuíram com 60,9% dos

passageiros transportados. Só o mês de Agosto concorre com mais de 1/5 para os números anuais da ligação marítima. Estas percentagens são sensivelmente as mesmas nos últimos cinco anos. O mês em que se transportam menos passageiros para o Porto Santo é o de Fevereiro, não só por ser um mês de Inverno, mas porque entre Janeiro e Fevereiro, o *ferry boat* parte para a revisão anual, ficando no seu lugar o já velho Indpendência, com poucas condições de navegabilidade e comodidade.

Na análise ao movimento de transportes entre as ilhas da Madeira e do Porto Santo, verifica-se que o transporte marítimo movimenta mais passageiros que o transporte aéreo. Enquanto o primeiro tem vindo a crescer nos últimos anos, o transporte aéreo vem perdendo gradualmente os seus clientes.

**Tabela XVI - Movimento de Passageiros Segundo o Tipo de Transporte**

	<b>2002</b>	<b>Quota %</b>	<b>2003</b>	<b>Quota %</b>	<b>2004</b>	<b>Quota %</b>
Passageiros via aérea	183.609	43,9	182.375	39,2	168.526	35,5
Passageiros via marítima	235.022	56,1	283.256	60,8	306.770	64,5
Total	418.631	100	465.631	100	475.296	100

Fonte: PortoSantoLine e ANAM

Entre Janeiro e Março e entre Novembro e Dezembro, o desembarque de passageiros na ilha do Porto Santo é distribuído equilibradamente entre o transporte aéreo e o marítimo. Nos meses entre Abril e Outubro, o maior número de passageiros que chegam à ilha é transportado por via marítima.

O fluxo de passageiros desembarcados por via aérea duplica de Julho a Setembro, mantendo-se o resto do ano com pequenas variações. Por seu lado, o movimento de passageiro por barco aumenta cerca de oito vezes no mês de Agosto, em relação aos meses de Inverno.

Embora o período de travessia por mar seja muito superior ao da via aérea, a preferência dos passageiros por esta via poderá ser explicada segundo factores que podem incluir o prazer de um passeio marítimo, a possibilidade de transportar a própria viatura, o menor

stress a que o passageiro é sujeito, e essencialmente às tarifas praticadas pelos respectivos operadores.

**Tabela XVII - Preços dos Transportes Inter-ilhas**

	<b>Abril a Setembro</b>	<b>Janeiro a Março, Outubro a Dezembro</b>
Barco: preço para não residente em turística, com ida e volta noutra dia	48,30€	39,50€
Barco residente	26,90€	
Avião não residente	118,92€	
Avião residente	63,92€	

Fonte: PortoSantoline e TAP

euros

Embora a nível marítimo a ligação seja de qualidade, a verdade é que apresenta deficiências ao nível do embarque e desembarque de pessoas e mercadorias. Não existem gares marítimas quer num quer noutra porto, onde os passageiros possam esperar confortavelmente pela hora de embarque, ou que as pessoas possam aguardar pela chegada do navio. Não existe igualmente controlo de bagagens, ocorrendo muitas vezes movimentações relativamente perigosas nos cais, com carros e pessoas.

Todavia, quer a ligação regional aérea (com mais voos nos últimos anos), quer a ligação marítima, vieram impulsionar o crescimento do turismo no Porto Santo, na medida que permitem diariamente quebrar o isolamento da ilha e incentivam o investimento privado em segundas residências e casas de veraneio.

### **10.5. Gestão, Promoção e Exploração do Turismo**

No caso do destino Porto Santo, o plano estratégico de *marketing* adoptado nos últimos anos pelas entidades responsáveis, passou pelo objectivo de posicionar a ilha como um destino turístico não massificado, onde o turista poderia viver dias de tranquilidade, usufruindo de uma praia excepcional, tendo ao seu dispor actividades lúdicas e equipamentos de qualidade durante todo o ano.

Pretendia-se tanto aumentar o número de turistas, como o número de visitantes e assim esbater a sazonalidade. Procurou-se para o efeito criar no Porto Santo serviços e actividades turísticas complementares que oferecessem diversificação, tornando a ilha conhecida ao desenvolver a marca “Porto Santo”.

A ideia passava pela aposta nos **factores críticos de sucesso** da ilha dourada. A praia e a ausência de turismo de massas, assumiram-se naturalmente como os factores preponderantes de sustentação. Para que tudo isto fosse exequível seria necessário assegurar a acessibilidade à ilha, as actividades desportivas e lúdicas, a qualidade e condições dos alojamentos, a competitividade do destino Porto Santo, quer a nível nacional quer a nível internacional, a qualidade dos serviços e a existência de condições naturais e de infra-estruturas da praia.

#### **10.5.1. Marketing-Mix**

##### **Política de Produto**

No que se refere à política de produto, o destino Porto Santo tem como linha nuclear de orientação estratégica, a praia de areia fina e dourada e as características do mar, sendo também uma ilha pouco explorada e sossegada.

A ilha do Porto Santo procurou apetrechar-se para oferecer actividades de lazer e desportivas, restaurantes e similares de qualidade e com variedade, alojamentos de qualidade, procurando dessa forma responder às necessidades dos segmentos alvos.

Um destino de fácil acessibilidade e de qualidade, onde o turista pode usufruir de equipamentos e serviços básicos, sem restrições e com elevados níveis de qualidade e um destino que está na "moda", onde o conforto e a segurança são assegurados.

##### **Política de Preço**

A política preço procurou assentar-se na necessidade de se praticar preços competitivos, sem que a qualidade dos serviços prestados fosse posta em causa. Com esta política de preços procurou-se:

- Incremento de preço residual quando o turista compra o destino Porto Santo, tendo já comprado o destino Madeira;
- Manter os preços da restauração e outros serviços a par daqueles que se verificam na ilha da Madeira;
- Pacotes de preços competitivos comparativamente a destinos como o Algarve em época baixa;
- Pacotes de preços competitivos comparativamente a destinos semelhantes (Algarve, algumas ilhas espanholas e gregas, Caraíbas), tendo no entanto um patamar mais elevado do que esses destinos mais massificados.

### **Política de Distribuição**

No que se refere à política de distribuição para o destino Porto Santo, apostou-se nas agências de viagens e nos operadores turísticos, bem como no *marketing* directo. Procurou privilegiar-se a venda do destino através das agências de viagens dos principais mercados emissores. O objectivo passava também por convencer os operadores que oferecem o destino Madeira a oferecer também um pacote Madeira + Porto Santo e/ou um programa em exclusivo ou complementar com o Porto Santo.

Existiu também a preocupação do destino ser oferecido via *internet*, usufruindo assim dos novos meios tecnológicos.

### **Política de Comunicação**

A promoção do destino turístico Porto Santo procurou ser feita tendo em conta a residência habitual dos seus visitantes, sendo que estes são na sua maioria madeirenses, seguidos dos continentais, alemães e britânicos.

Uma vez que grande número dos visitantes da ilha do Porto Santo (excluindo os madeirenses) são em primeiro lugar, visitantes da ilha da Madeira, então no início da viagem incentivou-se a vontade de conhecer a ilha vizinha, utilizando meios publicitários essencialmente no aeroporto da Madeira. Através de incentivos promocionais na ilha da Madeira, quer junto dos visitantes quer junto dos próprios madeirenses, procurou-se complementar as iniciativas promocionais anteriormente referidas.

Os principais mercados de origem do destino Madeira, são o alvo da promoção do destino Porto Santo, e como tal, as acções de comunicação passaram por ir ao encontro desses mercados de origem.

A comunicação passou pela participação em feiras de turismo; promoção da visita de *opinion makers*; *workshops* junto dos agentes turísticos; promoção e divulgação da ilha através de livros, CD-Rom interactivo do destino Porto Santo; publicitação através de revistas e de jornais nacionais de grande tiragem; promoção e realização de eventos desportivos e culturais; divulgação de informação sobre a ilha do Porto Santo e suas atracções tais como hotéis, restaurantes, caminhos e veredas, percursos pedestres através da colocação de um site na *internet*); promoção da ilha do Porto Santo através do lançamento de material publicitário como fotografias, calendários, *t-shirts*, etc.

#### **10.5.2. Análise Swot**

No que respeita aos pontos fortes e fracos, bem como oportunidades e ameaças do destino Porto Santo, e face ao exposto anteriormente, temos:

##### **Pontos fortes:**

- Património natural, paisagístico e geológico, bem como cultural, valioso;
- Clima ameno, brilhando o sol em grande parte do ano;
- Praia de areia com características medicinais;
- Água do mar limpa e com óptima temperatura;
- Destino seguro, com sossego e tranquilidade;
- Bom acolhimento/ hospitalidade ao turista;
- Estrutura demográfica com uma taxa de juventude superior à média regional e com bons níveis de escolarização;
- Equipamentos desportivos de excelência;
- Progressos significativos ao nível de infra-estruturas e equipamentos, nomeadamente rede viária, escolas, saúde e saneamento básico;
- Infra-estruturas aeroportuárias e portuárias de qualidade;
- Existência de condições climáticas favoráveis à prática das culturas hortícolas, vinícolas e frutícolas, e assim incentivar o consumo de produtos locais;

## **Pontos Fracos:**

- Sazonalidade da actividade turística, embora esteja a ser minorada paulatinamente;
- Sobre-ocupação, essencialmente na época de Verão, com repercussões ao nível do acesso aos bens e serviços, o que gera muitas vezes alguma confusão;
- Trânsito, que cresceu exponencialmente com a possibilidade transportar facilmente a viatura por via marítima;
- Insuficiência na sinalização da rede viária;
- Deficientes sistemas de transporte terrestres e aéreos, que têm acumulado críticas essencialmente à ligação aérea inter-ilhas;
- Grande dependência nas ligações aéreas e marítimas;
- Dependência excessiva do mercado madeirense;
- Excessiva dependência dos operadores turísticos;
- Deficiências no atendimento, muitas vezes por falta de formação dos trabalhadores do sector;
- Falta de mão-de-obra especializada no sector;
- Insuficientes actividades de animação no sector privado, dependendo muito das iniciativas públicas;
- Insuficiência de locais especiais para crianças.
- Apesar das excelentes infra-estruturas desportivas, de animação e sócio-culturais, existe ainda alguma insuficiência na promoção da utilização das mesmas;
- Ocorrência de algum barulho ou agitação nocturna, minorado grandemente com a construção do Penedo do Sono;
- Exiguidade de bens e mercadorias, dada a pequena dimensão do mercado local;
- Fraco desenvolvimento da pesca e dificuldades no incremento da actividade agrícola;
- Persistência de dificuldades ao nível do artesanato;
- Fraco tecido empresarial, constituído predominantemente por pequenas e médias empresas, concentradas no comércio, na construção civil e nos similares da hotelaria o que vulnerabiliza o crescimento económico;

- Custo de vida mais elevado do que na Madeira e do que na restante grande maioria do país, essencialmente dos bens de primeira necessidade;
- Custo da água, o que condiciona o desenvolvimento agrícola e penaliza os custos de exploração das empresas;
- Insuficiência a nível das estruturas de saúde;
- Persistem ainda algumas carências em infra-estruturas de recolha e de tratamento de resíduos sólidos;
- Alguma construção excessiva e muitas vezes sem qualidade, tem criado constrangimentos à paisagem, nomeadamente pela exploração excessiva de pedreiras e pela falta de harmonia ao nível da arquitectura;

### **Oportunidades**

- Emergência do turista verde, que procura lugares pouco explorados e genuínos;
- Valorização pelos turistas dos produtos típicos locais, como seja o artesanato e os produtos agrícolas;
- A duração da viagem da Europa ao Porto Santo e da viagem entre as ilhas terá benefícios no aproveitamento da tendência actual para férias mais curtas e mais frequentes;
- Tendencialmente, o turismo fora da época de Verão oferecerá mais oportunidades comerciais, o que possibilitará quebrar a sazonalidade;
- Beneficiar do facto de que os grupos etários cujas viagens aumentarão mais rapidamente nos próximos anos serão os jovens e a terceira idade, faixas etárias que poderão ser facilmente atraídas para o Porto Santo;
- Diversificação dos produtos turísticos oferecidos pelo Porto Santo;
- Incremento das visitas diárias da Madeira para o Porto Santo, nomeadamente depois da introdução do novo *ferry boat*;
- Projectos Âncora, apoiados pelo PITER, importantes no reforço da capacidade hoteleira;
- Benefícios indirectos do impacto de ampliação do aeroporto internacional da Madeira;
- Promoção das infra-estruturas desportivas e sócio-culturais criadas nos últimos anos, nomeadamente o campo de golfe;

## **Ameaças**

- Fraca competitividade dos preços em relação aos destinos concorrentes como o Brasil e as Canárias;
- Concorrência resultante da construção das praias de areia artificial na Madeira;
- Tendência para o volume de turismo urbano ter um crescimento maior do que as férias de Verão;
- Pressões sobre o meio natural, consequência da excessiva sobre-ocupação e construção;
- Risco de abandono da actividade agrícola, o qual tem como consequência imediata, a descaracterização da paisagem, e a incidência de riscos associados à erosão;
- Riscos de falta de capacidade suficiente de oferta de água, face ao crescimento previsível da procura;
- Persistência do mercado de camas paralelas, que pode prejudicar a qualidade do destino turístico.

## **11. AVALIAÇÃO DE MODELOS E SOLUÇÕES DE DESENVOLVIMENTO ASSENTES NO TURISMO**

### **11.1. INTRODUÇÃO**

De seguida, faz-se referência a um estudo de um modelo que procurou fazer entender de uma forma mais clara, a debilidade dos sistemas insulares. Fausto Cavallaro e Luigi Ciraolo (Universidade de Catania e Universidade de Messina, respectivamente), procuraram responder às questões que se colocam quanto à sustentabilidade económica, social e ambiental nas ilhas, nomeadamente em pequenas ilhas como é o caso da Ilha de Salina, perto da Sicília, arquipélago das ilhas Aeolian.

De acordo com os autores, os sistemas económicos das ilhas revelam por vezes pouca estabilidade, já vez que são muito sensíveis a causas de stress exógenas, nomeadamente causados por factores económicos, que podem provocar consequências ambientais.

As ilhas Aeolian são certamente quando vistas como um todo, uma enorme atracção turística para italianos e estrangeiros, devido à sua deslumbrante beleza natural. A indústria turística lançou-se nestas ilhas, nos anos 50, inicialmente pelo interesse científico e cultural do arquipélago. No início, os turistas eram atraídos pela invulgar actividade vulcânica presente nas ilhas Stromboli e Vulcano e as termas naturais da ilha Lipari. A partir dos anos 60, o fenómeno do turismo cimentou a sua posição e tornou-se numa verdadeira indústria.

Para satisfazer a procura crescente, iniciou-se uma outra actividade florescente, centrada na construção de novos hotéis e de outras infra-estruturas para acolher turistas. Infelizmente, devido à falta de regulamentação, a actividade turística em muitos casos, não se traduziu em oportunidades para um crescimento equilibrado da economia local, criando pelo contrário, significantes desequilíbrios territoriais e ambientais.

Com o seu trabalho, os referidos autores pretenderam desenvolver um modelo baseado numa abordagem dinâmica, de modo a:

- Simular o comportamento e a interacção das principais variáveis económicas e ambientais das ilhas;

- Analisar os níveis de estabilidade e fragilidade dos sistemas ambientais em pequenas ilhas, depois de “sofrerem” perturbações exógenas geradas por factores económicos, tais como a presença de actividade turística.

Este modelo pode, no seu entender, e com as devidas adaptações, ser aplicado noutras áreas territoriais semelhantes à analisada.

O desenvolvimento económico dos sistemas micro-insulares das ilhas Aeolian, baseia-se quase exclusivamente no turismo e nas actividades associadas. Há numerosos trabalhadores envolvidos que anteriormente trabalhavam na agricultura e na pesca. Hoje em dia, no entanto, a mão-de-obra local concentra-se na construção civil no Inverno, e no turismo no Verão. Como resultado, as actividades tradicionais acabaram por ser abandonadas. Durante muitos anos, a agricultura e a pesca foram as actividades principais e representavam por isso, a economia local, onde o Homem e o ambiente estavam em perfeito equilíbrio.

Os impactos no território eram por isso, menos significantes que os de hoje, originados pelo turismo. Como consequência desta não política de turismo, durante o Verão sobretudo em Agosto, a ilha de Salina é afectada por trânsito congestionado, produção de lixo, consumo de recursos naturais (água, energia, etc.), e um impacto no ambiente de significativa magnitude. Assim, pode dizer-se que aquela zona é colocada sobre pressão pelo “peso” do número de turistas que é considerado demasiado grande para o tamanho da ilha, a longo prazo.

O crescimento a longo termo no número de turistas pode comprometer a frágil **capacidade de carga** (número máximo de visitantes que uma área pode suportar, antes que ocorram alterações profundas e irreversíveis no meio físico e sócio-cultural) e produzir instabilidade no equilíbrio ambiental, através da adopção de práticas prejudiciais aos recursos naturais.

A indústria turística gerida de forma racional, concertada representaria uma oportunidade para o crescimento sustentável no sistema insular das ilhas Aeolian, e nas ilhas em geral, pois sendo os recursos naturais que estão na origem dos destinos

turísticos, a sua preservação e condições de sustentabilidade implicam o respeito pelas capacidades máximas das ilhas para cada modelo de desenvolvimento sustentável.

As questões surgem naturalmente: até que ponto pode o sistema ambiental resistir às tensões provocadas pela actividade económica? Será a capacidade de auto-preservação dos sistemas, forte o suficiente para aguentar, e adaptar-se às alterações provocadas?

Segundo os autores, o sistema ambiental sob a pressão de perturbações externas, incluindo exploração económica, pode apresentar dois tipos de reacção:

- a) Uma reacção de estabilidade: isto implica a condição em que o sistema varia do estado de equilíbrio para um estado de stress e volta ao estado inicial;
- b) Uma reacção meta-estabilidade: em que o sistema se modifica do estado inicial de equilíbrio, e alcança um novo estado de equilíbrio. Uma forte perturbação pode conduzir o sistema para outro estado de equilíbrio. Este tipo de estabilidade é conhecido como “estabilidade global”.

A questão-chave é se essa perturbação - o choque exógeno resultante da actividade económica - compromete a confiança e resistência dos ecossistemas. Os primeiros resultados da aplicação deste modelo, revelam que o sistema ambiental é claramente sensível às pressões nascidas da chegada de turistas, especialmente em áreas pequenas, como é caso de muitas ilhas.

Na simulação de controlo de fluxos as variáveis utilizadas foram:

- Taxa de entrada na ilha, que seria afixada pelas autoridades locais e que seria utilizada exclusivamente para amenizar as externalidades causadas pela indústria turística (por ex: Arquipélago de Fernando de Noronha – Brasil), nomeadamente em actividades de reconversão ambiental e na protecção de ecossistemas;
- Redução das acessibilidades, limitando a frequência e o número de transportes;
- Redução da capacidade de alojamento, ao apostar mais nas casas que respeitam a traça de arquitectura original da região, mas com todos os confortos dos nossos dias, em detrimento de grandes unidades hoteleiras).

O modelo apresentado expõe assim alguns elementos de reflexão, e concretamente e relação ao caso em estudo, conclui que o fluxo incontrolado de turistas é insustentável no longo prazo e que proporciona benefícios limitados a nível económico.

Apresenta-se outro caso de estudo, o de Calviá, nas Ilhas Baleares, como exemplo de sucesso de mudança de estratégia e de adopção de políticas de exploração do sector turístico mais sustentáveis.

Calviá é o município turístico mais importante das ilhas baleares e um dos mais visitados do Mediterrâneo. Actualmente com 50.000 habitantes, dispõe de 120.000 camas turísticas, recebendo mais de 1,6 milhões de visitantes por ano.

Calviá surge com o primeiro “boom” do turismo internacional dos anos sessenta. Desde então começou a tornar-se “destino turístico de massas”, com um crescimento imobiliário descontrolado, em boa parte por via da mão-de-obra barata, acabando por se criar uma situação de exploração insustentável de alguns recursos naturais.

Apenas 25 anos depois do “boom”, começaram a surgir os problemas desencadeados pelo desenvolvimento sem planeamento. No final dos anos 80, em Calviá, tal como noutros destinos mediterrânicos, surgiram sintomas de declínio: destruição do ambiente e paisagem, massificação do espaço turístico, perda gradual do prestígio como destino, e consequente baixa na qualidade dos visitantes.

Segundo Carolina Bosch (coordenadora da Agenda 21 Local), referida por Belo (2001), “Calviá transformou-se, então, num destino de *hooligans*, desordeiros e sem qualquer poder aquisitivo. Um modelo que se ia distanciando das aspirações dos seus residentes e das próprias procuras emergentes, de turistas cada vez mais maduros e exigentes.”

O modelo teórico da procura, utilizado pelos responsáveis na caracterização do caso de Calviá, baseia-se no preço e tem efeitos sobre a degradação ambiental.

Nele é exposto o princípio do aumento da degradação, como “trade off” do abaixamento do preço: baixando os preços, a tendência será para um aumento da procura. Por sua vez, o aumento da procura, tende a fazer aumentar a degradação ambiental, não apenas pela

pressão de um maior número de visitantes mas, também, pelos tipos de público atraído (pessoas menos sensíveis a questões ambientais).

De acordo com este modelo, é então considerada vantajosa, a saída da procura “por cima”, ou seja, pelo aumento de preços, com redução no número de visitantes. Esta foi a estratégia de *marketing* escolhida para Calviá, que tem levado a significativas reduções no número de camas estabelecidas inicialmente nos Planos Directores Municipais (PDM's), e que conseguiu colocar Calviá como exemplo da transformação de um destino de massas, num destino sustentável.

## **12. AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL**

### **12.1. Indicadores de sustentabilidade no turismo**

Na aplicação dos pilares do desenvolvimento sustentável através da formulação de um quadro integrador de objectivos para as suas três vertentes, é necessário dispor simultaneamente de uma ferramenta assente em indicadores que permitam aferir progressos e estabelecer metas a atingir.

Concretamente para o sector do turismo, os indicadores para a sustentabilidade são um campo de pesquisa e de interesse relativamente recente. Daí que os indicadores propostos, bem como todos os estudos da OMT (1993,1996), pareçam ser demasiado centrados no turismo por si só, visando salvaguardar os interesses do próprio negócio.

Ao longo do tempo, a utilização de indicadores, especialmente no seio das ciências sociais, mantém aceso o debate acerca das fórmulas ideais capazes de resumir a informação de carácter técnico e científico. Cumulativamente, a procura de metodologias eficazes de utilização dos indicadores disponíveis (ou a criar) para aferir o desenvolvimento sustentável não se encontra ainda padronizada.

No entanto, existe consenso acerca da necessidade de aplicação de metodologias capazes de sintetizar a informação, para que esta possa servir de suporte às acções de decisores, gestores, políticos, grupos de interesse e público em geral.

Para isto, as metodologias utilizadas devem preocupar-se com a preservação do essencial dos dados originais e a selecção das variáveis que melhor servem os objectivos e não todas as que podem ser medidas ou analisadas. Ou seja, consoante as necessidades são desenvolvidos modelos aplicáveis a situações concretas.

Os indicadores para o turismo sustentável destinam-se a medir o desenvolvimento do turismo e estimar as implicações económicas, naturais e sócio-culturais no meio. No caso de destinos turísticos desenvolvidos, os indicadores de sustentabilidade deverão ser colocados de forma a que os pontos fracos onde a acção deva ser tomada sejam

apontados, e devem examinar a relação do sector com as restantes actividades e o meio, num esforço de se conseguir a sustentabilidade global para o espaço territorial.

Uma forma de definir um conjunto de indicadores de sustentabilidade no turismo que congrega o turismo numa abordagem mais holística e integradora, é relacioná-lo com os princípios do turismo sustentável. Assim, muitos conjuntos de princípios do turismo sustentável têm sido propostos, num esforço para operacionalizar o termo “Turismo Sustentável” e facilitar a sua implementação. Bramwell & Henry (1996); Eber (1992); Gerken (1988); McIntyre (1993), bem como as organizações internacionais (WTTC, OMT & Conselho da Terra (1996); OMT & UNEP (1998). A maior parte refere aspectos como o envolvimento da comunidade local, uso sustentado dos recursos, planeamento, promoção da informação e pesquisa, etc.

No entanto, os Princípios de Eber (1992) anteriormente apontados, são dos mais referidos e utilizados. Os mesmos princípios são utilizados mas numa perspectiva mais abrangente, que reflecta igualmente a noção de desenvolvimento sustentável.

1. Utilização sustentável dos recursos;
2. Redução do sobre-consumo e do desperdício;
3. Manutenção da diversidade;
4. Integração Turismo-Planeamento;
5. Suporte das economias locais;
6. Envolvimento das comunidades locais;
7. Consulta de vários grupos de interesse, incluindo o público;
8. Formação de trabalhadores do sector turístico;
9. *Marketing* responsável do turismo;
10. Investigação.

Através do estudo dos princípios para um turismo sustentável, podemos encontrar indicadores que permitam medir a sustentabilidade do sector, ou de um destino turístico. Existe uma relação forte entre estes vários princípios de sustentabilidade, o que não surpreende dada a complexidade do turismo, a inter-relação entre os diferentes componentes do desenvolvimento sustentável e a necessidade de uma abordagem holística.

De seguida, alguns princípios são analisados juntamente já que estão inter-relacionados conceptualmente e indicadores similares podem ser usados ao medir-se a sustentabilidade. Assim, o princípio de “Integração Turismo-Planeamento” e “*Marketing* responsável do turismo” são examinados conjuntamente. De igual forma se analisam os princípios “Envolvimento das comunidades locais” e “Consulta de vários grupos de interesse, incluindo o público”.

Os indicadores são definidos para serem aplicados à escala local. O nível de aplicação é significativo já que informação mais detalhada é utilizada, enquanto que as agregações são mais usadas numa escala de aplicação mais abrangente. Diferentes indicadores têm importância a diferentes escalas, embora alguns deles possam ser usados tanto local, como a nível regional e/ou nacional. A escala local foi aqui escolhida a fim de facilitar a adopção de práticas sustentáveis pelas comunidades locais e pelos intervenientes no sector. Crê-se também que a pesquisa à escala local pode ajudar a clarificar a teoria, como também as práticas sobre desenvolvimento sustentável e facilitar a sua implementação.

O número de indicadores varia de princípio para princípio, de acordo com as diferentes dimensões e com a disponibilidade de dados, disponibilidade essa que assume extrema importância. Assim, mais de um indicador pode ser utilizado para o mesmo parâmetro.

#### **12.1.1. Utilização sustentável dos recursos**

Hunter (1995) afirmou “ para recursos renováveis, o desenvolvimento sustentável requer que a taxa de utilização não exceda a capacidade natural de regeneração.” Os recursos são interpretados como naturais (água, energia, paisagem, biodiversidade, etc.), culturais e sociais.

Os recursos naturais, água e energia, são os conceitos-chave da sustentabilidade, já que ambos são usados intensivamente na indústria do turismo nas zonas de acolhimento, muitas vezes a taxas excedentes às do uso da população local. Adicionalmente, na zona do Mediterrâneo por exemplo, estes dois recursos estão em falta, e são muitas vezes alvo de conflito devido a diferentes procuras para usos diferentes. Para os recursos renováveis, a reciclagem e/ou as taxas de regeneração são apropriadas, já que podem ser

utilizadas para demonstrar algum esforço para gerir o consumo, bem como as emissões e produção de lixo.

O indicador consumo água/energia por turista (ou cama ou noite) é muitas vezes sugerido nos estudos sobre o assunto (OMT 1993, 1996) para medir o consumo do recurso chave. Embora esta medida possa ser utilizada particularmente nas situações em que não existe outro tipo de dados disponíveis e/ou quando as estratégias para a redução do consumo tenham sido implementadas, e que pode ser comparada com:

- a) Alguns padrões de consumo;
- b) A relativa redundância dos recursos na região;
- c) A quantidade de recursos necessários por outros sectores da economia (agricultura, indústria) que são desenvolvidas ou que podem vir a ser desenvolvidas na zona (custo de oportunidade);
- d) O consumo antes da implementação das políticas de redução.

A paisagem é outro recurso natural a ser considerado, já que a sobre-exploração pela indústria conduz à deterioração da mesma. Com um grande número de turistas a visitar uma praia, por exemplo, um parque ou outro local atractivo, será de esperar que o mesmo local perca em atractividade e que surjam distúrbios do habitat natural devido ao congestionamento e sobre-utilização. O desenvolvimento de infra-estruturas em larga escala, também pode limitar o espaço livre e alterar significativamente as características da zona, os ecossistemas tradicionais, a qualidade de vida dos residentes e da própria experiência dos visitantes.

Medidas como as de monitorizar a poluição das águas, existência de alguns prémios/atribuições como a Bandeira Azul, ou até mesmo o número de locais onde se pode nadar na praia, podem ser usados para indicar a sustentabilidade desse recurso.

Alguns indicadores possíveis:

- Recursos renováveis (solar, vento, etc.) usados na acomodação dos turistas como uma percentagem do total de *fuels* combustíveis usados;

- Quantidade de água reciclada como uma percentagem da quantidade total de água que pode potencialmente ser reciclada;
- Consumo de água/energia por turista (ou por cama ou por noite);
- Metros quadrados de praia (parque ou outro local) por turista (média ou maior número - pico do turismo, época alta);
- Metros quadrados de espaço livre para turistas;
- Espaço livre como uma percentagem da infra-estrutura total construída para o turismo;
- Existência de procedimentos para monitorização contínua da água balnear;
- Número de amostras da água balnear excedendo os limites legais definidos a nível nacional ou internacional;
- Qualidade da água (concentração de vários poluentes);
- Bandeira Azul (ou distinções semelhantes);
- Número de locais onde se pode tomar banho na praia.

É difícil, por outro lado, medir directamente a sustentabilidade social e cultural. Isto porque a maioria das variáveis relacionadas com estes factores são mais qualitativas do que quantitativas. Há ainda a considerar-se que mudanças culturais são inevitáveis quando pessoas de diferentes meios sócio-culturais interagem. No entanto, apesar de aparentemente o turismo acelerar as mudanças culturais, não é definitivamente a única força motriz de mudanças (Mathieson & Wall, 1982), como defendem alguns autores. Inskip (1991), acrescenta ainda que as mudanças resultantes da interacção visitante/residente, não são necessariamente negativas ou indesejáveis.

Uma medida indirecta para a sustentabilidade sócio-cultural pode ser o envolvimento das comunidades locais no processo decisão e noutros processos, a par da informação correcta para os turistas acerca do local que estão a visitar.

Indicadores propostos:

- Rácio entre a população local e o pico de estação (número mais alto de turistas);
- Rácio entre a população local e o número anual de turistas;
- Casamentos entre turistas e locais como uma percentagem do total de casamentos;

- Número de bares/discotecas por população local;
- Percentagem de divórcios em relação aos casamentos;
- Percentagem de mulheres empregadas no total da força de trabalho;
- Taxa de crescimento da população;
- Taxa de desemprego no período de fora de estação (Inverno);
- Desemprego local comparado com o Regional e o Nacional.

### **12.1.2. Redução do sobre-consumo e do desperdício**

Existem duas dimensões nesta temática da redução do sobre-consumo e do desperdício: - poupar nos recursos utilizados pelo turismo na produção/consumo de outros produtos - e reduzir a pressão no meio ambiente resultante do tratamento do lixo.

Está por isso, relacionado com o primeiro princípio referido anteriormente. Para a redução do sobre-consumo e desperdício, é necessário atender à existência e adequação das infra-estruturas e dos métodos usados para a colocação e tratamento seguro dos resíduos sólidos e líquidos. A adequação tem a ver com a capacidade das infra-estruturas existentes para lidar com o desperdício gerado e o método correcto de tratamento.

No caso do lixo e da produção de águas residuais, o que é importante medir é a existência de padrões de sustentabilidade, mais do que a quantidade de lixo produzido por si só. Os padrões de baixo consumo (eficiência a aumentar, novas tecnologias, comportamento responsável) adoptados tanto pelo sector como pelos próprios turistas, assim como a reciclagem, são indicadores de gestão responsável e turistas responsáveis. Ambos conduzem à poupança de recursos e a um decréscimo de custos, em termos económicos e naturais, na gestão de grandes quantidades de lixo. No caso da existência destes métodos a quantidade de lixo por turista pode ser utilizada para medir o efeito.

Indicadores propostos:

- % de materiais que podem ser reciclados;
- % de água reciclada;

- Número de hotéis, restaurantes e outros locais que tenham adoptado sistemas de eliminação de sobre-consumo e produção de lixo como uma percentagem do total de estabelecimentos;
- Informação disponível para o turista para a adopção de padrões de baixo consumo;
- Resíduos sólidos/líquidos gerados pelos turistas;
- Percentagem de resíduos sólidos tratados;
- Percentagem de resíduos sólidos enviados para lixeiras;
- Percentagem de águas residuais a receber tratamento.

### **12.1.3. Manutenção da diversidade**

A diversidade é um conceito complexo e multifacetado, que inclui biodiversidade, diversidade sócio-cultural, e diversidade em termos de produtos e actividades recreativas oferecidas aos turistas.

Desde que algum tipo de desenvolvimento é decido implementar-se, existirá algumas perdas em diferentes campos, a não ser que uma zona seja deixada intacta, sem actividades intensivas. Nos *resorts* já desenvolvidos, é praticamente impossível medir mudanças na biodiversidade resultantes do turismo, uma vez que dados sobre as condições que existiam anteriormente, não estão disponíveis.

Os indicadores podem ser usados numa escala local de forma a ter uma medida deste parâmetro, uma vez que a biodiversidade pode abarcar zonas mais vastas, à escala regional.

Indicadores de nível regional/ local:

- Número de locais especiais de interesse (natural, cultural) sob protecção vs. os que não têm protecção;
- Existência de legislação para a protecção de espécies;
- Número de espécies em via de extinção na região;
- Monitorização do número (rácio de desaparecimento e/ou vs. número actual) e dos padrões de espécie;
- Monitorização dos padrões de mobilidade da fauna;

#### **12.1.4. Integração Turismo-Planeamento e *Marketing* responsável do turismo**

O planeamento efectivo a par da sua dimensão de *marketing* e o foco na diversificação, podem ser usados para rejuvenescer e possibilitar um futuro mais sustentável no produto turístico oferecido, no meio ambiente e no desenvolvimento em geral.

Para determinar indicadores para o planeamento há que focalizar-se nas três dimensões do planeamento do turismo: planeamento no sentido tradicional; *marketing*; e oferta produtos diversificados para os turistas. Os indicadores para o planeamento tradicional incluem a existência de:

- Plano de desenvolvimento para o espaço territorial;
- Procedimentos estabelecidos para monitorizar continuamente o progresso do desenvolvimento turístico;
- Procedimentos do EIA para avaliar o impacto dos novos desenvolvimentos.

O *Marketing* é, na verdade, parte do processo de planeamento cujos objectivos podem ser estabelecidos localmente, a nível regional ou nacional.

A questão da Diversificação:

- quem traz os turistas;
- a sazonalidade do turismo;
- o produto oferecido.

Indicadores:

- Percepção dos turistas sobre o local que estão a visitar;
- Número de diferentes produtos turísticos/actividades oferecidos localmente (turismo histórico e cultural, desportivo, conferências, etc.);
- Número de visitantes e número de grupos em mais de três lugares ou actividades, comparando com o número total de visitantes;
- Percentagem de hotéis (ou camas) a operar durante o Inverno;
- Rácio entre actividades disponíveis na época baixa e actividades oferecidas na época alta;
- Percentagem da chegada de turistas em voos charters versus total de chegadas;

- Percentagem de turistas que fizeram reservas nos três maiores operadores turísticos;
- número de turistas “movimentados” por operadores turísticos independentes versus aqueles “movimentados” pelos operadores turísticos mais poderosos;
- Percentagem da chegada de turistas com reserva em hotéis versus total de chegadas;
- Existência de legislação ou regulamentos locais determinando o uso da terra, ocupação do território, e as áreas turísticas.

#### **12.1.5. Suporte das economias locais**

- Emprego no turismo em percentagem do emprego total;
- Número de pessoais locais/residentes empregados no turismo como uma percentagem do total de empregados no sector;
- Lucros/proveitos gerados pelo turismo como uma percentagem do total de ganhos gerados na zona;
- Estabelecimentos que oferecem serviços para o turismo pertencentes a locais como percentagem do total de estabelecimentos;
- Proveitos exportados como percentagem do total de proveitos, nos estabelecimentos pertencentes a não locais.

#### **12.1.6. Envolvimento das comunidades locais, consulta de vários grupos de interesse (*stakeholders*), incluindo o público**

- Existência de programas de informação e educação para o público;
- Número de reuniões locais para discussão prévia à implementação de políticas;
- Avaliação de procedimentos pelo público e autores envolvidos na sugestão de mudanças nas políticas;
- Investimentos através de parcerias público-privadas.

#### **12.1.7. Formação de trabalhadores do sector turístico**

Indicador a nível local:

- Número de cursos de curta duração realizados a nível local referentes ao turismo

A uma escala mais vasta:

- Presença nos cursos de curta duração por 1000 empregados;
- Percentagem de empregados que são formados em escolas turísticas;
- Iniciativas do sector público e/ou do sector para dar formação;
- Disponibilidade de cursos de curta duração por 1000 turistas;
- Diversidade de cursos oferecidos;
- Formados em escolas turísticas por 1000 turistas

#### **12.1.8. Investigação**

- Número de inquéritos/ questionários feitos tendo em conta as preferências e percepções dos turistas;
- Número de inquéritos feitos referentes às percepções dos locais sobre o turismo;
- Número de estudos de investigação sobre a lucratividade do sector / número de estudos de investigação pesquisa sobre os impactos do turismo;
- Conferências e outras actividades relacionadas com a pesquisa sobre o turismo, organizadas localmente.

Qualquer indicador ou índice tem por finalidade a simplificação de fenómenos complexos de modo a melhorar a comunicação. Porém, é preciso ter presente que ao escolher-se um indicador e/ou ao se elaborar um índice, aquilo que se conquista em simplicidade e eficácia, perde-se no detalhe da informação. Na selecção do conjunto de critérios, parâmetros e indicadores deve procurar-se tomar em consideração a objectividade, a exequibilidade e a fiabilidade.

Assim, devem constituir critérios de selecção: a existência de dados-base; a possibilidade de comparação com critérios legais ou outros padrões/metast existentes; a facilidade e rapidez de determinação e interpretação; o grau de importância e validação científica; o custo de implementação; e a possibilidade de o indicador ser rapidamente actualizado.

### **13. RÁCIOS DE AVALIAÇÃO APLICADOS AO PORTO SANTO**

Este trabalho procura ser uma primeira abordagem à medição e avaliação da sustentabilidade - uma primeira recolha de dados sobre o assunto, para futuro acompanhamento e monitorização da evolução do destino turístico Porto Santo e da sua sustentabilidade.

É imperativo fazer compreender a todas as entidades com responsabilidades no sector turístico, e no desenvolvimento de uma região em geral, que a sustentabilidade não é um fim em si mesmo. De facto, não é possível afirmar-se taxativamente que determinado local, região ou destino turístico, é sustentável. Na verdade, pode ser sustentável naquele momento, mas a curto prazo pode perder esse atributo, se não houver a necessária monitorização e actuação face a factores externos que ponham em causa esse equilíbrio sustentável. Daí que, a procura da sustentabilidade seja um processo contínuo e abrangente, já que envolve a participação de todos os actores.

Torna-se extremamente complicado medir a sustentabilidade de um local como o Porto Santo, dada a escassez de dados concretos sobre a ilha, muito pelo facto de a maioria dos estudos consagrar o todo regional madeirense. Quando os mesmos existem, não são tão pormenorizados quanto o necessário. Assim sendo, muitos indicadores que à partida se revelam importantes para a medição da sustentabilidade, não poderão ser apresentados neste trabalho. Não obstante, procurar-se-á estabelecer relações entre os vários dados disponíveis por forma a se conseguir obter uma visão geral do ponto em que está a sustentabilidade na ilha dourada.

Procurar-se-á estudar a sustentabilidade global, nas suas três dimensões já anteriormente referidas: sustentabilidade ambiental, sustentabilidade económica e sustentabilidade sócio-cultural. No entanto, e uma vez que estas dimensões estão intimamente relacionadas, muitos dos indicadores pertencem tanto a uma como a outra dimensão, pelo que não é possível apontar a sua pertença exclusiva, quer a uma quer a outra dimensão da sustentabilidade.

## **Sustentabilidade Ambiental**

A utilização sustentável dos recursos assume aqui particular relevância. Atendendo aos indicadores atrás referidos, há a referir a existência da utilização dos recursos renováveis (vento) na produção de energia, embora essa participação seja diminuta.

No que se refere ao consumo de água, sabe-se que o consumo é muito maior na época alta, e que a mesma é bastante controlada dado custo de obtenção do precioso líquido. Houve melhoramentos e construções de novas ETAR's permitindo o aproveitamento das águas residuais. Os recursos provenientes da reciclagem de águas residuais estão a ser utilizados para efeitos de rega, nomeadamente na manutenção do campo de golfe.

Pode afirmar-se peremptoriamente que existe muito espaço livre. No que concerne às praias, existem umas mais concorridas que outras, mas nunca ao ponto de não comportar mais um visitante. Em algumas zonas, menos procuradas, consegue-se mesmo estar quase isolados.

A indústria da construção revelou enorme pujança nos anos 90 do século passado, e transformou significativamente a paisagem do Porto Santo, reduzindo por consequência o espaço livre da ilha.

Persistem, todavia, problemas graves no tratamento dos resíduos (pós-recolha), que apenas ficarão solucionados, aquando da entrada em funcionamento do novo Centro de Processamento de Resíduos Sólidos do Porto Santo. De facto, os entulhos que derivam do sector da construção e sucata tinham como destino a “Lapa”, local onde está a ser construído o novo centro de processamento.

Esta situação, provocou durante largos anos a descaracterização da paisagem daquela zona, com constantes deslizos de sucata e entulho para o mar, já que o local situa-se junto à linha da costa norte da ilha. Adoptou-se então a solução de depositar os entulhos nas pedreiras desactivas, e assim requalificar as pedreiras abandonadas por exaustão de recursos. Mas as sucatas continuam infelizmente à mostra, no parque da Câmara Municipal junto a uma das principais entradas da ilha, o aeroporto, até serem enviadas para fora da ilha.

Existe controlo microbiológico tanto das águas balneares como das areias em praias determinadas, a cargo da Câmara Municipal, concretamente através da empresa municipal PortoSantoVerde. As amostras das águas balneares do Porto Santo, segundo a PortoSantoVerde, têm revelado resultantes muito bons, nas praias monitorizadas do Penedo, Fontinha, Ribeiro Cochino, Ribeiro Salgado, Cabeço e Calheta. Assim, as análises revelam boa qualidade das águas, já que não ultrapassam os valores recomendados.

As praias da Fontinha e da Calheta são já há alguns anos condecoradas com a Bandeira Azul, mas no último ano apenas a primeira foi contemplada. Para uma extensão tão grande de praia, seria natural que existissem mais condecorações destas. No entanto, tal não ocorre, não pela qualidade das praias em si, mas pela falta de infraestruturas de apoio balnear, condição essencial para a obtenção da bandeira. Em toda a extensão dos 9 km da praia do Porto Santo, é possível tomar banho.

Relativamente à paisagem, temos que a paisagem portossantense sofreu pesados atentados ambientais com a exploração das pedreiras pela indústria da construção. Há alguns anos atrás, proliferavam mesmos as pedreiras ilegais. Actualmente, a solução encontrada, para além de fechar algumas das pedreiras, foi a da deposição de aterros. No entanto, esta solução não resolveu totalmente o problema grave da requalificação das pedreiras, que continua a descaracterizar a paisagem portossantense.

Certas zonas da praia recebem um grande número de turistas, e como tal será de esperar que o mesmo local perca em atractividade, e que surjam distúrbios do habitat natural devido ao congestionamento e sobre-utilização. O desenvolvimento de infra-estruturas em larga escala, também pode limitar o espaço livre e alterar significativamente as características da zona, os ecossistemas tradicionais, a qualidade de vida dos residentes e da própria experiência dos visitantes.

A construção do campo de golfe, implicou naturalmente distúrbios do habitat natural de algumas espécies, e modificou claramente a paisagem. Estudam-se actualmente os impactos que terá a ligação por teleférico, da ilha ao Ilhéu da Cal.

As novas unidades hoteleiras a serem construídas, em certa medida implicarão igualmente a limitação de espaço livre e do acesso às praias pelos residentes.

Constata-se que as entidades privadas não têm feito grandes esforços na redução do sobre-consumo e desperdício. No entanto, pelo menos uma das unidades hoteleiras consultadas refere que todos os alojamentos estão equipados com sistemas economizadores de energia, bem como lâmpadas de baixo consumo.

Nos hotéis existe apenas a prática generalizada de colocar folhetos ou autocolantes incentivando a poupança de água.

Quanto à manutenção da diversidade e protecção, a Rede Natura 2000 pretende ser uma rede ecologicamente coerente de áreas de conservação da natureza com importância comunitária. O objectivo principal da Rede Natura 2000, é manter ou recuperar habitats e espécies garantindo-lhes um estatuto de conservação favorável. A Rede Natura 2000 resulta da implementação de duas Directivas comunitárias distintas a Directiva "Aves" (Dir.79/409/CEE) e a Directiva "Habitats" (Dir.92/43/CEE).

No Porto Santo, são Sítios de Interesse Comunitário (Directiva "Habitats")

- Ilhéus do Porto Santo - PTPOR 0001
- Pico Branco - Porto Santo - PTPOR 0002

A Directiva Habitats tem como objectivo assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e das espécies de flora e fauna selvagens considerados ameaçados no território da EU.

### **Sustentabilidade Económica**

Nos últimos anos apostou-se em campanhas de promoção a fim de se dar a conhecer aos turistas o local que pretendiam visitar. Subsistem, no entanto, carências ao nível das informações turísticas nos locais (sinalização).

A diversidade da oferta do turismo progrediu grandemente com a concretização das infra-estruturas desportivas e sociais (turismo desportivo, turismo rural, turismo de congressos, turismo de saúde, turismo sol-praia, turismo sénior).

Todas as unidades hoteleiras operam na época baixa, embora com uma taxa de ocupação baixa, e com a consequente dispensa sistemática de funcionários.

Ao nível das actividades disponíveis na época baixa em comparação com as actividades oferecidas na época alta, constata-se um decréscimo na oferta (exemplo: actividades lúdicas na praia).

Quanto à existência de legislação ou regulamentos locais determinando o uso da terra, ocupação do território, e as áreas turísticas, há a referir o Plano Director Municipal, ao nível municipal e ainda o POTRAM, ao nível regional.

Já em relação ao suporte das economias locais e concretamente quanto ao emprego, temos que 38,5% (dados de 2001) da população activa, trabalha no turismo. Desses, a grande maioria são locais, mas nos últimos anos registou-se um aumento da chegada de emigrantes que se têm ocupado também neste sector.

A maior parte dos estabelecimentos que oferecem serviços ligados ao turismo são pertença dos locais (ex: restaurantes, cafés e agências de viagens). No entanto, em termos de hotelaria, os locais apenas são detentores de pequenas pensões ou residências para arrendar.

No que diz respeito à formação de trabalhadores do sector turístico, temos que as unidades hoteleiras consultadas apontaram números muito baixos para os trabalhadores formados no sector turístico. Já no que se refere às iniciativas do sector público e/ou do sector para dar formação há a referir as acções da ACIPS. Os cursos centraram-se na área da informática, atendimento ao público, marketing, liderança e gestão de equipas, sensibilização à qualidade e ambiente, higiene e segurança nas organizações, direito comercial e do trabalho, técnicas de venda, finanças para não financeiros, fiscalidade,

inglês na óptica do Atendimento. De referir os cursos habilitantes de Motoristas de Turismo e de Guias Intérpretes Regionais.

Em termos de investigação, há apenas conhecimento do estudo de mercado encomendado pela Sociedade de Desenvolvimento à Infortec. Não há registo de inquéritos feitos referentes às percepções dos locais sobre o turismo, a não ser o que elaborei eu mesma por ocasião deste estudo. Têm sido promovidas pontualmente, conferências e outras actividades relacionadas com a pesquisa sobre o turismo.

#### Sustentabilidade social e cultural

O rácio entre a população local e o pico de estação (número mais alto de turistas) aponta para 48% ( $4474/9321$  - Agosto de 2004 = 47,99%). No entanto, sabe-se que este indicador é inferior, uma vez que não tem em conta os turistas que ficam em camas paralelas.

O rácio entre a população local e o número anual de turistas ( $4474/58040 = 7,71\%$ ) revela a forte pressão exercida sobre os residentes, com naturais alterações sociais, quer positivas quer negativas. Alguns indicadores:

- 3,4‰ tanto para divórcios quanto para os casamentos, em 2004.
- Contabilizam-se cerca de 40,33% ( $892/2212$ ) de mulheres empregadas no total da força de trabalho;
- A taxa de crescimento da população entre 1991 e 2002, foi de - 4,9%
- Taxa de desemprego em 2001 era de 5,6%.
- Em Janeiro de 2005, estavam registados como desempregadas 168 pessoas, ou seja, 7,6% com referência à população de 2001.

Quanto à manutenção da diversidade cultural, há a referir o imenso risco de perda de algumas tradições/actividades se não oferecer o apoio necessário, concretamente as peças genuínas de artesanato, por exemplo.

Já no que se refere ao envolvimento das comunidades locais, consulta de vários grupos de interesse (stakeholders), incluindo o público, aponta-se a existência de programas de informação e educação para o público, essencialmente para os mais novos.

No que respeita aos investimentos através de parcerias público-privadas, temos o exemplo do Programa PITER, do URBCOM e de protocolos celebrados pelo Governo Regional.

#### **14. EXTERNALIDADES NEGATIVAS DO TURISMO NA ILHA DO PORTO SANTO**

Tendo por base o questionário efectuado a residentes (ver anexos), pode-se concluir que as principais externalidades negativas apontadas foram:

- o trânsito, desde o congestionamento à falta de estacionamento e ainda às constantes transgressões na circulação;
- a perda do sossego/tranquilidade;
- o custo de vida mais elevado/inflacionamento de preços;
- a poluição ambiental e sonora;
- o aumento da insegurança/vandalismo e a agitação nocturna (ruído);

Além disso, quando questionados sobre a afectação da vida da comunidade, apontaram a “confusão e muita espera nos acesso a bens e serviços (supermercado, bancos, etc.)” e a consequente “alteração de rotinas/horários”.

Importa acrescentar ainda com base no mesmo questionário aos residentes, que 59% dos inquiridos consideram que o desenvolvimento é positivo, 1% que é negativo, e 40% que é tanto positivo como negativo. Como primeiro aspecto negativo apontado, 21% não indicam nenhum, 14% apontam o dedo ao trânsito, desde o congestionamento à falta de estacionamento e ainda às constantes transgressões na circulação; 13% indicam a perda do sossego/tranquilidade e 9% apontam o custo de vida mais elevado/inflacionamento de preços, e outros 9%, apontam a poluição ambiental e sonora.

Como segundo aspecto negativo, 37% não respondem, 11% indicam o aumento da insegurança/vandalismo, sendo que o trânsito e o custo de vida surgem novamente com 9% cada um.

Quanto ao terceiro aspecto negativo, 60% já não apontam nenhum factor, e dos restantes, 7% referem o trânsito, 6% apontam o aumento da insegurança, e 5% indicam a agitação nocturna (ruídos).

Dos inquiridos, 31% afirma que o turismo afecta a vida da comunidade, 33% indicam que não afecta, 36% que afecta em parte. Quanto à questão da principal forma de afectação da vida da comunidade, 34% não responde, 13% indicam a confusão e muita espera nos acesso a bens e serviços (supermercado, bancos, etc.); 10% voltam a referir as contingências do trânsito.

Questionados sobre as alterações na sua vida em concreto, 50% dos inquiridos respondem afirmativamente, 32% de forma negativa, e 18% que a sua vida é afectada em parte.

As principais razões apontadas são: mais trabalho (14%) e alteração de rotinas/horários (12%) a par dos problemas no acesso aos bens e serviços (12%).

Relativamente aos sentimentos de segurança, 64% afirmam que não são afectados, 19% que se sentem afectados, e 16% só em parte. Sobre a forma de afectação dos sentimentos de segurança, 68% não respondem, e 15% referem o aumento da criminalidade/roubos e vandalismo.

Sobre a existência de ressentimentos entre turistas e residentes, 13% apontam que sim, 59% julgam que não, e 28% são da opinião que existem em parte.

Dos ressentimentos mais referidos, saliente-se os 22% de inquiridos que indicam o “bairrismo”/ disputas entre residentes e turistas madeirenses.

Quanto à alteração de comportamentos através do contacto entre residentes e visitantes, 34% acham que acontece, 42% indicam que não, e 24% julgam que acontece em parte.

Os tipos de atitudes/comportamentos que podem alterar-se mais indicados, foram: enriquecimento cultural/troca de experiências (14%), mudança de mentalidades/comportamento sociais (14%) e do lado negativo apontam disputas/comportamento ofensivos (13%).

## 15. RECOMENDAÇÕES E CONCLUSÕES FINAIS

As grandes tendências do sector do turismo nos próximos anos, devem estar presentes quando se analisa e projectam melhorias para o destino turístico Porto Santo. Para isso, há que contar com o que o turista valoriza quando escolhe um destino turístico, e as tendências manifestadas pelos viajantes. Assim, devem existir preocupações em preparar um destino turístico tendo em atenção:

- preços, qualidade, higiene, segurança e conforto;
- serviços complementares ao alojamento, ou seja, variedade de actividades;
- afastamento de ambientes muito concorridos,
- proporcionar evasão da rotina;
- revelar a autenticidade e ofereça novas experiências;
- o desporto e que contemple a natureza e a saúde;
- proporcionar aventura e novas descobertas.

Na senda da sustentabilidade global do sector no destino turístico Porto Santo, é imperativo proceder-se à definição de objectivos claros e de estratégias de acção a fim de se promover um turismo responsável e de qualidade, reconhecer os parceiros no processo turístico com vista à conjugação de interesses e à responsabilidade partilhada, procurar estabelecer e adoptar códigos de boas práticas a fim de se promover a qualidade nos serviços oferecidos, implementar indicadores de gestão de turismo sustentável (uma vez que só se pode gerir o que se pode medir) e adoptar uma atitude pró-activa e não apenas reactiva, no que respeita à avaliação e correcção dos impactos do turismo quer a nível ambiental, quer económico ou social.

As recomendações que se seguem para o destino turístico Porto Santo, procuram otimizar os efeitos positivos, tanto no plano da satisfação dos turistas como no plano socio-económico, e melhorar e/ou preservar a qualidade de vida dos cidadãos residentes.

Baseiam-se na análise dos factores que se revelaram determinantes no sucesso da Gestão Integrada da Qualidade (GIQ) dos destinos turísticos costeiros, promovida pela União Europeia, procurando entre outros objectivos, a divulgação de boas práticas nos estados-membros. Abrangem tanto a fase de concepção da intervenção, as estratégias e as realizações, como a implementação, os meios, as acções e os resultados.

De referir que alguns destes passos já foram dados na ilha do Porto Santo. Todavia, é importante perceber que apenas uma estratégia global pode funcionar quando se ambiciona a qualidade total.

É preciso atender ainda que as recomendações não são universais nem exaustivas, mas sim apresentam as práticas que foram bem sucedidas e que podem ser com as devidas readaptações aplicadas noutros locais. O conceito de GIQ é ainda recente na gestão dos destinos turísticos pelo que a maior parte ainda está numa fase inicial de aprendizagem, onde coexistem sucessos com fracassos. Além disso, o conceito é desconhecido para alguns intervenientes no terreno e concerteza existirão outros destinos que se inserem neste tipo de intervenção, mas que nunca se associaram a este conceito.

### **1. Dinâmica de Parceria: Criar Condições que Favoreçam a Emergência de uma Intervenção de Gestão Integrada de Qualidade**

São seis as condições que suscitam, mantêm e desenvolvem a dinâmica de parceria dos vários agentes:

- criar um direcção forte, bem estrutura, institucionalizada, dotada de meios de acção (financeiros e humanos), que disponha de autonomia e competências, e beneficie do apoio dos poderes públicos, dos agente do sector privado e da população local;
- desde a fase de definição do projecto até ao acompanhamento da sua execução, desenvolver uma intervenção de parceria baseada na colaboração estreita e coerente entre todos os agentes ao nível local, regional, nacional e até internacional, beneficiando assim dos efeitos de sinergia, de desmultiplicação das acções e das economias de escala daí resultantes;
- elaborar um visão comum de desenvolvimento do turismo, baseada na concertação entre agentes, na consulta à população local e num sistema eficaz de circulação interna da informação;
- procurar uma distribuição equilibrada dos efeitos positivos do desenvolvimento turístico entre os visitantes, os profissionais do sector, o seu pessoal e a população local;
- definir uma política coerente e coordenar no terreno a acção dos serviços responsáveis pelo turismo e dos outros serviços responsáveis pelo desenvolvimento

do destino, que contribuam grandemente para a qualidade da experiência do visitante (ambiente, urbanização, transportes, limpeza pública, polícia, etc.);

- continuar a criar incentivos que favoreçam a emergência e promovam o desenvolvimento da iniciativa privada na melhoria da qualidade do turismo. Estes incentivos deverão ser construtivos ou regressivos e poderão assumir múltiplas formas (fiscalidade, ajudas e subsídios, informação e promoção, prémios e recompensas, formação, etc.). É preciso premiar as boas acções e de alguma forma penalizar as práticas que prejudiquem a imagem do destino;

## **2. Congregar os Parceiros em torno de uma Entidade Competente Comum: a Gestão Integrada da Qualidade requer uma Entidade Competente Forte e Reconhecida.**

O plano estratégico de desenvolvimento deverá:

- identificar os vários agentes, representantes das entidades políticas e administrativas a todos os níveis (local, regional, nacional, europeu), profissionais do turismo dos sectores público e privado (organismos públicos de turismo, associações profissionais, proprietários e gestores de empresas turísticas), representantes da sociedade civil (organizações não governamentais, representantes da população, cidadãos);
- definir as estruturas de concertação, consulta e informação dos vários parceiros e descrever os respectivos modos de funcionamento (grupos de trabalho, reuniões de bairro, inquéritos, métodos de acompanhamento e avaliação dos resultados, etc.), distribuindo papéis entre agentes.

## **3. Dinâmica de Concepção: Planos Estratégicos e Objectivos**

A escolha dos objectivos depende de factores ligados ao contexto, à imagem, ao posicionamento e às orientações da política de desenvolvimento turístico do destino em causa. Em termos ideais, os objectivos deverão ser definidos em coerência com a política de desenvolvimento territorial. A implementação da GIQ dos destinos turísticos costeiros pressupõe que se dê uma atenção particular aos seguintes aspectos:

- análise da situação existente;
- definição dos objectivos e das linhas orientadoras da intervenção;

- ambiente e desenvolvimento sustentável;
- recursos humanos e acções de formação.

### **Análise da Situação Existente**

Deve dispor-se de uma análise SWOT aprofundada sobre o posicionamento do turismo em relação às grandes tendências do mercado, das suas potencialidades e dos limites do seu desenvolvimento sustentável, assim como do seu impacto positivo e dos seus obstáculos.

### **Definição dos Objectivos e das Linhas Orientadores da Intervenção**

Os objectivos deverão ser operacionais, mensuráveis e escalonados no tempo. Sendo em número limitado, serão mais facilmente comunicáveis, contribuirão para congregar os agentes, reforçarão a mobilização interna do destino e aumentarão a informação a visitantes cada vez mais sensíveis aos apelos do consumo;

### **Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Os objectivos devem ser inseridos numa estratégia global de desenvolvimento que tenha por objectivo maximizar os efeitos socioeconómicos locais e otimizar a qualidade de vida das gerações actuais e vindouras. Estas perspectivas são coerentes com os princípios e conteúdos da Agenda 21.

### **Recursos Humanos e Acções de Formação**

“O factor humano é uma das chaves do sucesso de um destino turístico costeiro”, segundo os autores desta estudo europeu. É da qualidade dos contactos humanos que o turista se recordará mais frequentemente e de que falará àqueles que o rodeiam, e é necessária maior atenção ainda quando se sabe que o turismo do Porto Santo vive muito do “boca a boca”.

A escolha dos objectivos deverá, portanto, integrar sempre a satisfação dos empregados, multiplicando as oportunidades de realização pessoal através de uma política de formação contínua e de melhoria das condições de trabalho.

## **4. Dinâmica de Implementação da Gestão Integrada da Qualidade**

### **Iniciativa das Entidades Oficiais**

Cada destino costeiro deverá escolher as suas prioridades para a implementação do seu plano de gestão integrada da qualidade. Esta escolha, muitas vezes determinada pelas mesmas razões que estiveram na base de uma primeira reflexão sobre a qualidade, bem como pelos recursos turísticos de cada destino, traduz-se numa grande diversidade de acções, frequentemente da iniciativa das entidades oficiais, nomeadamente nas seguintes áreas:

- ambiente e desenvolvimento sustentável;
- acessibilidade e mobilidade;
- segurança.

### **Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

As políticas de desenvolvimento turístico deverão integrar medidas práticas que incidam sobre os aspectos mais abrangentes do destino e se insiram de forma coerente numa política geral de protecção e gestão do ambiente.

Estas medidas deverão incluir designadamente a recolha de resíduos sólidos, a integração nos planos urbanísticos, do desenvolvimento de infra-estruturas turísticas, de programas de protecção do litoral, etc.

### **Acessibilidades e Mobilidade**

Os fluxos turísticos costeiros com recurso à utilização de meios de transporte individuais, excessivamente concentrados no tempo e no espaço, geram problemas de circulação e de poluição cada vez mais difíceis de resolver. As administrações locais devem adoptar uma abordagem global que contemple incentivos e medidas de dissuasão.

Essa abordagem deverá integrar, essencialmente:

- o desenvolvimento de transportes públicos intermodais, eficazes, a preços competitivos e ecológicos;
- incentivar e reivindicar uma política de transportes aéreos de efectivo apoio do destino turístico em causa;
- deve promover-se a utilização de bicicletas e de veículos não poluentes, continuando a construção de ciclovias e reforçando a segurança na rede viária;

- a venda de produtos e serviços específicos que incentivem os turistas e os residentes a privilegiarem a utilização de transportes públicos;
- a criação de parques de estacionamento de dissuasão e de zonas de acesso e circulação restritos.
- deverá ser dada uma atenção especial ao problema das pessoas com deficiência.

### **Segurança**

A melhoria real e subjectiva da segurança de um destino contribui para a sua imagem e o seu poder de atracção turística. A sua percepção deverá ser reforçada através de acções preventivas, da criação de um serviço de apoio às vítimas e da formação da polícia local para o acolhimento de turistas e o atendimento rápido das suas queixas.

### **5. Serviços e Apoio da Entidade Competente Comum aos Agentes**

Cada destino turístico que lança uma intervenção GIQ presta apoio aos agentes do turismo através de um conjunto de serviços, designadamente:

- a comunicação interna e a animação;
- a promoção e a comunicação externa;
- as novas tecnologias da informação e da comunicação;
- a formação.

### **Comunicação Interna e Animação**

A comunicação interna deverá:

- legitimar a estrutura dirigente e assegurar o apoio activo da população local às suas acções de desenvolvimento turístico;
- definir os vários públicos-alvo, assegurar o intercâmbio de informação, criar laços entre os agentes e dinamizar o sector do turismo;
- educar para a sensibilização ambiental e energética, com especial incidências nas faixas etárias mais novas;
- reforçar a identidade do destino;

Deverá contemplar ainda:

- as realidades do turismo costeiro e as suas perspectivas económicas;
- a organização, com todos os agentes interessados, de reuniões de trabalho e de concertação sobre o desenvolvimento turístico do destino;

- o plano estratégico de desenvolvimento do turismo e os resultados do trabalho realizado;
- um guia prático dos serviços turísticos disponíveis no destino;

### **Promoção e Comunicação Externa**

Cada destino turístico deverá desenvolver a sua política de promoção segundo dois eixos:

- uma presença e uma visibilidade constantes junto dos profissionais de turismo, nomeadamente com recurso a novas tecnologias, criando um sítio na internet;
- uma presença no terreno por intermédio de promotores e embaixadores ocasionais do destino (agentes de polícia, motoristas de táxi e de transportes colectivos, comerciantes, etc.).

### **Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação**

Os responsáveis por um destino costeiro deverão incentivar os agentes de turismo a utilizarem as novas tecnologias da informação e da comunicação, a fim de:

- difundir informação, automática e continuamente, dentro e fora do destino;
- facilitar o processo interactivo de reservas;
- estimular o diálogo, registando as queixas e os comentários dos turistas, bem como da população local.

### **Formação**

A entidade competente comum deve incentivar o reforço das competências do pessoal do sector turístico e dos que mantém contacto directo com o turista, a fim de melhorar a sua capacidade de contacto e a qualidade do acolhimento dos visitantes.

As áreas de formação deverão ser diversificadas e abranger particularmente a qualidade do acolhimento, a disponibilidade, a implicação e motivação do pessoal, línguas estrangeiras, conhecimento dos recursos do destino e dos eventos pontuais, capacidade de ajudar o visitante na organização da sua estadia, gestão para a qualidade, etc. É imperativo apostar num Pólo da Escola Hoteleira e promover a participação em acções de formação voltadas para o sector.

## **6. Serviços Oferecidos aos Turistas**

Uma intervenção de gestão integrada da qualidade deve dedicar uma atenção permanente às necessidades dos turistas, antes de partirem, ao longo de toda a viagem e estadia, e após o seu regresso.

### **Informação e Acolhimento**

A informação deverá estar permanentemente acessível, tanto por meio das novas tecnologias como através dos agentes do destino. Deverá ser coerente, completa, atraente e portadora de mensagens que respondam às expectativas dos visitantes.

A qualidade do acolhimento dos visitantes deverá:

- ser visível em todos os pontos estratégicos do destino;
- traduzir-se na amabilidade, disponibilidade e competência dos profissionais do turismo;
- ser reforçada pela população activa da população local;
- apoiar-se nas novas tecnologias (meios de pagamento, difusão e acesso à informação, etc.).

### **Alojamento e Restauração**

A qualidade do alojamento e dos serviços de restauração contribui largamente para a imagem positiva de um destino costeiro que geralmente oferece um grande número de alternativas aos visitantes.

O destino deverá portanto implementar:

- uma classificação nacional ou local;
- rótulos de qualidade e códigos de conduta;
- uma avaliação comparativa dos sistemas de classificação.

Deverá igualmente:

- valorizar e promover o património gastronómico local e/ou regional;
- assegurar formação específica em acolhimento do pessoal dos sectores do alojamento e da restauração;
- realizar adaptações que respondam às necessidades específicas das pessoas com deficiência.
-

Estas acções deverão permitir aos turistas apreciarem com toda a tranquilidade e confiança a qualidade e a diversidade dos serviços de alojamento e restauração.

### **Atracções, Eventos, Produtos Combinados**

A atractividade do destino turístico e o nível e a qualidade dos efeitos positivos gerados pelo turismo, depende da sua capacidade de associar e valorizar os recursos de que dispõe que determina. Isto implica um planeamento integrado e diversificado:

- do controlo e da canalização de fluxos no destino;
- da optimização da acessibilidade dos recursos, tanto para os visitantes como para a população local;
- da organização das visitas segundo os vários tipos de público.

### **7. Dinâmica de Acompanhamento**

A GIQ baseia-se no princípio da iteração. É imperativo que o processo seja alimentado com informações regulares e pertinentes sobre os resultados obtidos em termos de satisfação e sobre a evolução do contexto e das tendências.

### **Satisfação dos Turistas**

Devem ser criados vários tipos de indicadores e a recolha de informação e de dados quantitativos será, sempre que possível, efectuada antes, durante e depois da visita e/ou estadia do visitante. Uma primeira categoria de inquéritos antes e durante a visita permitirá:

- antecipar as grandes tendências do mercado do turismo costeiro e determinar a posição do destino relativamente a essas tendências;
- identificar os perfis dos visitantes e os seus comportamentos;
- descrever a imagem que o destino tem no espírito dos visitantes, bem como no dos futuros visitantes;
- descobrir as expectativas dos visitantes e dos candidatos a visitantes;
- verificar a imagem do destino divulgada pelos líderes de opinião e pelos vendedores junto dos candidatos e não-candidatos a visitantes.

Os inquéritos da segunda categoria serão realizados no momento da partida ou após a visita e permitirão:

- avaliar em que medida foram correspondidas as expectativas do visitante e qual o seu grau de satisfação;
- avaliar se a imagem do destino foi alterada pela visita;
- avaliar de que forma esta alteração de imagem se traduz ao nível da satisfação manifestada pelos visitantes e de que forma estes a repercutem junto dos que lhes estão próximos, após o seu regresso;
- recolher, “a quente”, os comentários e sugestões dos visitantes.

### **Satisfação dos Profissionais do Turismo**

Trata-se de criar indicadores quantitativos e qualitativos que permitam:

- avaliar os desempenhos do sector turístico por categoria de visitantes e de serviços prestados;
- medir o esforço desenvolvido pelos profissionais dos diferentes ramos do turismo para se aproximarem dos padrões, normas e rótulos de qualidade desenvolvidos e implementados pela suas associações profissionais e/ou as entidades responsáveis pela execução da intervenção GIQ;
- avaliar a qualidade dos contratos de trabalho e das perspectivas de carreira abertas aos profissionais do sector.

## **8. Medição do Impacto do Turismo na Economia, no Ambiente e na Qualidade de Vida dos Habitantes**

Os indicadores de medição devem ser simultaneamente quantitativos e qualitativos, e devem medir, entre outros aspectos:

- a percepção pela população dos efeitos do turismo, bem como das sua vantagens e inconvenientes;
- os efeitos socio-económicos, a criação de postos de trabalho e de riqueza, as novas infra-estruturas e a melhoria de determinados equipamentos e serviços públicos, graças à actividade turística;
- o impacto positivo ou negativo real de qualquer desenvolvimento da actividade turística na qualidade do ambiente e a incidência da intervenção sobre o desenvolvimento sustentável.

## **9. Dinâmica de Avaliação e de Redefinição dos Elementos da Intervenção Analisada**

Importa recordar que a GIQ se baseia num processo cíclico de melhoria contínua. Por conseguinte, a medição da qualidade constitui um ponto de passagem obrigatório para transformar uma intervenção pontual num sistema de evolução permanente.

Cada um das medições de impacto fornecidas pelos indicadores quantitativos e qualitativos irá permitir:

- proceder a avaliações e a eventuais acções correctivas;
- fornecer aos agentes uma imagem do seu desempenho;
- assegurar à intervenção GIQ uma infra-estrutura permanente.

### **Conclusões:**

As principais conclusões sobre o destino turístico Porto Santo, apontam para a necessidade imperiosa de se trabalhar em função da qualidade global, ainda relativamente débil na ilha.

O destino pareceu ganhar nos últimos anos um posicionamento mais de acordo com a sua realidade: uma ilha possuidora de uma praia excepcional, onde se pode fugir à rotina e apreciar a tranquilidade. Para o efeito, o esforço de marketing por parte das autoridades competentes foi sem sombra de dúvidas, considerável.

A par desse trabalho ao nível da promoção, registou-se um investimento público fortíssimo que começa agora a ser seguido pela iniciativa privada. A ilha está actualmente muito bem dotada de infra-estruturas desportivas, que vieram colmatar lacunas ao nível da animação/oferta de actividades extra-praia.

No entanto, persistem carências ao nível das infra-estruturas de apoio ao turista nas zonas balneares, para dar um exemplo flagrante. É este o principal motivo para que apenas uma das praias da ilha possua Bandeira Azul, quando o areal de 9 km, é em toda a sua extensão de excelente qualidade.

A ilha dotou-se de equipamentos sociais e desportivos, é certo, e melhorou substancialmente muitos aspectos nos últimos anos. Todavia, o factor humano não tem

sido trabalhado da melhor forma. As iniciativas de formação até existem, mas são pouco participadas, uma vez que os empresários essencialmente ao nível da restauração e hotelaria, não dispensam os seus funcionários para as acções, com a periodicidade e com a continuidade desejáveis. É imperativo assumir outra postura nesta questão.

A participação da população nas iniciativas locais (formação, investimento, animação) deve ser igualmente uma prioridade. É essencial apoiar as colectividades culturais, preservar as tradições, recuperar património arquitectónico, como é o caso das casas de salão. A cultura passa também pelo reavivar do artesanato e pela maior divulgação da gastronomia e produtos locais nos restaurantes e unidades hoteleiras da ilha.

Finalmente, uma palavra para o ambiente. Numa ilha com a dimensão e a fragilidade do Porto Santo, não se pode permitir abusos que ponham em causa a qualidade ambiental da ilha. O caso das pedreiras e a consequente destruição de picos, monte e cabeços, bem como os constantes ataques ao cordão dunar, muitas vezes refugiados em leis pouco claras, parecem já preocupar a população residente. A população local revela-se, por um lado naturalmente satisfeita pelo desenvolvimento que o turismo tem proporcionado, mas por outro, mostra-se atenta às alterações prejudiciais que o desenvolvimento turístico pode acarretar.

## 16. BIBLIOGRAFIA

Albuquerque, Maria Luís; Godinho, Célia – *Turismo – Diagnóstico prospetivo*, Fevereiro 2001.

Apontamentos do Prof. Carlos Santos: *Políticas de Desenvolvimento do Turismo Sustentável*. 2003

Baptista, João Manuel de Lemos – *A Evolução do Turismo na Madeira no período 1975 a 2000*. Universidade de Aveiro. Mestrado em Inovação e Políticas de Desenvolvimento, 2004.

BELO, António. *Indicadores de Sustentabilidade para o Turismo na Região Autónoma da Madeira*, Mestrado Luso-Brasileiro em Gestão e Política Ambiental FCT-UNL. 2002

Beni, Mário Carlos – *Como certificar o turismo sustentável?*, Revista Espaço Académico, n.º 37, Junho 2004.

Berry, Sue; Ladkin, Adele – *Sustainable Tourism: a regional perspective*. Tourism Management, Vol. 18, n.º 7, pp 433-440, 1997. Elsevier Science, Ltd.

Brunt, Paul; Courtney, Paul – *Host Perceptions of Sociocultural Impacts*. University of Plymouth, UK, Annals of Tourism Research, vol. 26, n.º 3, pp 493-515, 1999. Elsevier Science, Ltd.

CAVALLARO, Fausto, CIRAIOLO Luigi. *Economic and Environmental Sustainability: A Dynamic Approach in Insular Systems*. University of Catania – Department of Economic and Territory and University of Messina, 2002.

COMISSÃO das COMUNIDADES EUROPEIAS. *Orientações de base para a Sustentabilidade do Turismo Europeu*. 2003

Farsari, Yianna.; Prastacos, Poulicos – *Sustainable Tourism Indicators for Mediterranean Established Destinations*. Institute of Applied and Computational Mathematics (IACM); Foundation for the Research and the Technology Hellas (Forth), Greece.

Fraga, Margarida – *Turismo e Desenvolvimento Sustentável: referências e reflexões*, Junho 2003.

Garcia-Falcón, Juan Manuel, Medina-Munoz, Diego, *Sustainable Tourism Development in Islands: a case study of Gran Canaria*.

Goodwin, Harold; Francis, Justin – *Ethical and Responsible Tourism: Consumer Trends in the UK*, Jan. 2003, Journal of Vacation MKT, vol. 9 number 3.

Hobson, Kim; Essex, Stephen – *Sustainable Tourism: A view from Accommodation Business*. The Service Industries Journal, vol. 21, n.º 4, Oct. 2001, pp 133-146. Published by Frank Cass, London.

LEU, Walter in Lockwood <sup>a</sup> e Medlik S. *Turismo e Hospitalidade no Século XXI*, Editora Manole, Barueri – SP, 2003.

Lima, Susana; Partidário, Maria do Rosário – *Novos turistas e a Procura da Sustentabilidade – um novo segmento de mercado turístico*, Julho 2002.

LOZANO Javier, REY-MAQUIEIRA Javier and GOMEZ Carlos. *Land, Environmental Externalities and Tourism Development*. University of the Balearic Islands, University of the Balearic Islands and Universidad de Alcalá, 2004.

OMT - *Making Tourism More Sustainable – A Guide for Policy Makers*, United Nations Environment Programme And World Tourism Organization, 2005.

Marin, Cipriano - *Sustainable Hotels for Sustainable Destinations*, International Scientific Council for Island Development, Spain; Jafari, Jafar, University of Wisconsin, Stout, USA.

Martins, Espedito Cezário - *O turismo como alternativa de Desenvolvimento Sustentável – O caso de Jericoacoara no Ceará*”, Piracicaba, Janeiro de 2002.

McMinn, Stuart – *The Challenge of Sustainable Tourism*, *The Environmentalist* 17, 135-141 (1997), Chapman & Hall.

Miller, Graham. *The development of indicators for sustainable tourism: results of a Delphi survey of tourism researchers*, ARTICLE *Tourism Management*, Volume 22, Issue 4, August 2001, Pages 351-362

Moreno Gil, Sergio, *Tourism Development in The Canary Islands*, University of Las Palmas de Gran Canarias, Spain, Fevereiro, 2003.

MONTEROSO, Luís. *O Turismo e o Desenvolvimento Sustentável: a zona costeira do Recife: recursos e potencialidades*, Mestrado Luso-Brasileiro em Gestão e Política Ambiental FCT-UNL.

Partidário, Maria do Rosário – *Turismo em Espaços Rurais e Naturais – Uma oportunidade Sustentável*. In *Actas do I Encontro de Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, Escola Superior Agrária de Coimbra e Sociedade de Estudos Rurais, Coimbra, 2 a 4 Out. 2003.

Partidário, Maria do Rosário – *Ambiente e Turismo, Economia e Prospectiva*. *Revista do Ministério da Economia*, 4, Fevereiro 1998: 79-88.

Piga, Claudio A. G.. *TERRITORIAL PLANNING AND TOURISM DEVELOPMENT TAX*, ARTICLE *Annals of Tourism Research*, Volume 30, Issue 4, October 2003, Pages 886-905.

Potter, Bruce – *Turismo Sustentável em S. Tomé e Príncipe*. Islands Resources Foundation para o Earth Institute, Universidade de Columbia, Março de 2005.

Responsible Tourism in Destinations: *The Cape Town Declaration*, August 2002.

R Hall, Derek. *Tourism development and sustainability issues in Central and South-Eastern Europe*, ARTICLE Tourism Management, Volume 19, Issue 5, October 1998, Pages 423-431.

SACHS, I. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Ed. Garamond, Rio, 2000.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. *Turismo sob a análise do Desenvolvimento Sustentável* – in Turismo visão e acção, ano 4 n° 8, UNIVALI, 1991.

SHAREEF, Riaz. *Country Risk Ratings of Small Island Tourism Economies*. University of Western Australia – Faculties of Economics and Commerce, Education & Law (ECEL). 2004.

Silva, João Albino – *Turismo, o espaço e a economia*, Conferência da Revista Economia&Prospectiva, 1998.

T.G.Tae Gyou Ko. *Development of a tourism sustainability assessment procedure: a conceptual approach* •ARTICLE Tourism Management, **In Press, Corrected Proof**, Available online 30 April 2004.

Tourism: *What is to be measured? – Measuring Sustainable Tourism at the local level* – An introduction and Background, Publicações Governamentais, UK.

Trindade, António – *Turismo Português, Reflexões sobre a sua Competitividade e Sustentabilidade*, Seminário: Estratégias do Turismo em Portugal, 1997.

#### **Sites consultados:**

ANAM – Aeroportos e Navegação da Madeira

Direcção Geral do Turismo

Secretaria Regional Plano e Finanças - Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM)

Empresa de Electricidade da Madeira (EEM)

Instituto Nacional de Estatística (INE)

Porto Santo Verde, SA.

PortoSantoline, SA.

Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Direcção Regional do Turismo (DRT)

TAP – Transportadora Aérea Portuguesa

## 17. ANEXOS

### ANEXO I – Questionário aos Residentes no Porto Santo

Este questionário sobre turismo aos residentes no Porto Santo, servirá de apoio na elaboração da tese “A Sustentabilidade do Destino Turístico Porto Santo”, do curso de Mestrado em “Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo” da Universidade da Madeira.

Agradeço a sua colaboração na resposta ao mesmo, o que não demorará mais de 10 minutos.

1. Idade: _____	2. Sexo Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/>
3. Profissão: _____	4. Habilitações Académicas: Básico (até 9º ano) <input type="checkbox"/> Secundário (12º ano) <input type="checkbox"/> Superior <input type="checkbox"/> Outra <input type="checkbox"/> Qual? _____
5. Conhecimentos de línguas estrangeiras: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se sim, de que línguas? Inglês <input type="checkbox"/> Alemão <input type="checkbox"/> Francês <input type="checkbox"/> Espanhol <input type="checkbox"/> Outra <input type="checkbox"/> Qual? _____	

#### 6. Tem **contacto directo** com turistas?

Sim  Ocupação profissional ligada ao turismo   
Ocupação profissional ligada ao comércio e/ou serviços   
De outra forma  Qual? \_\_\_\_\_

Não

#### 7. Considera que o **desenvolvimento** que o turismo traz à ilha do Porto Santo, é:

Positivo       Negativo       tanto positivo como negativo

#### 8. Concorda com a **divulgação** que é feita sobre o Porto Santo?

Sim       Não       Porquê \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

#### 9. Considera-a **suficiente**?

Sim       Não       Porquê? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**10.** Aponte os **3 aspectos mais positivos** que no seu entender, o Turismo trouxe ao Porto Santo:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

**11.** Indique os **3 aspectos mais negativos** que na sua opinião, o Turismo trouxe ao Porto Santo:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

**12.** É da opinião de que, como resultado do turismo, o **desenvolvimento é de maior interesse para:**

visitantes  residentes  para ambos

**13.** É da opinião que o turismo **afecta de alguma maneira a vida da comunidade** no geral?

Sim  Não  Em parte

**13.1.** Se respondeu “sim” ou “em parte”, de que **forma a chegada do turista altera a vida da comunidade?**

---

---

---

**14.** Considera, por outro lado, que o seu **modo de vida é de alguma forma alterado** na época de maior chegada de turistas?

Sim  Não  Em parte

**14.1.** Se respondeu “sim” ou “em parte”, **de que forma** o seu modo de vida é alterado?

---

---

---

**15.** Os seus **sentimentos de segurança são de alguma forma afectados** na época de maior turismo?

Sim  Não  Em parte

**15.1.** Se respondeu “sim” ou “em parte”, de que forma os **sentimentos segurança** são **afectados**?

---

---

---

---

**16.** Considera que o turismo contribui de algum modo para **melhorar as oportunidades de emprego** para os residentes?

Sim  Não

**17.** É da opinião que o turismo no Porto Santo tem contribuído para a **chegada de mais pessoas à procura de emprego**?

Sim  Não

**18.** Pensa que existe algum tipo de **ressentimento entre residentes e turistas**?

Sim  Não  Em parte

**18.1** Se respondeu “sim” ou “em parte”, que **tipo de ressentimento** ?

---

---

---

**19.** Pensa que **contactos entre residentes e turistas** podem fazer **alterar atitudes/comportamentos dos residentes**?

Sim  Não  Em parte

**19.1** Se respondeu “sim” ou “em parte”, que **tipo de atitudes/ comportamentos** podem alterar-se ?

---

---

---

**20.** Apresente **comentários e/ou sugestões** que podem, no seu entender, **beneficiar o destino turístico Porto Santo**:

---

---

---

**Agradeço uma vez mais a sua colaboração.**  
Renata Sousa

## Anexo II – Questionário ao Turista no Porto Santo

Este questionário ao turista que visita o Porto Santo, servirá de apoio na elaboração da tese “A Sustentabilidade do Destino Turístico Porto Santo”, do curso de Mestrado em “Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo” da Universidade da Madeira. Agradeço a sua colaboração na resposta ao mesmo, que não demorará mais de 10 minutos.

1. Idade: _____	2. Sexo
	Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/>
3. Profissão: _____	
4. Habilitações Académicas:	
Básico (até 9º ano) <input type="checkbox"/> Secundário (12º ano) <input type="checkbox"/> Superior <input type="checkbox"/>	
Outras <input type="checkbox"/> Quais? _____	
5. Concelho de Residência: _____	

6. Quanto **tempo** pretende ficar no Porto Santo?

- Menos de 7 dias
- 7 dias
- De 7 a 15 dias
- Mais de 15 dias

7. **Com quem** está a passar as suas férias?

- Marido/Mulher/ namorado (a)
- Marido/Mulher e filhos
- Marido/Mulher filhos e outros familiares
- Filhos
- Outros familiares
- Amigos
- Sózinho

8. Através de que **meios** tomou conhecimento do Porto Santo?

- Comunicação Social (TV, imprensa ou revistas)
- Agência de viagens
- Internet
- Familiares/amigos/conhecidos
- Obrigações profissionais
- Outros meios  Quais? \_\_\_\_\_

9. Que **tipo de transporte** utilizou para chegar à ilha?

- Marítimo       Aéreo/voo charter       Aéreo/voo regular

10. Em que **tipo de alojamento** está hospedado?

- Hotel

- |   |                          |
|---|--------------------------|
| Hotel Apartamento                       | <input type="checkbox"/> |
| Turismo em Espaço Rural                 | <input type="checkbox"/> |
| Pensão                                  | <input type="checkbox"/> |
| Casa/apartamento alugada a particulares | <input type="checkbox"/> |
| Casa de familiares ou amigos            | <input type="checkbox"/> |
| Parque de Campismo                      | <input type="checkbox"/> |

11. Aponte a **principal razão** pela qual escolheu visitar o Porto Santo?

---

12. É a **primeira vez que visita** o Porto Santo?

Sim  (Passe por favor à questão 13) Não

13. Em que **altura(s) do ano** esteve anteriormente no Porto Santo?

- |                                      |                          |
|--------------------------------------|--------------------------|
| Fim de semanas prolongados           | <input type="checkbox"/> |
| Páscoa                               | <input type="checkbox"/> |
| Verão                                | <input type="checkbox"/> |
| Natal/Fim do Ano                     | <input type="checkbox"/> |
| Junho (Festas do Concelho – S. João) | <input type="checkbox"/> |
| Setembro (Festival Colombo)          | <input type="checkbox"/> |

14. Que **estimativa faz do gasto total** que suportará com estas férias?

- de 500  500 a 750  750 a 1000  + de 1000

15. Quando **compara o Porto Santo com outros destinos turísticos** semelhantes, que opinião tem sobre esta ilha?

- |                          |                          |
|--------------------------|--------------------------|
| Incomparavelmente Melhor | <input type="checkbox"/> |
| Melhor                   | <input type="checkbox"/> |
| Semelhante               | <input type="checkbox"/> |
| Pior                     | <input type="checkbox"/> |
| Muito pior               | <input type="checkbox"/> |
| Sem opinião              | <input type="checkbox"/> |

Nas próximas questões utilize a seguinte escala, colocando o n.º que melhor define a sua opinião:

**Excelente (5); Bom (4); Razoável (3); Fraco (2); Mau/Má (1) Sem opinião (0)**

16. Se chegou por **meio aéreo**, classifique quanto a:

- |  |       |
|--|-------|
| Instalações Aeroportuárias                 | _____ |
| Tempo de recuperação de bagagem            | _____ |
| Assistência e Atendimento                  | _____ |
| Apreciação geral do avião (linha Regional) | _____ |

17. Se chegou por **via marítima**, classifique cada um dos seguintes aspectos:

Qualidade do barco \_\_\_\_\_

Tempo de viagem \_\_\_\_\_  
Assistência e atendimento \_\_\_\_\_  
Método de recolha da bagagem \_\_\_\_\_

**18.** Se está hospedado em hotel/apart-hotel/pensão/casa turismo rural, **classifique o Alojamento** quanto a:

Acomodação \_\_\_\_\_  
Refeições \_\_\_\_\_  
Atendimento e Assistência \_\_\_\_\_  
Higiene \_\_\_\_\_  
Equipamentos de Lazer \_\_\_\_\_  
Relação Qualidade/Preço \_\_\_\_\_

**19.** Se utilizou os serviços de restaurantes/ cafés, **classifique a Restauração** quanto a:

Qualidade da comida \_\_\_\_\_  
Higiene \_\_\_\_\_  
Atendimento \_\_\_\_\_  
Variedades gastronómicas \_\_\_\_\_  
Relação Qualidade/Preço. \_\_\_\_\_

**20.** Classifique as **vias de comunicação e os transportes** na ilha do Porto Santo:

Estradas \_\_\_\_\_  
Transportes públicos \_\_\_\_\_  
Táxis \_\_\_\_\_

**21.** Se utilizou **informações turísticas**, indique a opinião que tem sobre as mesmas:

Postos de informação \_\_\_\_\_  
Guias \_\_\_\_\_  
Motoristas de turismo \_\_\_\_\_  
Informações no hotel \_\_\_\_\_  
Sinalização \_\_\_\_\_  
Informações turísticas em termos globais \_\_\_\_\_

**22.** **Classifique as praias** do Porto Santo quanto a:

Limpeza/higiene da areia \_\_\_\_\_  
Limpeza da água \_\_\_\_\_  
Acessibilidades \_\_\_\_\_  
Infra-estruturas de Apoio (ex: balneários) \_\_\_\_\_

**23.** Aponte a sua opinião, utilizando a mesma escala, quanto à **ocupação do tempo/Animação**:

Animação do hotel/empreendimento \_\_\_\_\_  
Actividades culturais \_\_\_\_\_  
Circuitos turísticos \_\_\_\_\_  
Passeios a pé \_\_\_\_\_

Discotecas \_\_\_\_\_  
Bares/pubs \_\_\_\_\_  
Animação de rua \_\_\_\_\_  
Festas populares \_\_\_\_\_  
Actividades desportivas \_\_\_\_\_  
Instalações desportivas \_\_\_\_\_

**24. Aponte o seu nível de satisfação com estas férias/estadia no Porto Santo.**

Muito satisfeito   
Satisfeito   
Razoavelmente satisfeito   
Pouco satisfeito   
Nada satisfeito

**25. Aponte igualmente o seu nível de satisfação quanto à relação preço/qualidade das suas férias no Porto Santo ?**

Excelente  Boa  Razoável  Fraco/a  Má

**26. Recomendará o Porto Santo aos seus familiares/amigos/conhecidos?**

Sim  Não  Porquê? \_\_\_\_\_ Talvez

**27. Tenciona voltar a esta ilha?**

Sim  Não  Porquê? \_\_\_\_\_ Talvez

**28. Indique os 3 aspectos mais positivos que caracterizam o Porto Santo?**

1. \_\_\_\_\_  
2. \_\_\_\_\_  
3. \_\_\_\_\_

**29. Aponte os 3 aspectos mais negativos que encontrou no Porto Santo?**

1. \_\_\_\_\_  
2. \_\_\_\_\_  
3. \_\_\_\_\_

**30. Apresente sugestões que podem, no seu entender, beneficiar o destino turístico Porto Santo:**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**Agradeço uma vez mais a sua colaboração.  
Continuação de boas férias.  
Renata Sousa**

### **ANEXO III - Resumo dos Resultados do Questionário aos Residentes**

- Responderam ao questionário 100 residentes;
- 25% com idade inferior aos 25 anos, 41% entre 26-35 anos e 23% entre 36-45 anos;
- 61% dos respondentes é do sexo feminino, sendo 39% do sexo masculino;
- Quanto às profissões, procurou-se generalizar as mesmas. Assim, são múltiplas as profissões representadas (ver anexo);
- 31% afirmam possuir como habilitações até ao 9º ano, 41% possuem 12º ano e 23% têm habilitações de nível superior;
- Ao nível de conhecimentos de línguas estrangeiras, 84% dos residentes afirmam possuir conhecimentos de línguas (inglês: 18%, inglês e francês: 26%, inglês, francês e espanhol: 9%);
- 54% afirmam ter contacto directo com os turistas;
- Dos que afirmam ter contacto directo, 25% apontam que esse contacto se deve a ocupação profissional ligada ao turismo;
- 59% consideram que o desenvolvimento é positivo, 1% que é negativo, e 40% que é tanto positivo como negativo;
- 80% concordam com a divulgação que é feita sobre o Porto Santo;
- Dos 19% que não concordam, apontam como principal razão a “falta de divulgação/publicidade” ou que a mesma não é atraente; e ainda afirmam que muitas vezes as divulgação não abrange toda a realidade da ilha, cingindo-se à praia;
- 50% não consideram que a divulgação seja suficiente;
- Dos que consideram a divulgação insuficiente, a primeira razão apontada é porque consideram que é necessário fazer muito mais;
- Como primeiro aspecto positivo, 28% dos respondentes afirmam que o turismo trouxe maior desenvolvimento económico, 19% que proporcionou mais emprego, e 17% consideram que o turismo trouxe maior desenvolvimento e progresso social;
- Como segundo aspecto positivo, 17% apontam o crescimento do emprego, 14% o desenvolvimento económico, e 9% a criação de infra-estruturas a par do desenvolvimento e progresso social;
- Já como terceiro aspecto positivo, os factores mantêm-se, 10% desenvolvimento económico, 9% mais emprego, e acrescentou-se com 10%, a divulgação do Porto Santo;

- Primeiro aspecto negativo apontado: 21% não indicam nenhum, 14% apontam o dedo ao trânsito, desde o congestionamento à falta de estacionamento e ainda às constantes transgressões na circulação; 13% indicam a perda do sossego/tranquilidade e 9% apontam o custo de vida mais elevado/inflacionamento de preços, e outros 9%, apontam a poluição ambiental e sonora;
- Como segundo aspecto negativo, 37% não respondem, 11% indicam o aumento da insegurança/vandalismo, sendo que o trânsito e o custo de vida surgem novamente com 9% cada um;
- Quanto ao terceiro aspecto negativo, 60% já não apontam nenhum factor, e dos restantes, 7% referem o trânsito, 6% apontam o aumento da insegurança, e 5% indicam a agitação nocturna (ruídos);
- 75% dos respondentes afirma que o desenvolvimento é tão interessante para turistas como para residentes;
- 31% afirma que o turismo afecta a vida da comunidade, 33% indicam que não afecta, 36% que afecta em parte;
- Quanto à questão da principal forma de afectação da vida da comunidade, 34% não responde, 13% indicam a confusão e muita espera nos acesso a bens e serviços (supermercado, bancos, etc.); 10% voltam a referir as contingências do trânsito;
- Questionados sobre as alterações na sua vida em concreto, 50% dos inquiridos respondem afirmativamente, 32% de forma negativa, e 18% que a sua vida é afectada em parte;
- As principais razões apontadas são: mais trabalho (14%) e alteração de rotinas/horários (12%) a par dos problemas no acesso aos bens e serviços (12%);
- Relativamente aos sentimentos de segurança, 64% afirmam que não são afectados, 19% que se sentem afectados, e 16% só em parte;
- Sobre a forma de afectação dos sentimentos de segurança, 68% não respondem, e 15% referem o aumento da criminalidade/roubos e vandalismo;
- 94% afirmam que o turismo trouxe mais emprego e 91% que o turismo fez crescer o número de forasteiros à procura de emprego no Porto Santo;
- Sobre a existência de ressentimentos entre turistas e residentes, 13% apontam que sim, 59% julgam que não, e 28% são da opinião que existem em parte;
- Dos ressentimentos mais referidos, saliente-se os 22% de inquiridos que indicam o “bairrismo”/ disputas entre residentes e turistas madeirenses;

- Quanto à alteração de comportamentos através do contacto entre residentes e visitantes, 34% acham que acontece, 42% indicam que não, e 24% julgam que acontece em parte;
- Os tipos de atitudes/comportamentos que podem alterar-se mais indicados, foram: enriquecimento cultural/troca de experiências (14%), mudança de mentalidades/comportamento sociais (14%) e do lado negativo apontam disputas/comportamento ofensivos (13%).

#### **ANEXO IV - Resumo dos Resultados do Questionário aos Turistas**

- Foram respondidos 97 questionários;
- 53,6% com idade entre os 26-35 anos;
- 57,7% são do sexo feminino;
- são diversas as profissões abrangidas, sendo que 23,7% pertenciam à classe dos economistas/gestores, e 15,5% à classe engenheiros/arquitectos e outros quadros técnicos;
- 70,1% possuíam habilitações superiores;
- 46,4% eram madeirenses e 42,3% tinham residência em Portugal Continental;
- 38,1% responderam que ficam no Porto Santo de 7 a 15 dias;
- 34% tiveram como companhia o cônjuge ou namorado(a) e 17,5% estiveram de férias no Porto Santo com o cônjuge e os filhos;
- Quanto aos meios pelos quais tomaram conhecimento do Porto Santo, 73,2% afirmaram que tiveram conhecimento do Porto Santo essencialmente através dos familiares/amigos/conhecidos;
- 49,5% chegaram à ilha através de transporte marítimo e 44,3% através de voo regular;
- 38,1% hospedaram-se em hotéis, 23,7% em casa de familiares e amigos, e 21,6% em casa/apartamento alugada a particulares;
- 41,2% responderam que a principal razão para visitar o Porto Santo foi a praia, seguindo-se a sossego/calma/tranquilidade, com 18,6%;
- 75,3% dos turistas afirmaram não ser a primeira vez que visitam o Porto Santo;
- As outras anteriores visitas tiveram lugar essencialmente no Verão (53,6%) e nos fins de semana prolongados (23,7%);
- 33% estimavam gastar até 500 euros, sendo que 23,7% apontavam para um gasto superior a 1000 euros;
- Na comparação com outros destinos, 47,4% dos inquiridos responderam que consideram o Porto Santo como “melhor” e 10,3% “incomparavelmente melhor”;
- Na avaliação dos meios aéreos, temos que:
  - instalações aeroportuárias: 24,7% apontaram como “razoável”;
  - tempo de recuperação de bagagem foi considerado “bom” por 35,1% dos inquiridos;
  - Assistência e Atendimento: 24,7% consideraram “razoável”;

- Apreciação geral do avião: 19,6% apontaram como “razoável”, mas 14,4% indicaram como “fraca” e 3,1% como “má”;
- A chegada por via marítima:
  - Qualidade do barco: obteve a classificação de “bom” de 38,1% dos inquiridos;
  - Tempo de viagem: 27,8% consideraram “razoável”;
  - Assistência e Atendimento: 23,7% apontaram como “razoável”;
  - Método de recolha da bagagem: 25,8% avaliaram como “razoável”, mas 7,2% indicaram “mau”;
- A avaliação do alojamento:
  - Acomodação: 33% apontaram como “bom”;
  - Refeições: 19,6% indicaram como “bom” e a mesma percentagem apontaram como “razoável”;
  - Atendimento e Assistência: 29,9% consideraram “bom”, sendo que 12,4% deram nota “excelente”;
  - Higiene: 32% deram nota “bom”, e 12,4% avaliaram mesmo como “excelente”;
  - Equipamentos de Lazer: 20,6% consideraram “razoável”;
  - Relação Qualidade/Preço: 21,6% dos inquiridos consideraram “boa”, 20,6% “razoável” e 12,4% como “má”;
- Quanto à Restauração:
  - Qualidade da comida: 43,3% e 35,1% avaliaram como “boa” e “razoável”, respectivamente;
  - Higiene: 41,2% apontaram como “boa”, e a mesma percentagem apontou como “razoável”;
  - Atendimento: 37,1% consideraram “razoável”, 30,8% “bom”, mas 15,5% apontaram como “fraco”;
  - Variedades gastronómicas: 45,4% avaliaram como “razoável” e 25,8% como “bom”, e 16,5% como “fraco”;
  - Relação Qualidade/Preço: 37,1% consideraram “razoável” e 22,7% “bom” e a mesma percentagem para “fraca”
- Sobre as vias de comunicação e os transportes:
  - Estradas: 49,5% apontaram como “bom” e 36,1% como “razoável”;
  - Transportes públicos: 27,8% indicaram como “razoável”, mas 26,8% apontavam “sem opinião”;
  - Táxis: 38,1% avaliaram como “razoável”, mas 20,6% indicaram “sem opinião”;

- Relativamente às informações turísticas:
  - Postos de informação: 17,5% consideraram “bom”, mas 14,4% indicaram “sem opinião”, sendo que 54,6% não respondeu;
  - Guias: 69,1% não respondeu, 13,4% “sem opinião” e 11,3% consideraram “razoável”;
  - Motoristas de Turismo: 70,1% não deu qualquer resposta, 11,3% “sem opinião” e 10,3% avaliaram como “razoável”;
  - Informações no Hotel: 62,9% não responderam, 10,3% “sem opinião” e 16,5% deram “bom”;
  - Sinalização: 57,7% não deu qualquer avaliação, 17,5% apontou como “razoável”;
  - Informações turísticas em termos globais: 56,7% não responderam, 16,5% avaliaram como “bom”;
- Sobre as praias:
  - Limpeza/higiene da areia: 33% consideraram “excelente” e 55,7% “bom”. Apenas 1% considerou “fraco”;
  - Limpeza da água: 56,7% deram “excelente” e 40,2% atribuíram “bom”. Não apresentou notas negativas;
  - Acessibilidades: 25,8% indicaram “excelente”, 51,5% deram “bom”;
  - Infraestruturas de Apoio: 38,1% apontaram como “razoável”, mas 20,6% atribuíram “fraco” e 8,2% “mau”;

Quanto à ocupação do tempo/animação:

- Animação do hotel/empreendimento: 20,6% apontaram como “fraco”;
- Actividades culturais: 26,8% deram como “razoável” e 22,7% apontaram “fraco”;
- Circuitos Turísticos: 37,1% avaliaram como “razoável” e 21,6% como “bom”;
- Passeios a pé: 30,9% apontaram como “razoável”, 23,7% deram “bom” e 6,2 consideram mesmo “excelente”;
- Discotecas: 21,6% atribuíram “razoável”, 16,5% deram “bom”, mas 14,4% consideram “fraco”;
- Bares/pubs: 33% deram “bom”, 24,7% consideraram “razoável” e 12,4% consideraram “fraco”;
- Animação de rua: 29,9% avaliaram como razoável, 17,5% como “bom” e 16,5% como “fraco”;

- Festas populares: 26,8% atribuíram “bom”, mas 22,7% “sem opinião”;
- Actividades desportivas: 22,7% deram “razoável”, a mesma percentagem para “sem opinião”. 20,6% atribuíram “bom”;
- Instalações desportivas: 20,6% avaliaram com “bom” e 5,2% como “excelente”, mas 23,7% responderam “sem opinião”;
- Relativamente ao nível de satisfação: 55,7% consideraram-se “satisfeitos” e 29,9 “muito satisfeito”;
- O nível de satisfação da relação qualidade/preço foi avaliado por 44,3% como “razoável” e 35,1% deram “bom”;
- 87,6% afirmou que recomendará o Porto Santo;
- 84,5% pensa regressar à ilha;
- Como primeiro aspecto positivo, 61,9% aponta a “praia”, 18,6% o “sossego/calma/tranquilidade”;
- Como segundo aspecto positivo, 23,7% apontaram o “sossego”, depois com 15,5% a “praia” e com 11,3% o “clima”;
- Já para o terceiro aspecto mais positivo, 11,3% indicaram o “sossego”, depois com 10,3 a “paisagem/beleza natural” e com a mesma percentagem o “clima”;
- Quanto ao primeiro aspecto negativo, surge com 24,7% o “preço/custo” e com 14,4% “poucas actividades/animação”;
- Como segundo aspecto negativo, 10,3% indicaram “mau atendimento” e com a mesma percentagem “poucas actividades/animação”;
- Já como terceiro aspecto negativo, com 10,3% apontaram os “preços”;
- Quanto às sugestões, como primeira sugestão temos que 15,5% apontou “mais actividades de diversão/animação” e 9,3% apontaram a necessidade de se “controlar a construção”;
- Segunda sugestão, 7,2% indicaram “melhores preços” e 5,2% defenderam a necessidade de “preservar a ilha”;
- Terceira sugestão, 6,2% apontaram para “melhores transportes e acessibilidades”;

## ANEXO V – Resultados SPSS do Questionário aos Residentes

### Idade

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	inferior ou igual a 25	25	25.0	25.0	25.0
	26-35	41	41.0	41.0	66.0
	36-45	23	23.0	23.0	89.0
	46-55	6	6.0	6.0	95.0
	56-65	3	3.0	3.0	98.0
	mais de 65	1	1.0	1.0	99.0
	omissos	1	1.0	1.0	100.0
	Total	100	100.0	100.0	

### Habilitações Acadêmicas

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	básico (até ao 9º ano)	31	31.0	31.0	31.0
	Secundário (12º ano)	41	41.0	41.0	72.0
	Superior	23	23.0	23.0	95.0
	omissos	5	5.0	5.0	100.0
	Total	100	100.0	100.0	

**Profissão**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	forças armadas e militarizadas	9	9.0	9.0	9.0
	contabilista/economista/gestor	3	3.0	3.0	12.0
	advogado/magistrado/outras prof. jurídicas	1	1.0	1.0	13.0
	professores e educadores	5	5.0	5.0	18.0
	funcionários públicos	6	6.0	6.0	24.0
	Engenheiros/arquitetos e outros quadros técnicos	1	1.0	1.0	25.0
	profissionais de saúde e de socorro	2	2.0	2.0	27.0
	agente comercial/vendedor/comerciante	11	11.0	11.0	38.0
	aposentados	1	1.0	1.0	39.0
	estudantes	8	8.0	8.0	47.0
	outros quadros superiores	6	6.0	6.0	53.0
	quadros dirigentes	2	2.0	2.0	55.0
	quadros médios/administrativos	9	9.0	9.0	64.0
	empregado de serviços ligados	10	10.0	10.0	74.0
	hotelaria/restauração				
	electricistas, carpinteiros e outras prof. especializadas	5	5.0	5.0	79.0
	técnicos e agentes de viagens/ turismo	7	7.0	7.0	86.0
	outras	14	14.0	14.0	100.0
	Total	100	100.0	100.0	

### Conhecimentos Línguas Estrangeiras

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Inglês	18	18.0	18.0	18.0
Alemão	1	1.0	1.0	19.0
Francês	1	1.0	1.0	20.0
Espanhol	2	2.0	2.0	22.0
Inglês e Alemão	1	1.0	1.0	23.0
Inglês e Francês	26	26.0	26.0	49.0
Inglês e Espanhol	6	6.0	6.0	55.0
inglês e francês e espanhol	9	9.0	9.0	64.0
inglês e alemão e francês	8	8.0	8.0	72.0
inglês e francês e espanhol e outra	2	2.0	2.0	74.0
inglês e alemão e francês e outra	1	1.0	1.0	75.0
inglês, alemão, francês e espanhol	3	3.0	3.0	78.0
inglês, alemão, francês, espanhol e outra	2	2.0	2.0	80.0
inglês, alemão, e espanhol	2	2.0	2.0	82.0
frances e espanhol	1	1.0	1.0	83.0
outras	1	1.0	1.0	84.0
Omissos	16	16.0	16.0	100.0
Total	100	100.0	100.0	

### Contacto Directo com turistas

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid sim	54	54.0	54.0	54.0
não	46	46.0	46.0	100.0
Total	100	100.0	100.0	

### Forma Contacto Directo

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Ocupação profissional ligada ao turismo	25	25.0	25.0	25.0
Ocupação profissional ligada ao comércio e/ou serviços	13	13.0	13.0	38.0
De outras forma	14	14.0	14.0	52.0
Omissos	48	48.0	48.0	100.0
Total	100	100.0	100.0	

**Desenvolvimento que o turismo traz**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Positivo	59	59.0	59.0	59.0
	Negativo	1	1.0	1.0	60.0
	Tanto positivo como negativo	40	40.0	40.0	100.0
	Total	100	100.0	100.0	

**Concorda com a divulgação que é feita?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	80	80.0	80.0	80.0
	não	19	19.0	19.0	99.0
	omissos	1	1.0	1.0	100.0
	Total	100	100.0	100.0	

**Porque não concorda?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	falta de meios como postos de informação	1	1.0	1.0	1.0
	Falta de divulgação ou pouco atraente/publicidade	8	8.0	8.0	9.0
	divulgação "enganosa"/ilha não preparada	2	2.0	2.0	11.0
	não divulga toda a realidade da ilha	6	6.0	6.0	17.0
	abrange poucos mercados	1	1.0	1.0	18.0
	dependente da Madeira	1	1.0	1.0	19.0
	omissos	81	81.0	81.0	100.0
	Total	100	100.0	100.0	

**Considera suficiente?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	49	49.0	49.0	49.0
	não	50	50.0	50.0	99.0
	omissos	1	1.0	1.0	100.0
	Total	100	100.0	100.0	

**Porque não concorda?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Falta fazer mais	19	19.0	19.0	19.0
	Apostar noutros mercados	5	5.0	5.0	24.0
	não divulga a realidade da ilha	9	9.0	9.0	33.0
	apostar em novas formas de divulgação	7	7.0	7.0	40.0
	outras	3	3.0	3.0	43.0
	omissos	57	57.0	57.0	100.0
	Total	100	100.0	100.0	

**Primeiro aspecto mais positivo do Turismo**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	mais desenvolvimento económico	28	28.0	28.0	28.0
	mais emprego	19	19.0	19.0	47.0
	melhores infraestruturas desportivas	3	3.0	3.0	50.0
	melhores infraestruturas sociais e/ou de animação	3	3.0	3.0	53.0
	mais animação/actividades culturais e desportivas	1	1.0	1.0	54.0
	nenhum aspecto positivo	1	1.0	1.0	55.0
	mais infraestruturas no geral	7	7.0	7.0	62.0
	mais investimento	1	1.0	1.0	63.0
	outros	5	5.0	5.0	68.0
	intercâmbio cultural	1	1.0	1.0	69.0
	maior divulgação Porto Santo	6	6.0	6.0	75.0
	maior desenvolvimento e progresso social	17	17.0	17.0	92.0
	melhores transportes e acessibilidades	1	1.0	1.0	93.0
	mais qualidade de vida	1	1.0	1.0	94.0
	dinamismo no comércio e serviços	5	5.0	5.0	99.0
	omissos	1	1.0	1.0	100.0
	Total	100	100.0	100.0	

**Segundo aspecto mais positivo do Turismo**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	mais desenvolvimento económico	14	14.0	14.0	14.0
	mais emprego	17	17.0	17.0	31.0
	melhores infraestruturas desportivas	4	4.0	4.0	35.0
	melhores infraestruturas sociais e/ou de animação	1	1.0	1.0	36.0
	mais animação/actividades culturais e desportivas	5	5.0	5.0	41.0
	nenhum aspecto positivo	1	1.0	1.0	42.0
	mais infraestruturas no geral	9	9.0	9.0	51.0
	mais investimento	8	8.0	8.0	59.0
	outros	2	2.0	2.0	61.0
	intercâmbio cultural	7	7.0	7.0	68.0
	maior divulgação Porto Santo	6	6.0	6.0	74.0
	maior desenvolvimento e progresso social	9	9.0	9.0	83.0
	melhores transportes e acessibilidades	3	3.0	3.0	86.0
	mais qualidade de vida	3	3.0	3.0	89.0
	dinamismo no comércio e serviços	6	6.0	6.0	95.0
	omissos	5	5.0	5.0	100.0
	Total	100	100.0	100.0	

**Terceiro aspecto mais positivo do Turismo**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid mais desenvolvimento económico	10	10.0	10.0	10.0
mais emprego	9	9.0	9.0	19.0
melhores infraestruturas desportivas	3	3.0	3.0	22.0
melhores infraestruturas sociais e/ou de animação	1	1.0	1.0	23.0
mais animação/actividades culturais e desportivas	4	4.0	4.0	27.0
nenhum aspecto positivo	1	1.0	1.0	28.0
mais infraestruturas no geral	5	5.0	5.0	33.0
mais investimento	3	3.0	3.0	36.0
mais apoio à cultura local	4	4.0	4.0	40.0
outros	8	8.0	8.0	48.0
intercâmbio cultural	8	8.0	8.0	56.0
maior divulgação Porto Santo	10	10.0	10.0	66.0
maior desenvolvimento e progresso social	5	5.0	5.0	71.0
melhores transportes e acessibilidades	1	1.0	1.0	72.0
mais qualidade de vida	3	3.0	3.0	75.0
mais qualificação profissional/formação	2	2.0	2.0	77.0
dinamismo no comércio e serviços	2	2.0	2.0	79.0
omissos	21	21.0	21.0	100.0
Total	100	100.0	100.0	

**Primeiro aspecto mais negativo do Turismo**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid custo de vida mais elevado/inflacionamento dos preços	9	9.0	9.0	9.0
desrespeito trânsito/afluência de viaturas/falta estacionamento	14	14.0	14.0	23.0
perda de tranquilidade/sossego	13	13.0	13.0	36.0
construção desenfreada/pior ordenamento do território	3	3.0	3.0	39.0
poluição ambiental e sonora	9	9.0	9.0	48.0
outros	8	8.0	8.0	56.0
destruição paisagística e ambiental	7	7.0	7.0	63.0
sobre-ocupação/invasão de espaços	6	6.0	6.0	69.0
Conf. espera/congestionamento serviços (supermerc/bancos)	1	1.0	1.0	70.0
insegurança/vandalismo/aumento criminalidade	4	4.0	4.0	74.0
actividade nocturna/ruídos e agitação	4	4.0	4.0	78.0
escassez de produtos	1	1.0	1.0	79.0
omissos	21	21.0	21.0	100.0
Total	100	100.0	100.0	

**Segundo aspecto mais negativo do Turismo**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid custo de vida mais elevado/inflacionamento dos preços	9	9.0	9.0	9.0
desrespeito trânsito/afluência de viaturas/falta estacionamento	9	9.0	9.0	18.0
perda de tranquilidade/sossego	3	3.0	3.0	21.0
construção desenfreada/pior ordenamento do território	4	4.0	4.0	25.0
stress/alteração de rotinas e horários	1	1.0	1.0	26.0
poluição ambiental e sonora	8	8.0	8.0	34.0
outros	8	8.0	8.0	42.0
destruição paisagística e ambiental	3	3.0	3.0	45.0
Conf. espera/congestionamento serviços (supermerc/bancos)	6	6.0	6.0	51.0
insegurança/vandalismo/aumento criminalidade	11	11.0	11.0	62.0
actividade nocturna/ruídos e agitação	1	1.0	1.0	63.0
omissos	37	37.0	37.0	100.0
Total	100	100.0	100.0	

**Terceiro aspecto mais negativo do Turismo**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid custo de vida mais elevado/inflacionamento dos preços	4	4.0	4.0	4.0
desrespeito trânsito/afluência de viaturas/falta estacionamento	7	7.0	7.0	11.0
construção desenfreada/pior ordenamento do território	3	3.0	3.0	14.0
stress/alteração de rotinas e horários	2	2.0	2.0	16.0
poluição ambiental e sonora	4	4.0	4.0	20.0
outros	4	4.0	4.0	24.0
congestionamento nos transportes aéreos	1	1.0	1.0	25.0
destruição paisagística e ambiental	1	1.0	1.0	26.0
Conf. espera/congestionamento serviços (supermerc/bancos)	2	2.0	2.0	28.0
insegurança/vandalismo/aumento criminalidade	6	6.0	6.0	34.0
actividade nocturna/ruídos e agitação	5	5.0	5.0	39.0
escassez de produtos	1	1.0	1.0	40.0
omissos	60	60.0	60.0	100.0
Total	100	100.0	100.0	

**O desenvolvimento é mais interessante para:**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Visitantes	17	17.0	17.0	17.0
Residentes	8	8.0	8.0	25.0
Para ambos	75	75.0	75.0	100.0
Total	100	100.0	100.0	

**O turismo afecta a vida da comunidade**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	31	31.0	31.0	31.0
Não	33	33.0	33.0	64.0
Em parte	36	36.0	36.0	100.0
Total	100	100.0	100.0	

**Primeira forma de afectação da vida da comunidade**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	escassez de produtos	3	3.0	3.0	3.0
	preços altos	5	5.0	5.0	8.0
	confusão e muita espera nos serviços (supermercados, bancos)	13	13.0	13.0	21.0
	mais trânsito/falta de estacionamentos	10	10.0	10.0	31.0
	mais insegurança	1	1.0	1.0	32.0
	perda de sossego/tranquilidade/menos qualidade vida	7	7.0	7.0	39.0
	mais animação	2	2.0	2.0	41.0
	maior dinamismo no comércio e serviços	5	5.0	5.0	46.0
	mais trabalho	3	3.0	3.0	49.0
	outras	4	4.0	4.0	53.0
	alteração hábitos/rotinas	8	8.0	8.0	61.0
	intercâmbio cultural	2	2.0	2.0	63.0
	falta de civismo(agitação, poluição)/choques culturais	3	3.0	3.0	66.0
	omissos	34	34.0	34.0	100.0
	Total	100	100.0	100.0	

**Segunda forma de afectação da vida da comunidade**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	escassez de produtos	2	2.0	2.0	2.0
	preços altos	3	3.0	3.0	5.0
	confusão e muita espera nos serviços (supermercados, bancos)	9	9.0	9.0	14.0
	mais trânsito/falta de estacionamentos	4	4.0	4.0	18.0
	perda de sossego/tranquilidade/menos qualidade vida	3	3.0	3.0	21.0
	outras	1	1.0	1.0	22.0
	intercâmbio cultural	2	2.0	2.0	24.0
	falta de civismo(agitação, poluição)/choques culturais	1	1.0	1.0	25.0
	omissos	75	75.0	75.0	100.0
	Total	100	100.0	100.0	

**Alteração do seu modo de vida**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	50	50.0	50.0	50.0
Não	32	32.0	32.0	82.0
Em parte	18	18.0	18.0	100.0
Total	100	100.0	100.0	

**Primeira forma afectação no seu modo de vida**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid escassez de produtos	2	2.0	2.0	2.0
preços altos	3	3.0	3.0	5.0
confusão e muita espera nos serviços (supermercados, bancos)	12	12.0	12.0	17.0
mais trânsito/falta de estacionamento	4	4.0	4.0	21.0
mais insegurança	2	2.0	2.0	23.0
perda de sossego/tranquilidade	1	1.0	1.0	24.0
mais animação	5	5.0	5.0	29.0
maior dinamismo no comércio e serviços	1	1.0	1.0	30.0
mais trabalho	14	14.0	14.0	44.0
outras	3	3.0	3.0	47.0
alterção rotina/horários	12	12.0	12.0	59.0
perda da qualidade vida/stress/sentimentos de "invasão"	4	4.0	4.0	63.0
omissos	37	37.0	37.0	100.0
Total	100	100.0	100.0	

**Segunda forma de afectação no seu modo de vida**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	escassez de produtos	3	3.0	3.0	3.0
	preços altos	1	1.0	1.0	4.0
	confusão e muita espera nos serviços (supermercados, bancos)	4	4.0	4.0	8.0
	mais trânsito/falta de estacionamentos	8	8.0	8.0	16.0
	mais animação	1	1.0	1.0	17.0
	mais trabalho	3	3.0	3.0	20.0
	outras	1	1.0	1.0	21.0
	alterção rotina/horários	3	3.0	3.0	24.0
	perda da qualidade vida/stress/sentimentos de "invasão"	2	2.0	2.0	26.0
	omissos	74	74.0	74.0	100.0
	Total	100	100.0	100.0	

**Mais turismo afecta os sentimentos de segurança**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	19	19.0	19.0	19.0
	Não	64	64.0	64.0	83.0
	Em parte	16	16.0	16.0	99.0
	Omissos	1	1.0	1.0	100.0
	Total	100	100.0	100.0	

**Forma de afectação nos sentimentos de segurança**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	na circulação nas estradas	4	4.0	4.0	4.0
	umentam distúrbios/conflitos sociais	4	4.0	4.0	8.0
	umento criminalidade/roubos/vandalismo	15	15.0	15.0	23.0
	sentimentos de falta de segurança no geral	7	7.0	7.0	30.0
	Outros	2	2.0	2.0	32.0
	omissos	68	68.0	68.0	100.0
	Total	100	100.0	100.0	

**Melhora as oportunidades de emprego**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	94	94.0	94.0	94.0
	Não	6	6.0	6.0	100.0
	Total	100	100.0	100.0	

**Mais pessoas à procura de emprego**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	91	91.0	91.0	91.0
	Não	9	9.0	9.0	100.0
	Total	100	100.0	100.0	

**Existência de ressentimentos entre residentes e turistas**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	13	13.0	13.0	13.0
	Não	59	59.0	59.0	72.0
	Em parte	28	28.0	28.0	100.0
	Total	100	100.0	100.0	

**Tipo de ressentimentos**

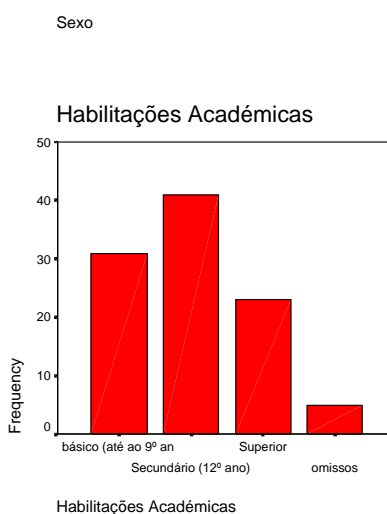
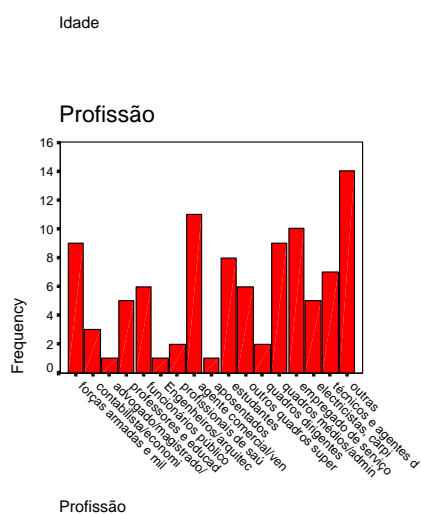
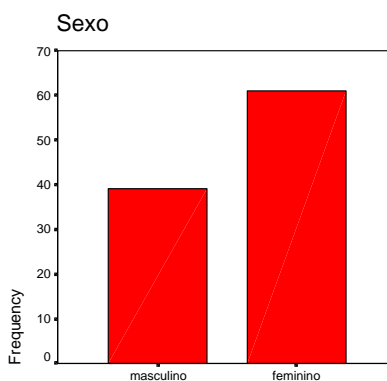
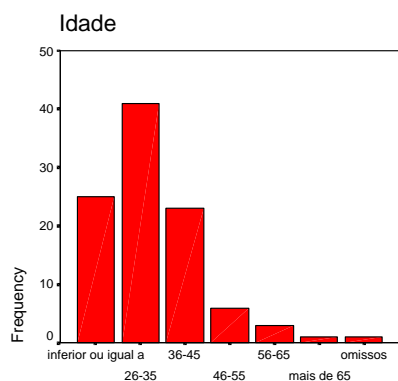
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	"bairrismo"/disputas entre residentes e turistas madeirenses	22	22.0	22.0	22.0
	sentimentos de perda do seu próprio espaço e tranquilidade	7	7.0	7.0	29.0
	outros	3	3.0	3.0	32.0
	alguns residentes são reticentes quanto ao turismo	7	7.0	7.0	39.0
	omissos	61	61.0	61.0	100.0
	Total	100	100.0	100.0	

**Alteração atitudes/comportamentos pelo contacto entre residentes e turistas**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	34	34.0	34.0	34.0
	Não	42	42.0	42.0	76.0
	Em parte	24	24.0	24.0	100.0
	Total	100	100.0	100.0	

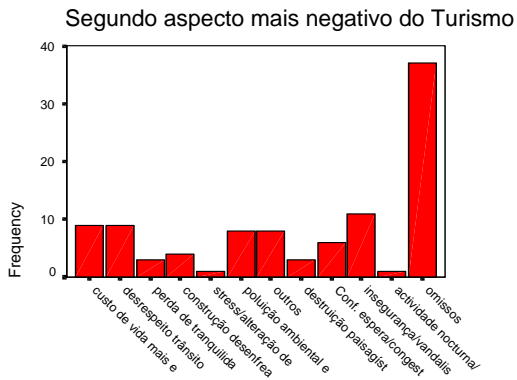
### Tipo de atitudes/comportamentos que podem alterar-se

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid enriquecimento cultural/troca experiências	14	14.0	14.0	14.0
alteração hábitos diários	1	1.0	1.0	15.0
mudança de mentalidades/comportamento sociais	14	14.0	14.0	29.0
desenvolver conhecimento de línguas	1	1.0	1.0	30.0
melhorias no atendimento e acolhimento	7	7.0	7.0	37.0
Outros	4	4.0	4.0	41.0
disputas/comportamentos ofensivos	13	13.0	13.0	54.0
omissos	46	46.0	46.0	100.0
Total	100	100.0	100.0	

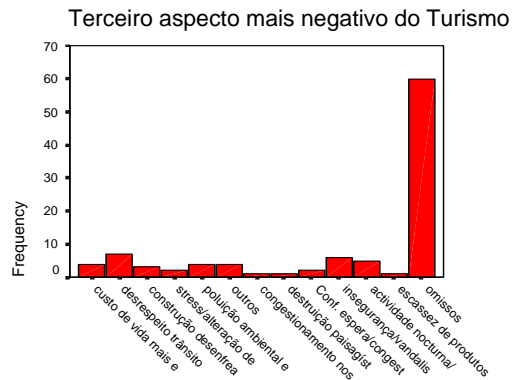




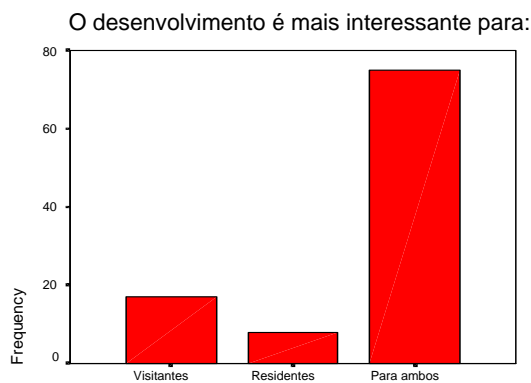




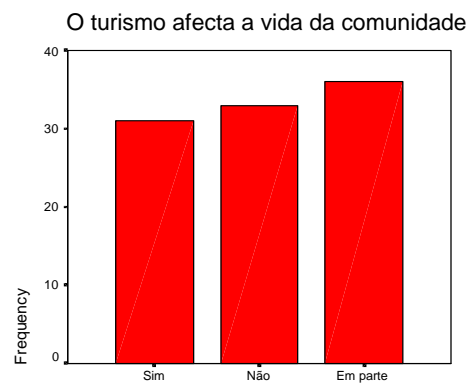
Segundo aspecto mais negativo do Turismo



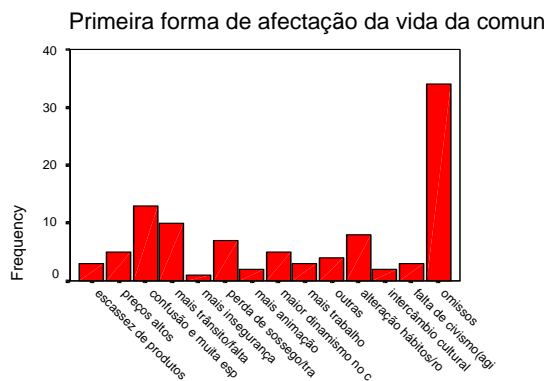
Terceiro aspecto mais negativo do Turismo



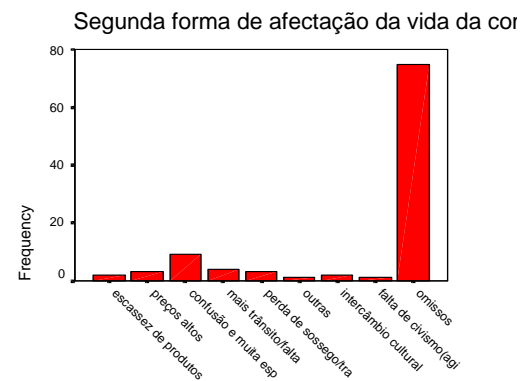
O desenvolvimento é mais interessante para:



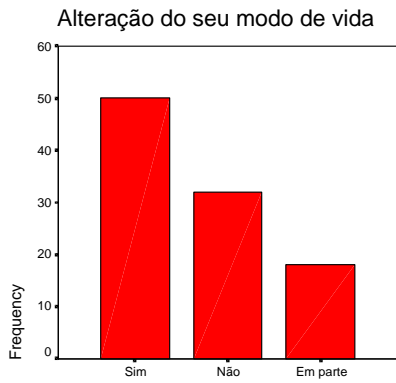
O turismo afecta a vida da comunidade



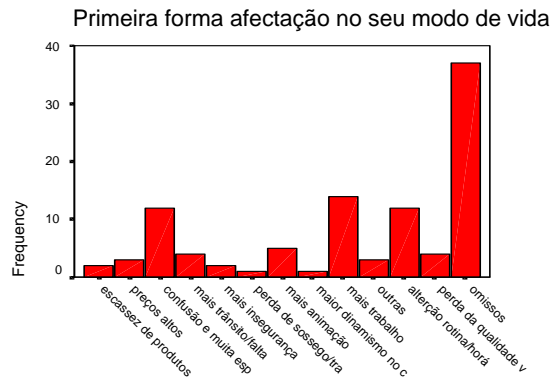
Primeira forma de afectação da vida da comunidade



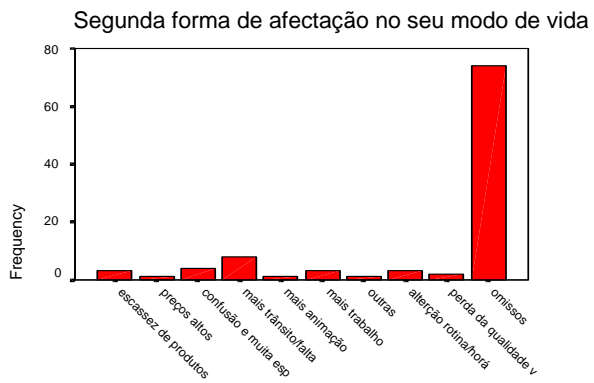
Segunda forma de afectação da vida da comunidade



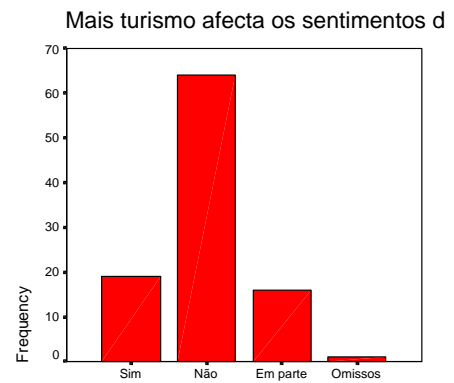
Alteração do seu modo de vida



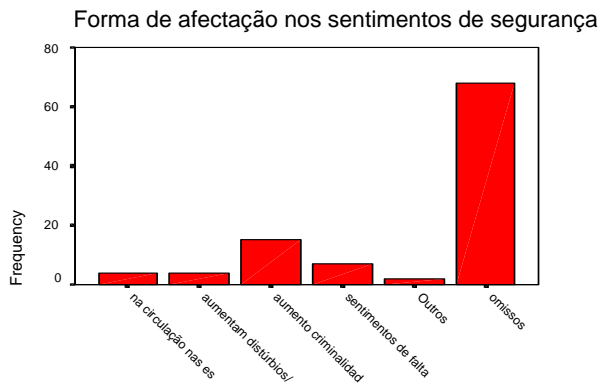
Primeira forma afectação no seu modo de vida



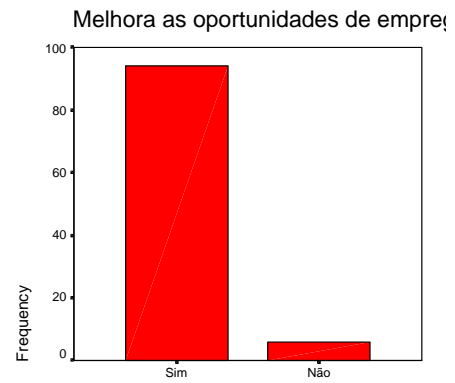
Segunda forma de afectação no seu modo de vida



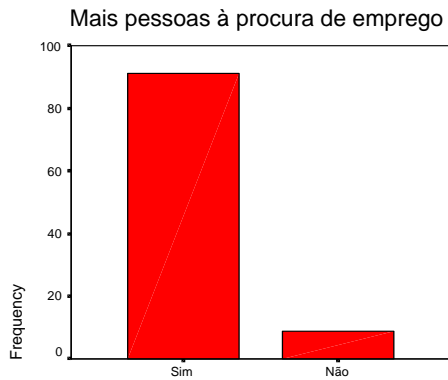
Mais turismo afecta os sentimentos de segurança



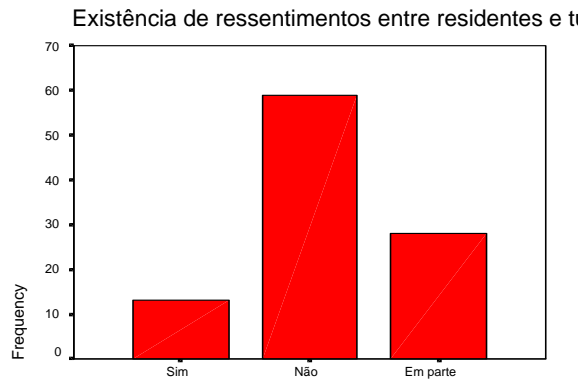
Forma de afectação nos sentimentos de segurança



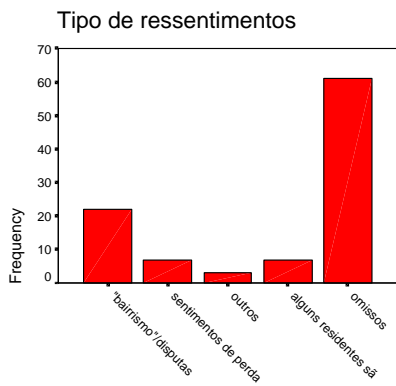
Melhora as oportunidades de emprego



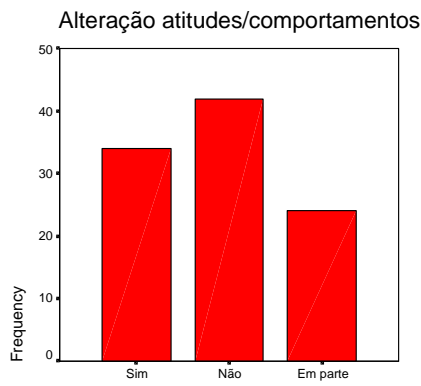
Mais pessoas à procura de emprego



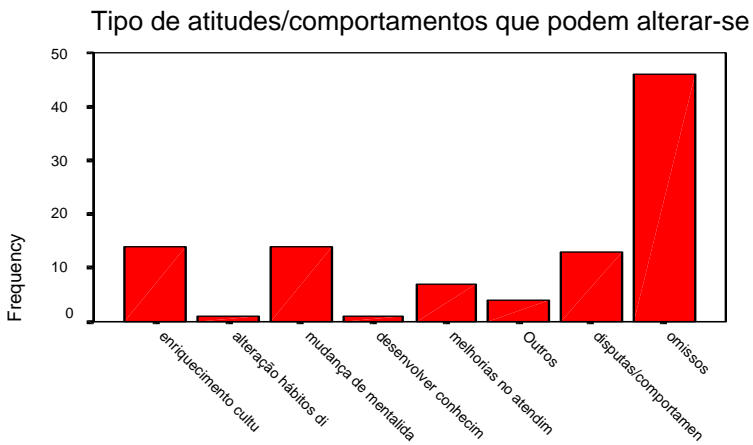
Existência de ressentimentos entre residentes e turistas



Tipo de ressentimentos



Alteração atitudes/comportamentos pelo contacto e



Tipo de atitudes/comportamentos que podem alterar-se

## ANEXO VI – Resultados SPSS do Questionário aos Turistas

### idade

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	inferior ou igual a 25	10	10.3	10.3	10.3
	26-35	52	53.6	53.6	63.9
	36-45	18	18.6	18.6	82.5
	46-55	4	4.1	4.1	86.6
	55-65	7	7.2	7.2	93.8
	mais de 65	5	5.2	5.2	99.0
	omissos	1	1.0	1.0	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

### sexo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	masculino	40	41.2	41.2	41.2
	feminino	56	57.7	57.7	99.0
	omissos	1	1.0	1.0	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

**profissão**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	forças armadas e militarizadas	2	2.1	2.1	2.1
	contabilista/economista/gestor	23	23.7	23.7	25.8
	advogado/magistrado/outros juristas	5	5.2	5.2	30.9
	professores	6	6.2	6.2	37.1
	funcionários públicos	9	9.3	9.3	46.4
	engenheiros/arquitectos e outros quadros técnicos	15	15.5	15.5	61.9
	profissionais de saúde	2	2.1	2.1	63.9
	agente comercial/vendedor/comerciante	1	1.0	1.0	64.9
	aposentados	3	3.1	3.1	68.0
	empresários	2	2.1	2.1	70.1
	estudantes	2	2.1	2.1	72.2
	outros quadros superiores	12	12.4	12.4	84.5
	quadros dirigentes	5	5.2	5.2	89.7
	quadros médios/administrativos	7	7.2	7.2	96.9
	outras	1	1.0	1.0	97.9
	omissos	2	2.1	2.1	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

**habilitações Académicas**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	básico (até ao 9º ano)	4	4.1	4.1	4.1
	Secundário (12º ano)	16	16.5	16.5	20.6
	Superior	68	70.1	70.1	90.7
	outras	8	8.2	8.2	99.0
	omissos	1	1.0	1.0	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

**Residência**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Madeira	45	46.4	46.4	46.4
	Portugal Continental	41	42.3	42.3	88.7
	outros países europeus	5	5.2	5.2	93.8
	resto do mundo	1	1.0	1.0	94.8
	omissos	5	5.2	5.2	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

### Tempo de estada

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	menos de 7 dias	28	28.9	28.9	28.9
	7 dias	23	23.7	23.7	52.6
	de 7 a 15 dias	37	38.1	38.1	90.7
	mais de 15 dias	9	9.3	9.3	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

### Companhia

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	marido/mulher/namorado(a)	33	34.0	34.0	34.0
	marido/mulher e filhos	17	17.5	17.5	51.5
	marido/mulher e filhos e outros familiares	11	11.3	11.3	62.9
	outros familiares	12	12.4	12.4	75.3
	amigos	14	14.4	14.4	89.7
	sózinho(a)	3	3.1	3.1	92.8
	marido/mulher, filhos e outros familiares e amigos	1	1.0	1.0	93.8
	outros familiares e amigos	1	1.0	1.0	94.8
	marido/mulher/namorado(a) e amigos	3	3.1	3.1	97.9
	marido/mulher, filhos e amigos	2	2.1	2.1	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

### Comunicação Social

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	9	9.3	9.3	9.3
	não	86	88.7	88.7	97.9
	omissos	2	2.1	2.1	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

### Agência de viagens

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	11	11.3	11.3	11.3
	não	84	86.6	86.6	97.9
	omissos	2	2.1	2.1	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

**internet**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	2	2.1	2.1	2.1
	não	93	95.9	95.9	97.9
	omissos	2	2.1	2.1	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

**familiares/amigos/conhecidos**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	71	73.2	73.2	73.2
	não	24	24.7	24.7	97.9
	omissos	2	2.1	2.1	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

**Obrigações Profissionais**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	9	9.3	9.3	9.3
	não	86	88.7	88.7	97.9
	omissos	2	2.1	2.1	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

**Outros meios**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	8	8.2	8.2	8.2
	não	87	89.7	89.7	97.9
	omissos	2	2.1	2.1	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

**Tipo de Transporte**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	marítimo	48	49.5	49.5	49.5
	aéreo charter	6	6.2	6.2	55.7
	aéreo regular	43	44.3	44.3	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

### Tipo de Alojamento

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid hotel	37	38.1	38.1	38.1
hotel-apartamento	11	11.3	11.3	49.5
turismo em espaço rural	1	1.0	1.0	50.5
pensão	3	3.1	3.1	53.6
casa/apartamento alugada a particulares	21	21.6	21.6	75.3
casa de familiares ou amigos	23	23.7	23.7	99.0
parque de campismo	1	1.0	1.0	100.0
Total	97	100.0	100.0	

### Principal Razão

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid praia	40	41.2	41.2	41.2
sossego/calma/tranquilidade	18	18.6	18.6	59.8
descanso	3	3.1	3.1	62.9
proximidade	3	3.1	3.1	66.0
bonito	2	2.1	2.1	68.0
clima	4	4.1	4.1	72.2
trabalho	3	3.1	3.1	75.3
férias/lazer	6	6.2	6.2	81.4
sol	1	1.0	1.0	82.5
outras	5	5.2	5.2	87.6
omissos	12	12.4	12.4	100.0
Total	97	100.0	100.0	

### Primeira Vez

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid sim	23	23.7	23.7	23.7
não	73	75.3	75.3	99.0
omissos	1	1.0	1.0	100.0
Total	97	100.0	100.0	

### fins de semana prolongados

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid sim	23	23.7	23.7	23.7
não	47	48.5	48.5	72.2
omissos	27	27.8	27.8	100.0
Total	97	100.0	100.0	

**Páscoa**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	15	15.5	15.5	15.5
	não	56	57.7	57.7	73.2
	omissos	26	26.8	26.8	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

**Verão**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	52	53.6	53.6	53.6
	não	19	19.6	19.6	73.2
	omissos	26	26.8	26.8	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

**Natal/Fim do Ano**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	7	7.2	7.2	7.2
	não	64	66.0	66.0	73.2
	omissos	26	26.8	26.8	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

**Junho (S. João)**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	5	5.2	5.2	5.2
	não	66	68.0	68.0	73.2
	omissos	26	26.8	26.8	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

**Setembro**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	10	10.3	10.3	10.3
	não	61	62.9	62.9	73.2
	omissos	26	26.8	26.8	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

### Estimativa Gastos

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid menos de 500 euros	32	33.0	33.0	33.0
500-750 euros	26	26.8	26.8	59.8
750-1000	11	11.3	11.3	71.1
mais de 1000 euros	23	23.7	23.7	94.8
omissos	5	5.2	5.2	100.0
Total	97	100.0	100.0	

### Comparação com outros destinos

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid incomparavelmente melhor	10	10.3	10.3	10.3
melhor	46	47.4	47.4	57.7
semelhante	27	27.8	27.8	85.6
pior	8	8.2	8.2	93.8
muito pior	1	1.0	1.0	94.8
sem opinião	5	5.2	5.2	100.0
Total	97	100.0	100.0	

### Instalações Aeroportuárias

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid excelente	5	5.2	5.2	5.2
bom	23	23.7	23.7	28.9
razoável	24	24.7	24.7	53.6
fraco	4	4.1	4.1	57.7
mau/má	1	1.0	1.0	58.8
sem opinião	2	2.1	2.1	60.8
omissos	38	39.2	39.2	100.0
Total	97	100.0	100.0	

### Tempo Recuperação Bagagem

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid excelente	7	7.2	7.2	7.2
bom	34	35.1	35.1	42.3
razoável	16	16.5	16.5	58.8
sem opinião	1	1.0	1.0	59.8
omissos	39	40.2	40.2	100.0
Total	97	100.0	100.0	

### Assistência e Atendimento

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid excelente	4	4.1	4.1	4.1
bom	20	20.6	20.6	24.7
razoável	24	24.7	24.7	49.5
fraco	3	3.1	3.1	52.6
mau/má	1	1.0	1.0	53.6
sem opinião	5	5.2	5.2	58.8
omissos	40	41.2	41.2	100.0
Total	97	100.0	100.0	

### Apreciação Geral do Avião

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid excelente	2	2.1	2.1	2.1
bom	11	11.3	11.3	13.4
razoável	19	19.6	19.6	33.0
fraco	14	14.4	14.4	47.4
mau/má	3	3.1	3.1	50.5
sem opinião	5	5.2	5.2	55.7
omissos	43	44.3	44.3	100.0
Total	97	100.0	100.0	

### Qualidade do Barco

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid excelente	9	9.3	9.3	9.3
bom	37	38.1	38.1	47.4
razoável	7	7.2	7.2	54.6
fraco	1	1.0	1.0	55.7
sem opinião	1	1.0	1.0	56.7
omissos	42	43.3	43.3	100.0
Total	97	100.0	100.0	

### Tempo de Viagem

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid excelente	1	1.0	1.0	1.0
bom	16	16.5	16.5	17.5
razoável	27	27.8	27.8	45.4
fraco	7	7.2	7.2	52.6
mau/má	2	2.1	2.1	54.6
sem opinião	1	1.0	1.0	55.7
omissos	43	44.3	44.3	100.0
Total	97	100.0	100.0	

### Assistência e Atendimento

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid excelente	4	4.1	4.1	4.1
bom	20	20.6	20.6	24.7
razoável	23	23.7	23.7	48.5
fraco	4	4.1	4.1	52.6
sem opinião	3	3.1	3.1	55.7
omissos	43	44.3	44.3	100.0
Total	97	100.0	100.0	

### Método de Recolha de Bagagem

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid excelente	1	1.0	1.0	1.0
bom	11	11.3	11.3	12.4
razoável	25	25.8	25.8	38.1
fraco	5	5.2	5.2	43.3
mau/má	7	7.2	7.2	50.5
sem opinião	4	4.1	4.1	54.6
omissos	44	45.4	45.4	100.0
Total	97	100.0	100.0	

### Acomodação

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid excelente	5	5.2	5.2	5.2
bom	32	33.0	33.0	38.1
razoável	15	15.5	15.5	53.6
fraco	5	5.2	5.2	58.8
sem opinião	1	1.0	1.0	59.8
omissos	39	40.2	40.2	100.0
Total	97	100.0	100.0	

### Refeições

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid excelente	5	5.2	5.2	5.2
bom	19	19.6	19.6	24.7
razoável	19	19.6	19.6	44.3
fraco	5	5.2	5.2	49.5
sem opinião	4	4.1	4.1	53.6
omissos	45	46.4	46.4	100.0
Total	97	100.0	100.0	

### Atendimento e Assistência

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid excelente	12	12.4	12.4	12.4
bom	29	29.9	29.9	42.3
razoável	9	9.3	9.3	51.5
fraco	4	4.1	4.1	55.7
mau/má	1	1.0	1.0	56.7
sem opinião	2	2.1	2.1	58.8
omissos	40	41.2	41.2	100.0
Total	97	100.0	100.0	

### Higiene

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid excelente	12	12.4	12.4	12.4
bom	31	32.0	32.0	44.3
razoável	11	11.3	11.3	55.7
fraco	1	1.0	1.0	56.7
mau/má	1	1.0	1.0	57.7
sem opinião	1	1.0	1.0	58.8
omissos	40	41.2	41.2	100.0
Total	97	100.0	100.0	

### Equipamentos de Lazer

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid excelente	1	1.0	1.0	1.0
bom	17	17.5	17.5	18.6
razoável	20	20.6	20.6	39.2
fraco	12	12.4	12.4	51.5
mau/má	1	1.0	1.0	52.6
sem opinião	4	4.1	4.1	56.7
omissos	42	43.3	43.3	100.0
Total	97	100.0	100.0	

### Relação Qualidade/Preço

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid excelente	1	1.0	1.0	1.0
bom	21	21.6	21.6	22.7
razoável	20	20.6	20.6	43.3
fraco	12	12.4	12.4	55.7
mau/má	2	2.1	2.1	57.7
sem opinião	2	2.1	2.1	59.8
omissos	39	40.2	40.2	100.0
Total	97	100.0	100.0	

### Qualidade da Comida

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	excelente	11	11.3	11.3	11.3
	bom	42	43.3	43.3	54.6
	razoável	34	35.1	35.1	89.7
	fraco	4	4.1	4.1	93.8
	sem opinião	2	2.1	2.1	95.9
	omissos	4	4.1	4.1	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

### Higiene

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	excelente	6	6.2	6.2	6.2
	bom	40	41.2	41.2	47.4
	razoável	40	41.2	41.2	88.7
	fraco	4	4.1	4.1	92.8
	sem opinião	3	3.1	3.1	95.9
	omissos	4	4.1	4.1	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

### Atendimento

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	excelente	6	6.2	6.2	6.2
	bom	30	30.9	30.9	37.1
	razoável	36	37.1	37.1	74.2
	fraco	15	15.5	15.5	89.7
	mau/má	4	4.1	4.1	93.8
	sem opinião	2	2.1	2.1	95.9
	omissos	4	4.1	4.1	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

### Variedades Gastronómicas

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	excelente	2	2.1	2.1	2.1
	bom	25	25.8	25.8	27.8
	razoável	44	45.4	45.4	73.2
	fraco	16	16.5	16.5	89.7
	mau/má	3	3.1	3.1	92.8
	sem opinião	2	2.1	2.1	94.8
	omissos	5	5.2	5.2	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

### Relação Qualidade/Preço

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	bom	22	22.7	22.7	22.7
	razoável	36	37.1	37.1	59.8
	fraco	22	22.7	22.7	82.5
	mau/má	10	10.3	10.3	92.8
	sem opinião	3	3.1	3.1	95.9
	omissos	4	4.1	4.1	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

### estradas

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	excelente	3	3.1	3.1	3.1
	bom	48	49.5	49.5	52.6
	razoável	35	36.1	36.1	88.7
	fraco	7	7.2	7.2	95.9
	mau/má	1	1.0	1.0	96.9
	sem opinião	2	2.1	2.1	99.0
	omissos	1	1.0	1.0	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

### Transportes Públicos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	bom	10	10.3	10.3	10.3
	razoável	27	27.8	27.8	38.1
	fraco	18	18.6	18.6	56.7
	mau/má	5	5.2	5.2	61.9
	sem opinião	26	26.8	26.8	88.7
	omissos	11	11.3	11.3	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

### Táxis

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	excelente	2	2.1	2.1	2.1
	bom	24	24.7	24.7	26.8
	razoável	37	38.1	38.1	64.9
	fraco	5	5.2	5.2	70.1
	mau/má	2	2.1	2.1	72.2
	sem opinião	20	20.6	20.6	92.8
	omissos	7	7.2	7.2	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

### Postos de Informação

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	excelente	8	8.2	8.2	8.2
	bom	17	17.5	17.5	25.8
	razoável	4	4.1	4.1	29.9
	fraco	1	1.0	1.0	30.9
	sem opinião	14	14.4	14.4	45.4
	omissos	53	54.6	54.6	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

### Guias

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	excelente	2	2.1	2.1	2.1
	bom	3	3.1	3.1	5.2
	razoável	11	11.3	11.3	16.5
	mau/má	1	1.0	1.0	17.5
	sem opinião	13	13.4	13.4	30.9
	omissos	67	69.1	69.1	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

### Motoristas de turismo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	excelente	2	2.1	2.1	2.1
	bom	3	3.1	3.1	5.2
	razoável	10	10.3	10.3	15.5
	fraco	2	2.1	2.1	17.5
	mau/má	1	1.0	1.0	18.6
	sem opinião	11	11.3	11.3	29.9
	omissos	68	70.1	70.1	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

### Informações no Hotel

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	excelente	1	1.0	1.0	1.0
	bom	16	16.5	16.5	17.5
	razoável	5	5.2	5.2	22.7
	fraco	3	3.1	3.1	25.8
	sem opinião	10	10.3	10.3	36.1
	9.00	1	1.0	1.0	37.1
	omissos	61	62.9	62.9	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

**Sinalização**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	excelente	1	1.0	1.0	1.0
	bom	11	11.3	11.3	12.4
	razoável	17	17.5	17.5	29.9
	fraco	5	5.2	5.2	35.1
	sem opinião	7	7.2	7.2	42.3
	omissos	56	57.7	57.7	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

**Informações turísticas em termos globais**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	excelente	2	2.1	2.1	2.1
	bom	16	16.5	16.5	18.6
	razoável	13	13.4	13.4	32.0
	fraco	3	3.1	3.1	35.1
	mau/má	1	1.0	1.0	36.1
	sem opinião	7	7.2	7.2	43.3
	omissos	55	56.7	56.7	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

**Limpeza/Higiene da areia**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	excelente	32	33.0	33.0	33.0
	bom	54	55.7	55.7	88.7
	razoável	8	8.2	8.2	96.9
	fraco	1	1.0	1.0	97.9
	sem opinião	1	1.0	1.0	99.0
	omissos	1	1.0	1.0	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

**limpeza da água**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	excelente	55	56.7	56.7	56.7
	bom	39	40.2	40.2	96.9
	razoável	2	2.1	2.1	99.0
	omissos	1	1.0	1.0	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

### Acessibilidades

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	excelente	25	25.8	25.8	25.8
	bom	50	51.5	51.5	77.3
	razoável	17	17.5	17.5	94.8
	fraco	3	3.1	3.1	97.9
	sem opinião	1	1.0	1.0	99.0
	omissos	1	1.0	1.0	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

### Infra-estruturas de Apoio

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	excelente	3	3.1	3.1	3.1
	bom	15	15.5	15.5	18.6
	razoável	37	38.1	38.1	56.7
	fraco	20	20.6	20.6	77.3
	mau/má	8	8.2	8.2	85.6
	sem opinião	11	11.3	11.3	96.9
	omissos	3	3.1	3.1	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

### Animação do hotel/empreendimento

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	excelente	1	1.0	1.0	1.0
	bom	10	10.3	10.3	11.3
	razoável	14	14.4	14.4	25.8
	fraco	20	20.6	20.6	46.4
	mau/má	5	5.2	5.2	51.5
	sem opinião	14	14.4	14.4	66.0
	omissos	33	34.0	34.0	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

### Actividades culturais

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	excelente	1	1.0	1.0	1.0
	bom	19	19.6	19.6	20.6
	razoável	26	26.8	26.8	47.4
	fraco	22	22.7	22.7	70.1
	mau/má	5	5.2	5.2	75.3
	sem opinião	9	9.3	9.3	84.5
	omissos	15	15.5	15.5	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

### Circuitos Turísticos

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid excelente	1	1.0	1.0	1.0
bom	21	21.6	21.6	22.7
razoável	36	37.1	37.1	59.8
fraco	13	13.4	13.4	73.2
mau/má	1	1.0	1.0	74.2
sem opinião	8	8.2	8.2	82.5
omissos	17	17.5	17.5	100.0
Total	97	100.0	100.0	

### Passeios a pé

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid excelente	6	6.2	6.2	6.2
bom	23	23.7	23.7	29.9
razoável	30	30.9	30.9	60.8
fraco	8	8.2	8.2	69.1
sem opinião	14	14.4	14.4	83.5
omissos	16	16.5	16.5	100.0
Total	97	100.0	100.0	

### Discotecas

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid excelente	4	4.1	4.1	4.1
bom	16	16.5	16.5	20.6
razoável	21	21.6	21.6	42.3
fraco	14	14.4	14.4	56.7
mau/má	5	5.2	5.2	61.9
sem opinião	20	20.6	20.6	82.5
omissos	17	17.5	17.5	100.0
Total	97	100.0	100.0	

### Bares/pubs

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid excelente	2	2.1	2.1	2.1
bom	32	33.0	33.0	35.1
razoável	24	24.7	24.7	59.8
fraco	12	12.4	12.4	72.2
mau/má	2	2.1	2.1	74.2
sem opinião	12	12.4	12.4	86.6
omissos	13	13.4	13.4	100.0
Total	97	100.0	100.0	

### Animação de Rua

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	bom	17	17.5	17.5	17.5
	razoável	29	29.9	29.9	47.4
	fraco	16	16.5	16.5	63.9
	mau/má	4	4.1	4.1	68.0
	sem opinião	13	13.4	13.4	81.4
	omissos	18	18.6	18.6	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

### Festas Populares

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	excelente	3	3.1	3.1	3.1
	bom	26	26.8	26.8	29.9
	razoável	23	23.7	23.7	53.6
	fraco	5	5.2	5.2	58.8
	sem opinião	22	22.7	22.7	81.4
	omissos	18	18.6	18.6	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

### Actividades Desportivas

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	bom	20	20.6	20.6	20.6
	razoável	22	22.7	22.7	43.3
	fraco	8	8.2	8.2	51.5
	mau/má	3	3.1	3.1	54.6
	sem opinião	22	22.7	22.7	77.3
	omissos	22	22.7	22.7	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

### Instalações Desportivas

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	excelente	5	5.2	5.2	5.2
	bom	20	20.6	20.6	25.8
	razoável	16	16.5	16.5	42.3
	fraco	8	8.2	8.2	50.5
	mau/má	2	2.1	2.1	52.6
	sem opinião	23	23.7	23.7	76.3
	omissos	23	23.7	23.7	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

**Nível satisfação**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	muito satisfeito	29	29.9	29.9	29.9
	satisfeito	54	55.7	55.7	85.6
	razoavelmente satisfeito	11	11.3	11.3	96.9
	pouco satisfeito	3	3.1	3.1	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

**Nível satisfação Relação Preço/Qualidade**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	excelente	4	4.1	4.1	4.1
	bom	34	35.1	35.1	39.2
	razoável	43	44.3	44.3	83.5
	fraco	12	12.4	12.4	95.9
	mau/má	3	3.1	3.1	99.0
	omissos	1	1.0	1.0	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

**Recomendará Porto Santo**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	85	87.6	87.6	87.6
	não	2	2.1	2.1	89.7
	talvez	10	10.3	10.3	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

**Voltar à ilha**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	82	84.5	84.5	84.5
	não	4	4.1	4.1	88.7
	talvez	11	11.3	11.3	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

**primeiro aspecto mais positivo**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	praia	60	61.9	61.9	61.9
	sossego/tranquilidade/calma	18	18.6	18.6	80.4
	paisagem/beleza natural/ambiente	1	1.0	1.0	81.4
	descanso	1	1.0	1.0	82.5
	clima	3	3.1	3.1	85.6
	proximidade	2	2.1	2.1	87.6
	areia	2	2.1	2.1	89.7
	mar	3	3.1	3.1	92.8
	outras	2	2.1	2.1	94.8
	povo/acolhimento	2	2.1	2.1	96.9
	omissos	3	3.1	3.1	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

**segundo aspecto mais positivo**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	praia	15	15.5	15.5	15.5
	sossego/tranquilidade/calma	23	23.7	23.7	39.2
	paisagem/beleza natural/ambiente	1	1.0	1.0	40.2
	descanso	1	1.0	1.0	41.2
	clima	11	11.3	11.3	52.6
	segurança	5	5.2	5.2	57.7
	proximidade	3	3.1	3.1	60.8
	comida	3	3.1	3.1	63.9
	areia	1	1.0	1.0	64.9
	mar	8	8.2	8.2	73.2
	sol	6	6.2	6.2	79.4
	outras	9	9.3	9.3	88.7
	povo/acolhimento	1	1.0	1.0	89.7
	diversão noturna	4	4.1	4.1	93.8
	omissos	6	6.2	6.2	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

terceiro aspecto mais positivo

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid praia	7	7.2	7.2	7.2
sossego/tranquilidade/calma	11	11.3	11.3	18.6
paisagem/beleza natural/ambiente	10	10.3	10.3	28.9
descanso	2	2.1	2.1	30.9
clima	10	10.3	10.3	41.2
segurança	5	5.2	5.2	46.4
proximidade	8	8.2	8.2	54.6
comida	1	1.0	1.0	55.7
areia	2	2.1	2.1	57.7
mar	2	2.1	2.1	59.8
não sobrelotação	4	4.1	4.1	63.9
sol	1	1.0	1.0	64.9
outras	13	13.4	13.4	78.4
povo/acolhimento	6	6.2	6.2	84.5
diversão nocturna	1	1.0	1.0	85.6
omissos	14	14.4	14.4	100.0
Total	97	100.0	100.0	

primeiro aspecto mais negativo

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid trânsito	4	4.1	4.1	4.1
preços	24	24.7	24.7	28.9
pouca variedade e qualidade gastronómica/maus restaurantes	5	5.2	5.2	34.0
falta formação	1	1.0	1.0	35.1
sobre-ocupação	2	2.1	2.1	37.1
construção excessiva	4	4.1	4.1	41.2
pouco desenvolvido	2	2.1	2.1	43.3
má qualidade hotel	4	4.1	4.1	47.4
poucas actividades/animação	14	14.4	14.4	61.9
mau atendimento	6	6.2	6.2	68.0
transportes aéreos/más ligações	2	2.1	2.1	70.1
más acessibilidades	3	3.1	3.1	73.2
outras	8	8.2	8.2	81.4
segurança	1	1.0	1.0	82.5
hospitalidade/acolhimento povo	3	3.1	3.1	85.6
mobilidade/transportes	1	1.0	1.0	86.6
infraestruturas apoio banhistas	2	2.1	2.1	88.7
omissos	11	11.3	11.3	100.0
Total	97	100.0	100.0	

segundo aspecto mais negativo

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid trânsito	5	5.2	5.2	5.2
preços	8	8.2	8.2	13.4
pouca variedade e qualidade gastronómica/maus restaurantes	6	6.2	6.2	19.6
sobre-ocupação	3	3.1	3.1	22.7
construção excessiva	3	3.1	3.1	25.8
pouco desenvolvido	5	5.2	5.2	30.9
má qualidade hotel	3	3.1	3.1	34.0
poucas actividades/animação	10	10.3	10.3	44.3
mau atendimento	10	10.3	10.3	54.6
transportes aéreos/más ligações	2	2.1	2.1	56.7
más acessibilidades	1	1.0	1.0	57.7
outras	11	11.3	11.3	69.1
hospitalidade/acolhimento povo	2	2.1	2.1	71.1
mobilidade/transportes	5	5.2	5.2	76.3
infraestruturas apoio banhistas	2	2.1	2.1	78.4
omissos	21	21.6	21.6	100.0
Total	97	100.0	100.0	

terceiro aspecto mais negativo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	trânsito	3	3.1	3.1	3.1
	preços	10	10.3	10.3	13.4
	pouca variedade e qualidade gastronómica/maus restaurantes	2	2.1	2.1	15.5
	sobre-ocupação	3	3.1	3.1	18.6
	planear viagem com muita antecedência - aviões	1	1.0	1.0	19.6
	construção excessiva	2	2.1	2.1	21.6
	pouco desenvolvido	4	4.1	4.1	25.8
	má qualidade hotel	2	2.1	2.1	27.8
	poucas actividades/animação	5	5.2	5.2	33.0
	mau atendimento	2	2.1	2.1	35.1
	transportes aéreos/más ligações	2	2.1	2.1	37.1
	más acessibilidades	1	1.0	1.0	38.1
	outras	12	12.4	12.4	50.5
	segurança	1	1.0	1.0	51.5
	hospitalidade/acolhimento povo	1	1.0	1.0	52.6
	mobilidade/transportes	2	2.1	2.1	54.6
	infraestruturas apoio banhistas	4	4.1	4.1	58.8
	omissos	40	41.2	41.2	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

**Primeira Sugestão**

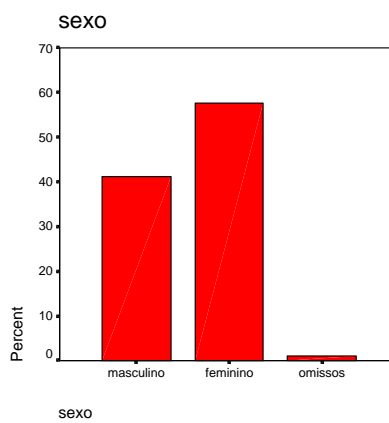
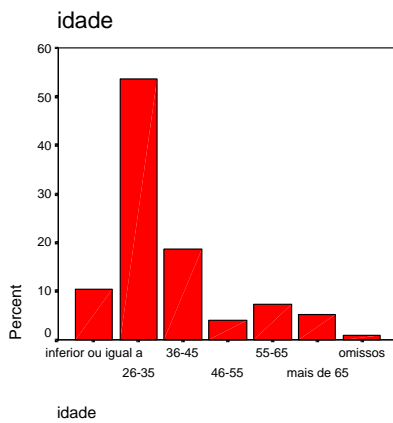
	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid				
mais actividades animação/diversão/event os/circuitos turísticos	15	15.5	15.5	15.5
melhores preços	8	8.2	8.2	23.7
mais qualidade e diversidade hotelaria	3	3.1	3.1	26.8
melhores transportes e acessibilidades	5	5.2	5.2	32.0
maior oferta e qualidade restaurantes	2	2.1	2.1	34.0
controlar construção	9	9.3	9.3	43.3
preservar a ilha (ambiente/cultura)	5	5.2	5.2	48.5
melhorar atendimento/acolhimento	7	7.2	7.2	55.7
mais informações turísticas	1	1.0	1.0	56.7
mais e melhores infraestruturas de apoio ao turista	3	3.1	3.1	59.8
outras	4	4.1	4.1	63.9
apostar em produtos regionais	1	1.0	1.0	64.9
diversificar o turismo	2	2.1	2.1	67.0
divulgação/promoção da ilha	4	4.1	4.1	71.1
omissos	28	28.9	28.9	100.0
Total	97	100.0	100.0	

**Segunda Sugestão**

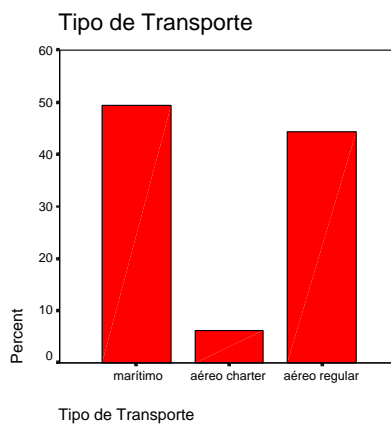
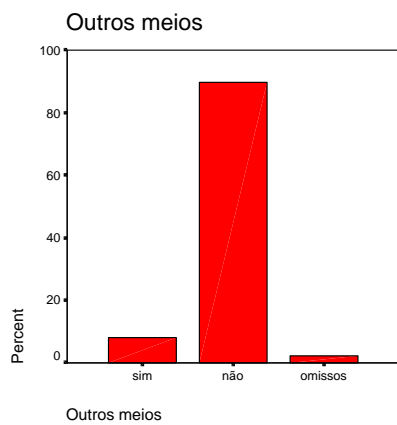
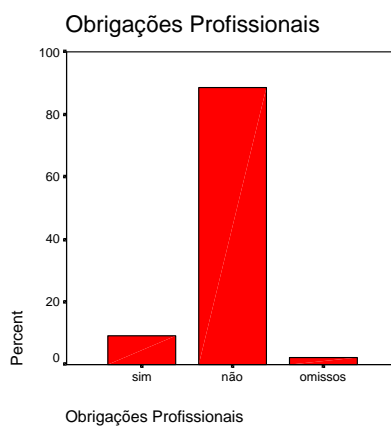
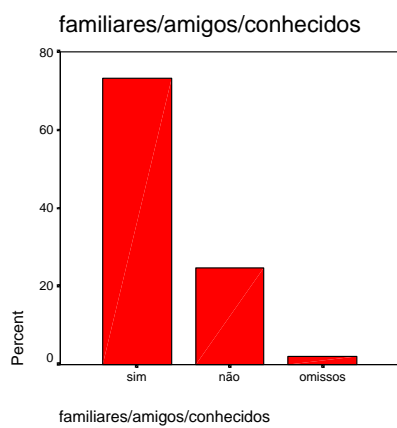
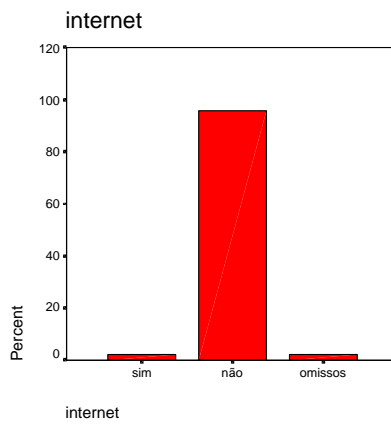
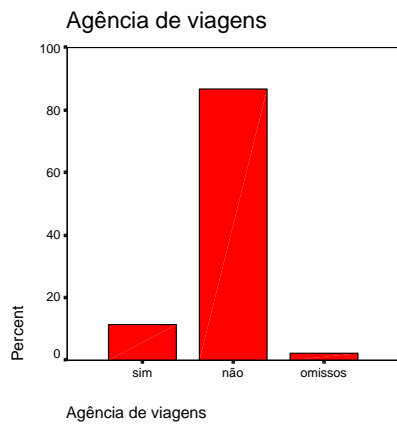
	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid				
mais actividades animação/diversão	7	7.2	7.2	7.2
melhores preços	7	7.2	7.2	14.4
mais qualidade e diversidade hotelaria	1	1.0	1.0	15.5
melhores transportes e acessibilidades	5	5.2	5.2	20.6
maior oferta e qualidade restaurantes	1	1.0	1.0	21.6
controlar construção	2	2.1	2.1	23.7
preservar a ilha (ambiente/cultura)	5	5.2	5.2	28.9
melhorar atendimento/acolhimento	5	5.2	5.2	34.0
melhorar serviços saúde	1	1.0	1.0	35.1
mais informações turísticas	1	1.0	1.0	36.1
mais e melhores infraestruturas de apoio ao turista	5	5.2	5.2	41.2
outras	1	1.0	1.0	42.3
apostar em produtos regionais	1	1.0	1.0	43.3
diversificar o turismo/criar circuitos turísticos	3	3.1	3.1	46.4
omissos	52	53.6	53.6	100.0
Total	97	100.0	100.0	

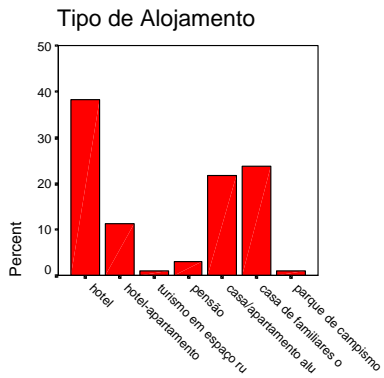
### Terceira Sugestão

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	mais actividades	2	2.1	2.1	2.1
	animação/diversão	1	1.0	1.0	3.1
	melhores preços	1	1.0	1.0	4.1
	mais qualidade e diversidade hotelaria	6	6.2	6.2	10.3
	melhores transportes e acessibilidades	2	2.1	2.1	12.4
	maior oferta e qualidade restaurantes	3	3.1	3.1	15.5
	controlar construção	2	2.1	2.1	17.5
	preservar a ilha (ambiente/cultura)	3	3.1	3.1	20.6
	melhorar atendimento/acolhimento	2	2.1	2.1	22.7
	mais e melhores infraestruturas de apoio ao turista	3	3.1	3.1	25.8
	apostar em produtos regionais	1	1.0	1.0	26.8
	divulgação/promoção da ilha	1	1.0	1.0	27.8
	omissos	70	72.2	72.2	100.0
	Total	97	100.0	100.0	

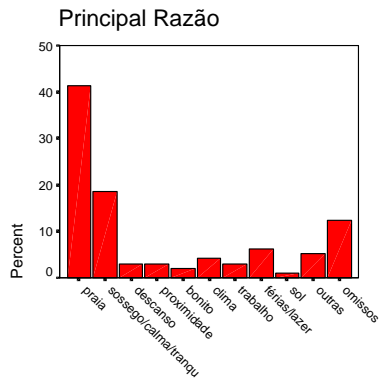




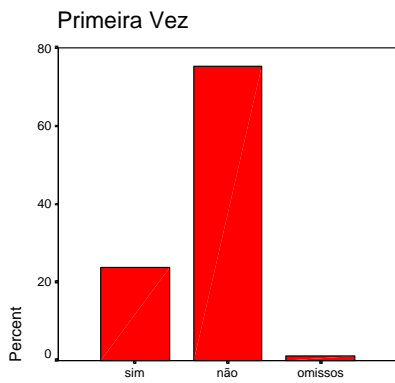




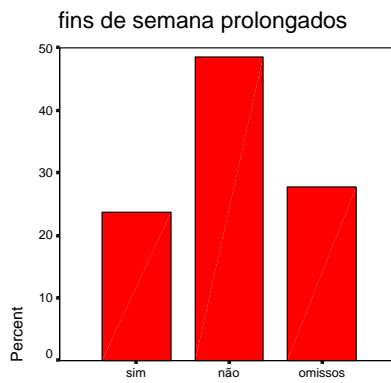
Tipo de Alojamento



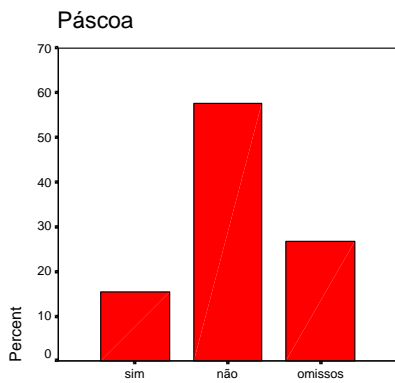
Principal Razão



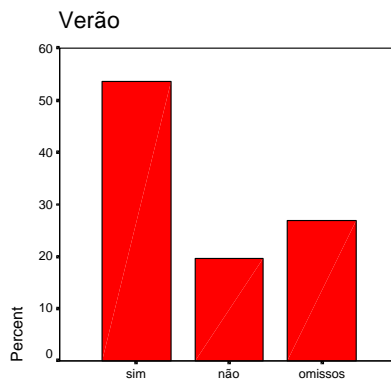
Primeira Vez



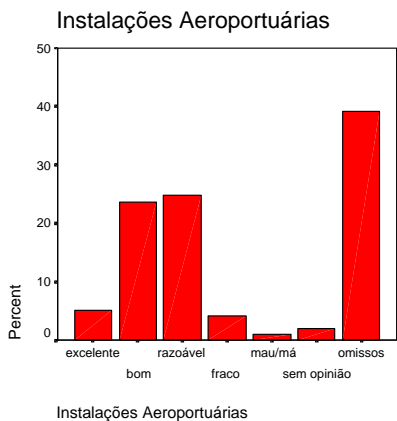
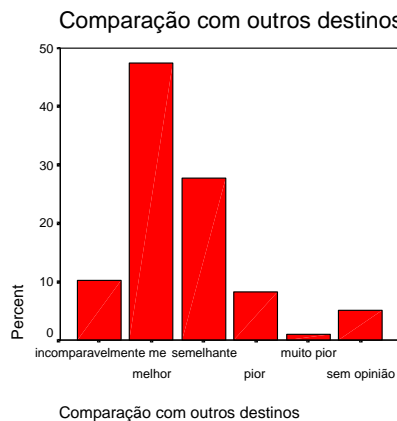
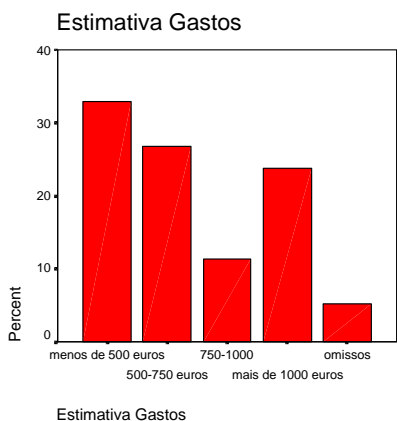
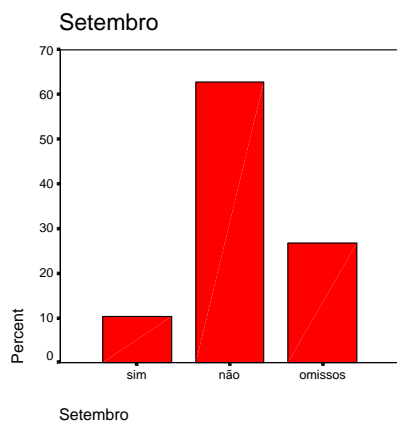
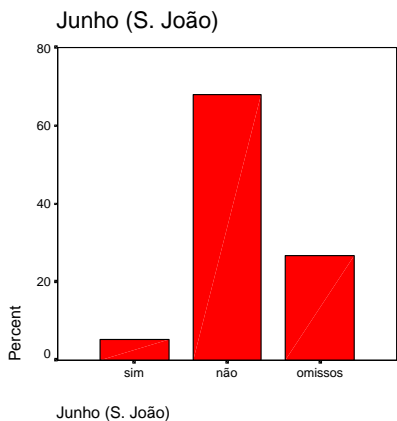
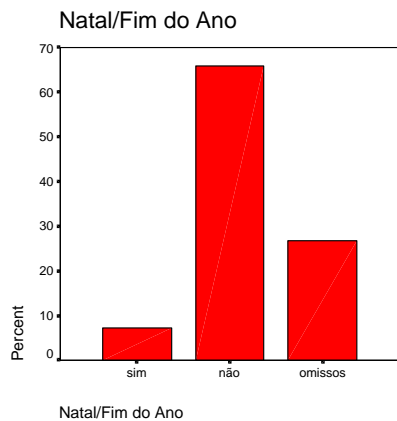
fins de semana prolongados

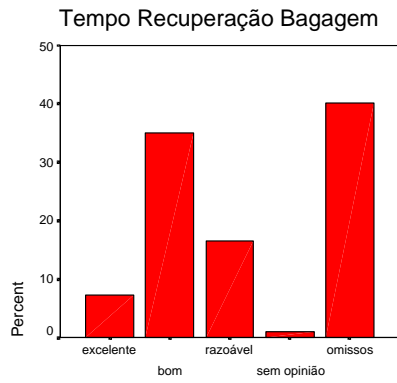


Páscoa

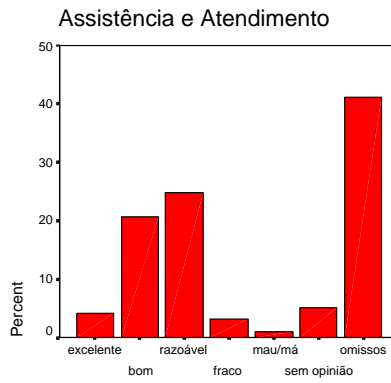


Verão

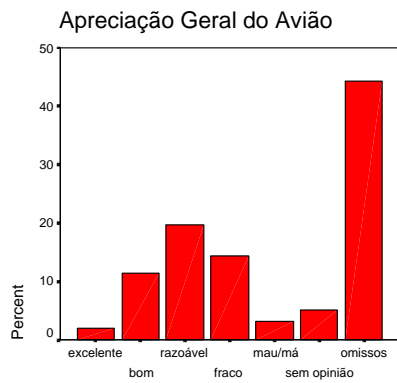




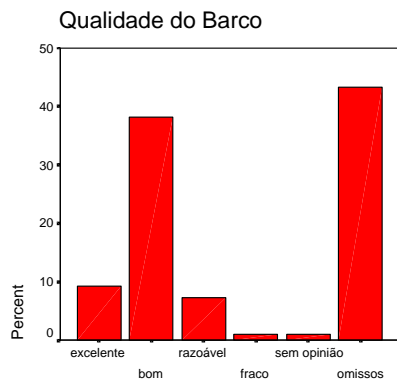
Tempo Recuperação Bagagem



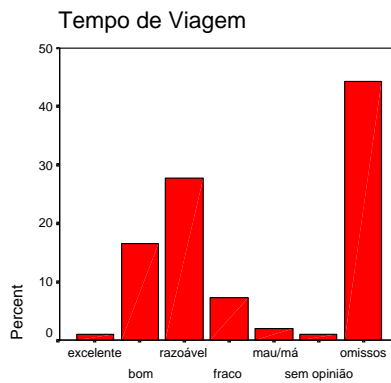
Assistência e Atendimento



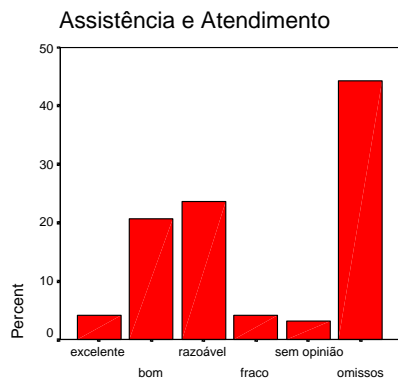
Apreciação Geral do Avião



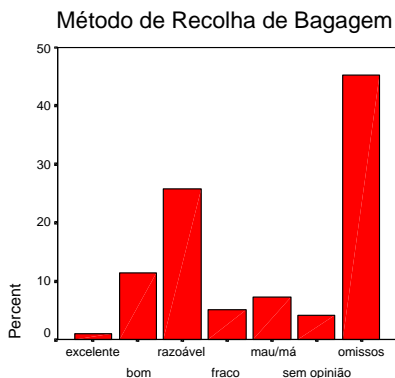
Qualidade do Barco



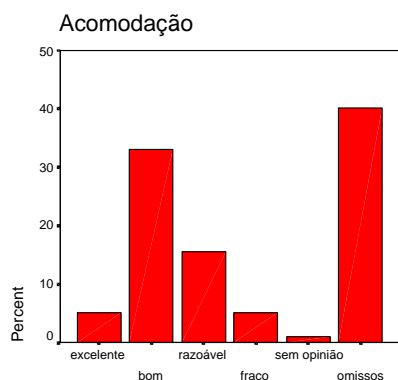
Tempo de Viagem



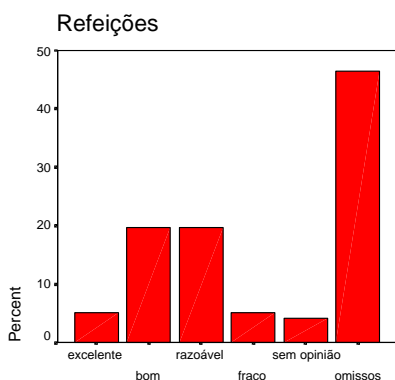
Assistência e Atendimento



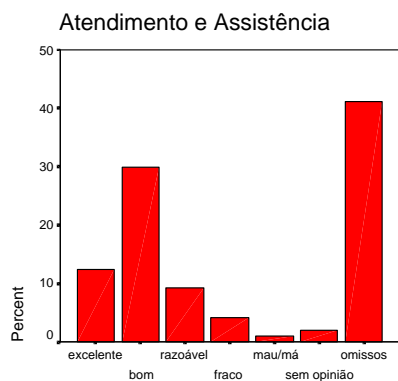
Método de Recolha de Bagagem



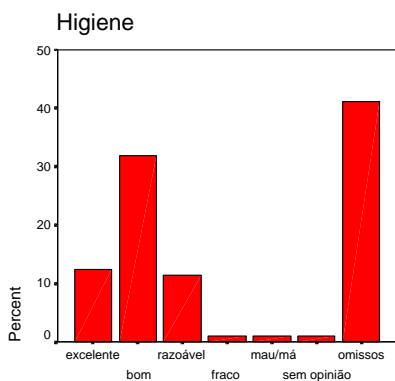
Acomodação



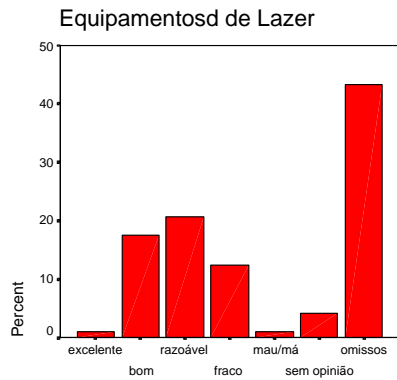
Refeições



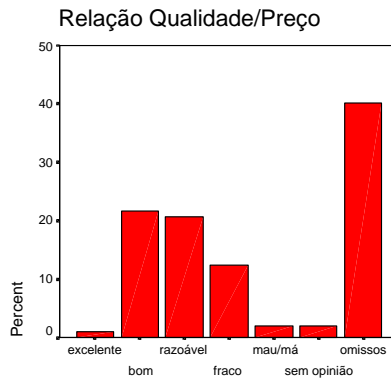
Atendimento e Assistência



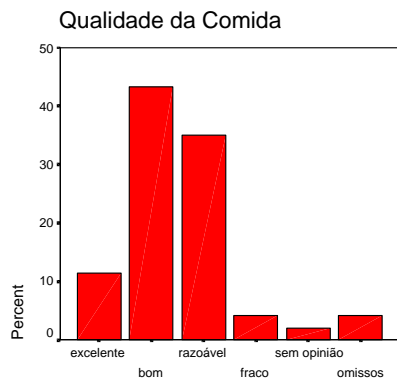
Higiene



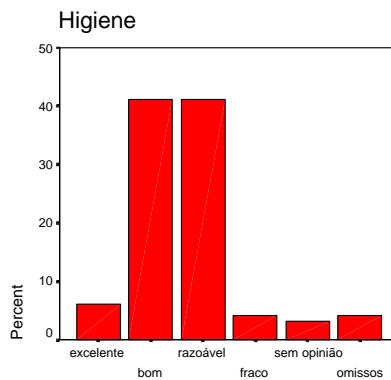
Equipamentods de Lazer



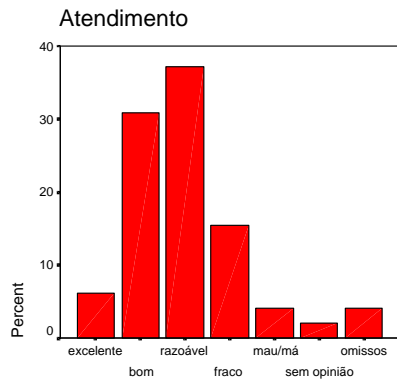
Relação Qualidade/Preço



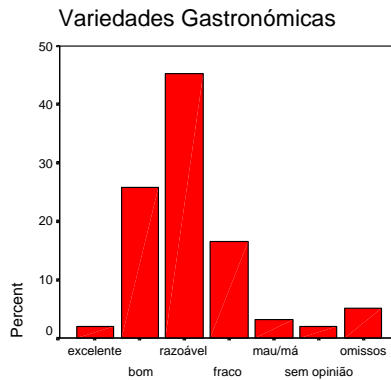
Qualidade da Comida



Higiene

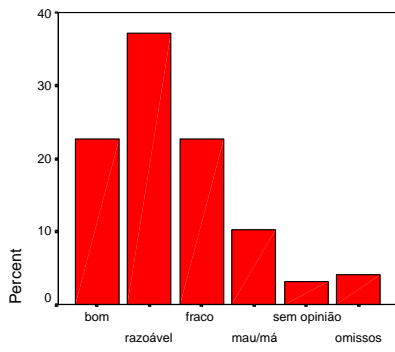


Atendimento



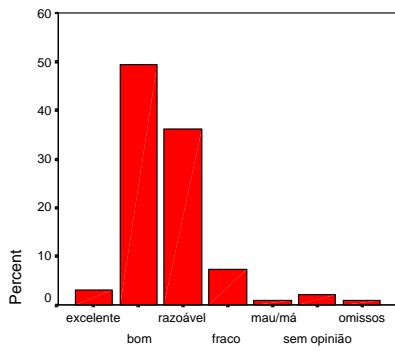
Variedades Gastronómicas

Relação Qualidade/Preço



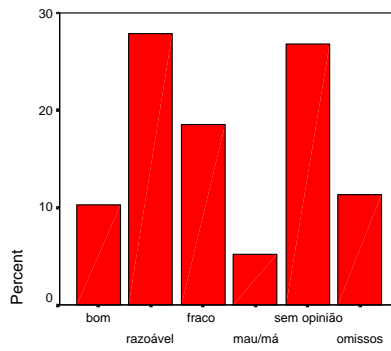
Relação Qualidade/Preço

estradas



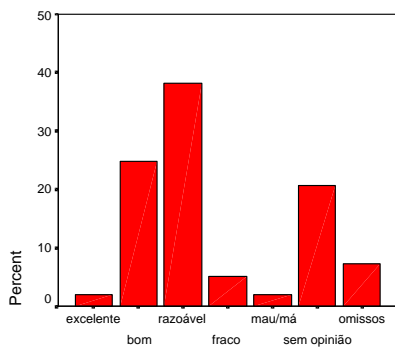
estradas

Transportes Públicos



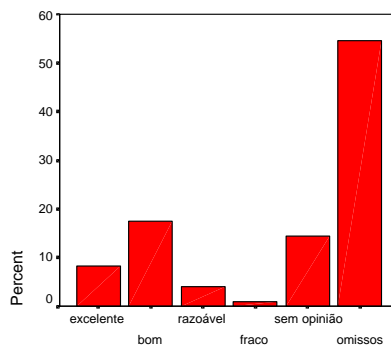
Transportes Públicos

Táxis



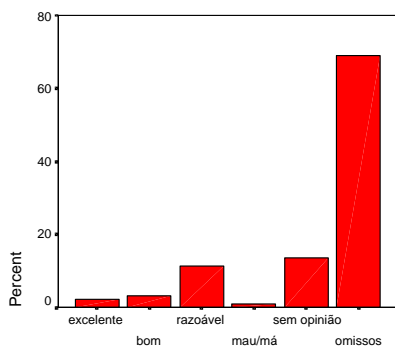
Táxis

Postos de Informação



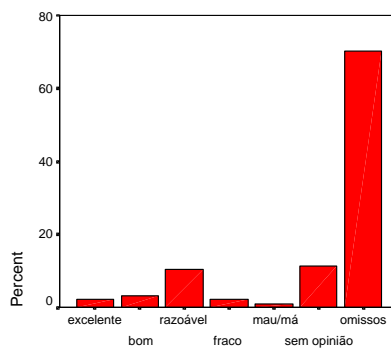
Postos de Informação

Guias

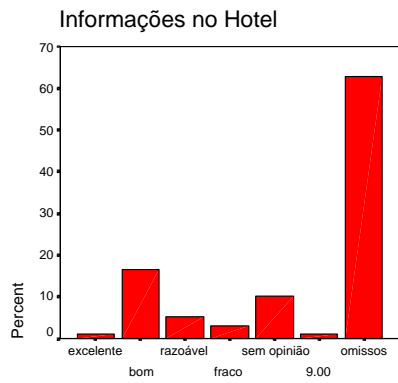


Guias

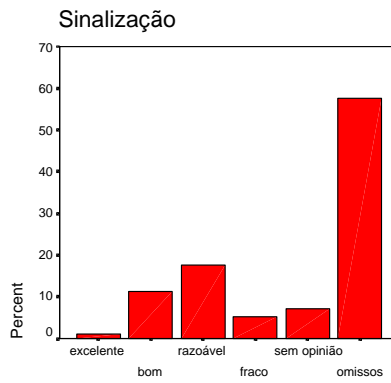
Motoristas de turismo



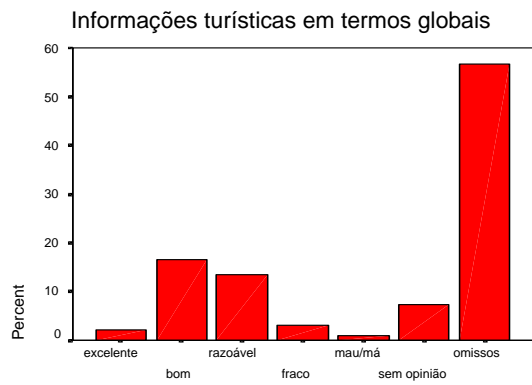
Motoristas de turismo



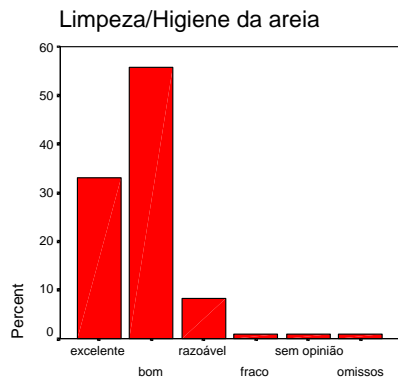
Informações no Hotel



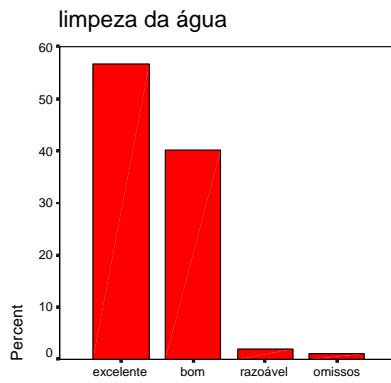
Sinalização



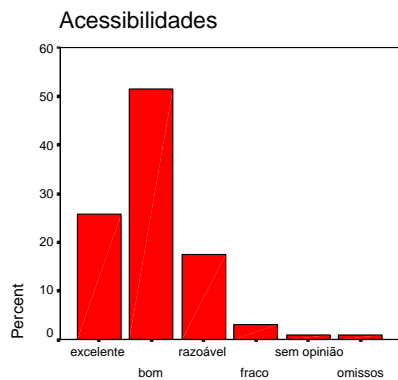
Informações turísticas em termos globais



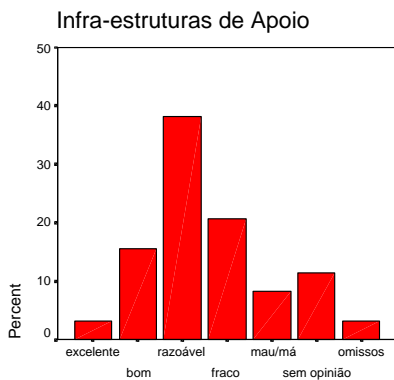
Limpeza/Higiene da areia



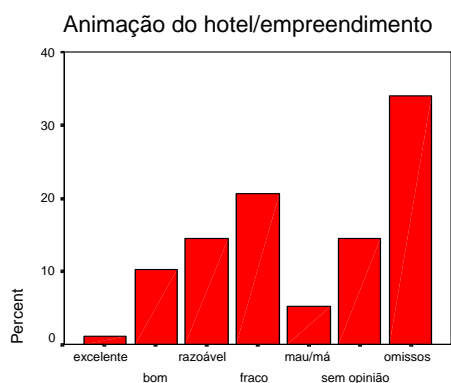
limpeza da água



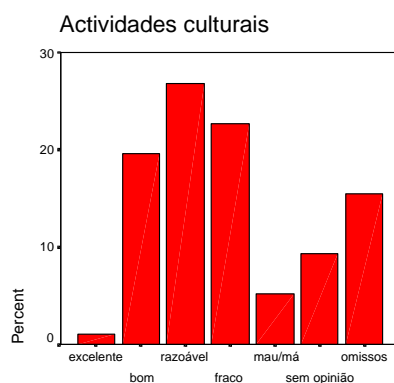
Acessibilidades



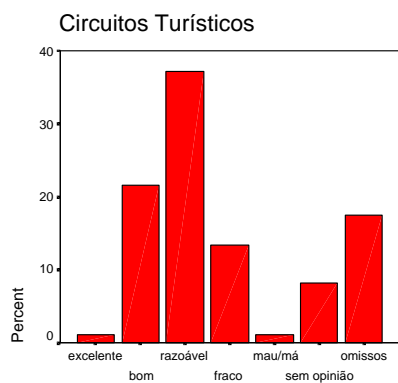
Infra-estruturas de Apoio



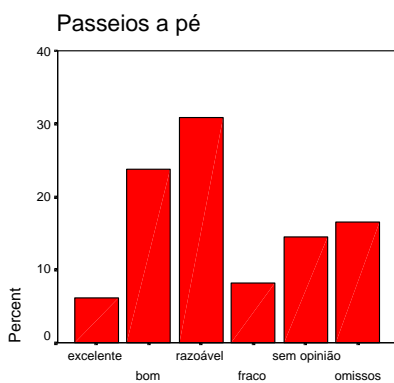
Animação do hotel/empreendimento



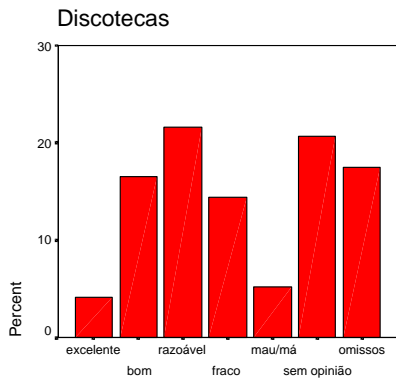
Actividades culturais



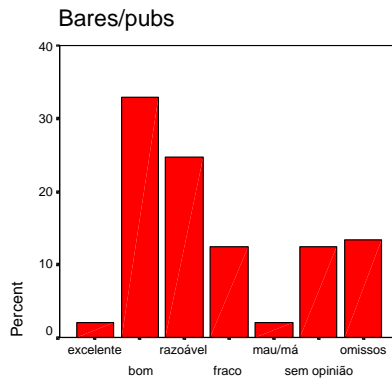
Circuitos Turísticos



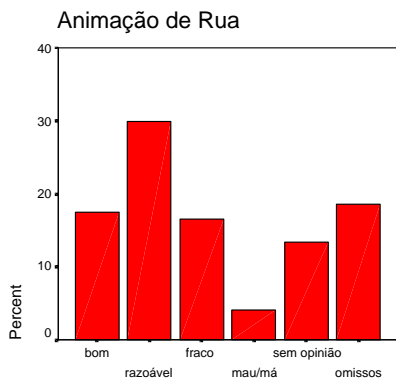
Passeios a pé



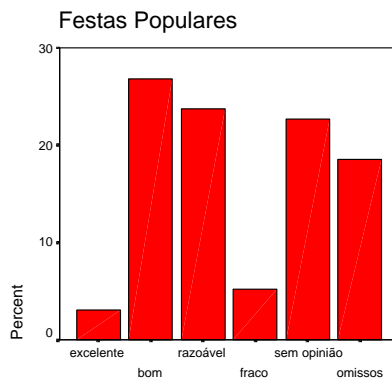
Discotecas



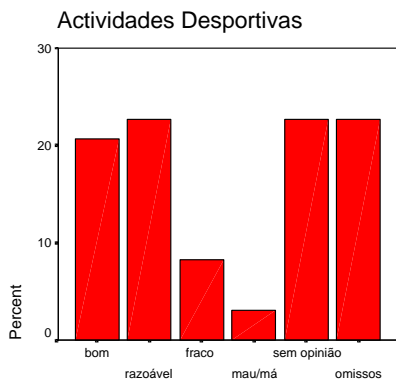
Bares/pubs



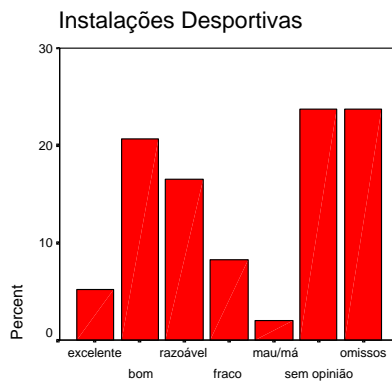
Animação de Rua



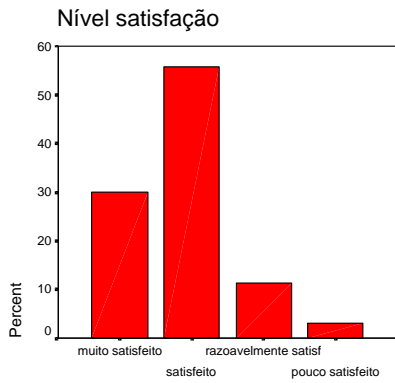
Festas Populares



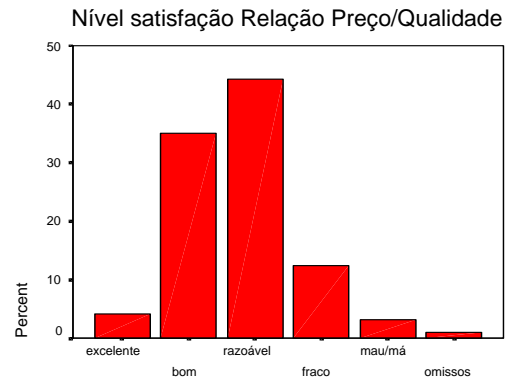
Actividades Desportivas



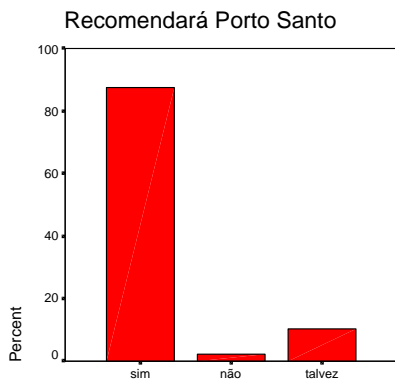
Instalações Desportivas



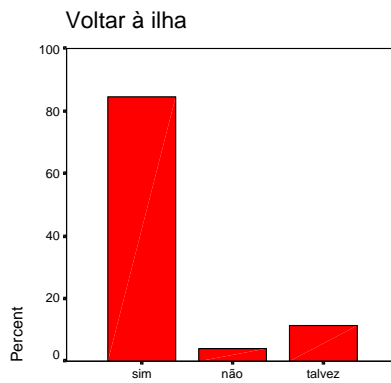
Nível satisfação



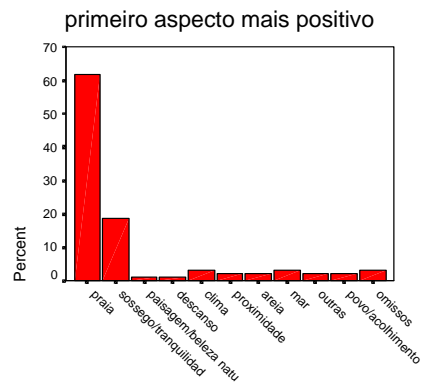
Nível satisfação Relação Preço/Qualidade



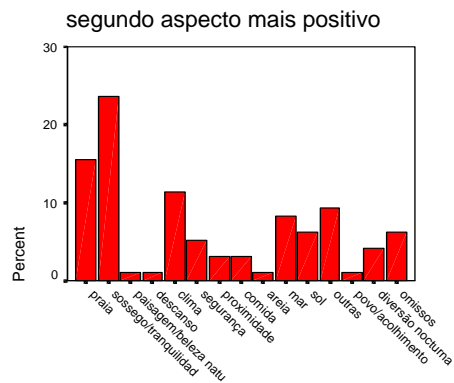
Recomendará Porto Santo



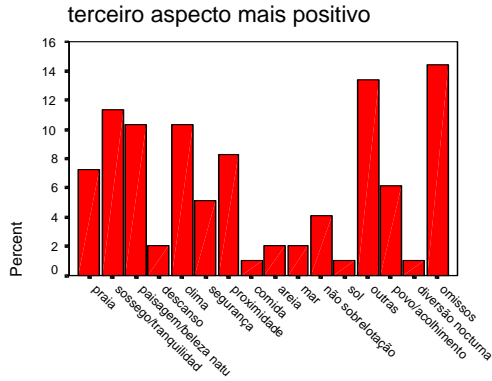
Voltar à ilha



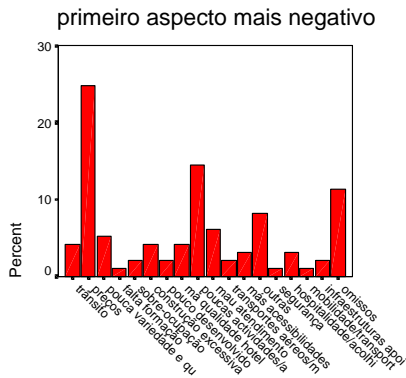
primeiro aspecto mais positivo



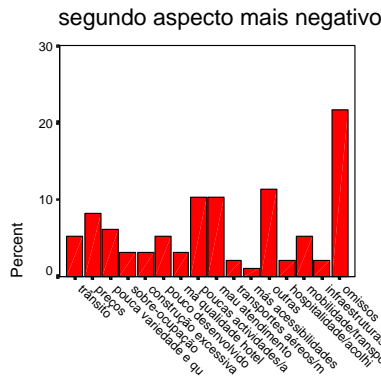
segundo aspecto mais positivo



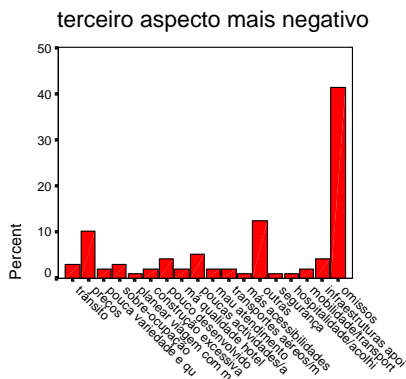
terceiro aspecto mais positivo



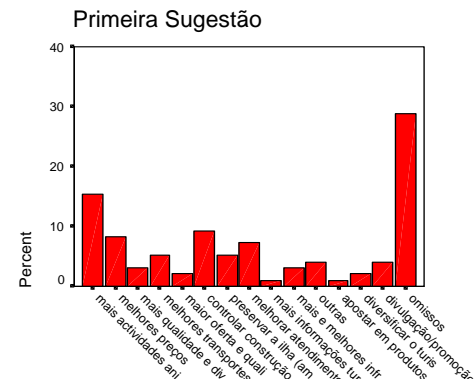
primeiro aspecto mais negativo



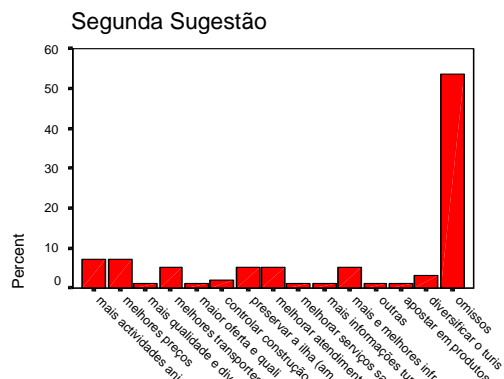
segundo aspecto mais negativo



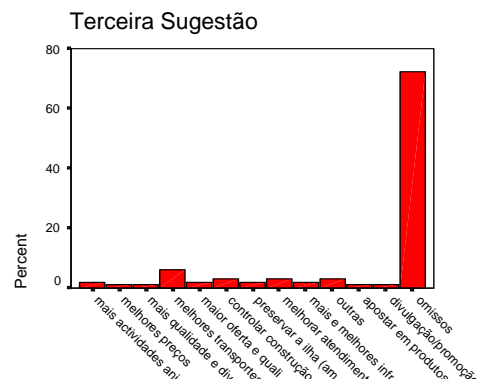
terceiro aspecto mais negativo



Primeira Sugestão



Segunda Sugestão



Terceira Sugestão